

Concretizar compromissos eleitorais

**Grupo
parlamentar
do PCP
apresenta
dez
projectos de lei
no primeiro
dia
de trabalhos
da AR**

1.º

Medidas urgentes para resolução do problema dos **salários em atraso**

2.º

Revogação da lei de aumento das **rendas de casa**

3.º

Aumento imediato e significativo do valor mínimo das **reformas e pensões**

4.º

Regime das **Finanças Locais** e delimitação e coordenação das actuações da administração central e local

5.º

Enquadramento da concessão de **subsídios, subvenções e outros benefícios financeiros** de forma a impedir abusos e corrupções

6.º

Alteração da «lei do roubo da cortiça» com vista a uma mais justa distribuição do produto da sua venda

7.º

Estabelecimento de garantias de independência dos órgãos de **Comunicação Social** do sector público

8.º

Aumento dos **subsídios para aquisição de livros e material escolar, alimentação e alojamento de estudantes** dos ensinos preparatório e secundários e alargamento do número de beneficiários

9.º

Concessão de **subsídios de desemprego aos jovens** candidatos ao primeiro emprego

10.º

Revogação dos escandalosos **aumentos e reformas** para os membros do Governo e deputados

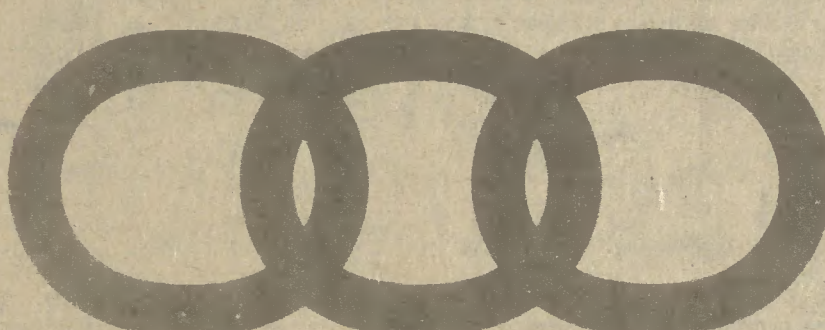
**TRABALHADORES
EXIGEM PAGAMENTO
DOS SALÁRIOS EM ATRASO**

Páginas centrais/Semana



**ÁLVARO
CUNHAL
NO MONTIJO
E ALMADA**

O secretário-geral do PCP, camarada **Álvaro Cunhal**, participará no sábado em sessões de esclarecimento no Montijo e em Almada. A primeira está marcada para as 17 e 30 no cinema local. A sessão em Almada decorrerá na «Incrível», a partir das 21 e 30.

DOSSIERS

**POVO UNIDO
competência**

Em Foco



Angola: 11 anos de independência

Pág. 14/Semana

**JCP
COMEMOROU
6.º
ANIVERSÁRIO**

Pág. 12/Semana

Com redobrada confiança forjemos novas vitórias

Há uma semana o governo da «maior maioria de sempre» do PS/PSD, dirigido por Mário Soares, agora candidato da derrota à Presidência da República, soltou o último suspiro.

Temos agora a suceder-lhe o Governo minoritário PSD, dirigido por Cavaco Silva.

Eis um Governo que não ilude ninguém.

Pela sua composição, pela linha de pensamento dos seus principais mentores, saídos da ala mais reacçãoária do partido mais representativo da direita, sabe-se qual será o seu «programa» e o que virá a ser a sua prática política.

Com este Governo de Cavaco Silva o povo português vai ser de novo submetido a uma política de falência e a uma fórmula governante já largamente experimentada e gasta que o País tem pago por elevado preço.

São fórmulas que já esgotaram há muito a capacidade da surpresa e da originalidade, mesmo a da sua previsível demagogia.

Quase dez anos de governos de direita — com ou sem o PS — produziram estragos de difícil reparação na vida do povo e do País.

Os gravíssimos problemas que Portugal enfrenta na hora actual, agudizados pela última governação de 30 meses do PS/PSD sob a chefia de Soares, não podem ser resolvidos por golpes de prestidigitação nem por expedientes de assalto ao Poder — mesmo que baseados institucionalmente numa maior soma relativa de votos e de mandatos — de qualquer chefe político (no caso vertente, Cavaco Silva), ágil em sacudir a água do capote na co-responsabilidade de uma gestão ruinosa da coisa pública nos últimos nove anos.

O que dizemos aqui do «programa» e da prática política previsíveis do novo Governo a tão poucos dias da sua tomada de posse não é um processo de intenção — é uma caracterização já com fundamentos iniludíveis na prática.

Nos sectores da Agricultura e do Ensino, curiosamente em dois departamentos ministeriais dirigidos pelos mesmos homens do anterior governo derrotado em 6 de Outubro, factos dos últimos dias dão razões às previsões do PCP.

O «ministro dos latifúndios», Álvaro Barreto, com largo cadastro na execução do plano da contra-revolução, retomou em grande a ofensiva contra a Reforma Agrária. No último fim-de-semana e nos começos da actual foram reactivados mais de meia centena de despachos do ministro para a entrega de reservas numa área total de cerca de 15 000 hectares e foram já notificadas propostas de entrega de terras, relativas a 60 processos, abrangendo uma área de cerca de 35 000 hectares. A GNR foi consignada a execução dos despachos.

Mais de 40 UCP's/Cooperativas, algumas delas grandes e modernas unidades agrícolas como as da Junção da Volta do Vale, do concelho de Coruche, as UCP's de Aguiar, «Flor do Alentejo» e «Bento Gonçalves» do distrito de Évora, a UCP «A Esquerda Vencerá», do distrito

de Beja, e outras, estão directa e brutalmente ameaçadas pela ofensiva deste novo Governo.

Mesmo os chamados «pequenos agricultores» a quem antes foram distribuídas reservas e a que o próprio ministro costumava referir-se como de «gestão técnica e económica equilibrada» estão a ser agora notificados para entrega das terras que lhes distribuíram algumas das quais se projecta incorporar em reconstituídos latifúndios.

As novíssimas ilegalidades do MAP nos processos em curso superam as concebidas em anteriores processos. O crime contra os trabalhadores e a economia nacional prossegue.

São sinistros projectos e provocações que seguramente irão suscitar a resistência dos trabalhadores e das populações do Alentejo e do Ribatejo e provocar, por iniciativa do ministro e do novo Governo, uma situação desestabilizadora naquelas vastas regiões do País.

No sector do Ensino, a incúria e o caos legados por Seabra e que o ministro Deus Pinheiro, que mantém a pasta da Educação no actual Governo, foi incapaz de atalhar, tiveram novos desenvolvimentos nos poucos dias da nova equipa governante.

O ministro iludiu com palavreado sem sentido o grave problema da colocação dos professores e, por outro lado, a trovada que desabou sobre algumas regiões do País, afectando seriamente várias Escolas e Falcudades, veio dar expressão das mais graves ao estado das construções escolares, à mentira da efectivação de obras que estavam por realizar e deveriam ter sido feitas durante as férias de Verão.

Milhares de alunos continuam aguardando a abertura de escolas ou em regime de frequência limitada às aulas.

No plano social, medidas urgentes que o agravamento da situação dos trabalhadores exigiria de imediato do novo Governo não foram até agora tomadas, entre elas como questão inadiável a dos salários em atraso.

De todo o País chegam notícias de novos surtos de desemprego, de encerramento de numerosas unidades fabris, principalmente nos sectores da metalurgia, da cerâmica e vidros, dos têxteis e outras.

A situação e às reclamações dos reformados e pensionistas — de que a última concentração dos ferroviários junto do Ministério do Trabalho revelou a extensão do descontentamento e a gravidade do problema — responde o Governo com coisinha nenhuma.

É evidente que medidas de fundo não podem ser exigidas a um Governo que tem apenas alguns dias mas há situações de gravidade tal que soluções imediatas deveriam merecer a atenção e a iniciativa de qualquer governo interessado em enfrentar e resolver os problemas nacionais mais agudos.

É a consciência da gravidade dos principais problemas que afectam o povo que determinou a apresentação pelo PCP, logo no início dos trabalhos da nova Assembleia da República, de uma dezena de propostas de leis, algumas de incontestável urgência.

Um teste de sensibilidade social e de responsabilidade política vai colocar-se não somente ao novo Governo como à nova Assembleia da República.

No que respeita ao PCP as propostas apresentadas à AR estão em estreita coerência e sintonia com uma acção multiforme que os comunistas desenvolvem em todas as frentes do movimento operário, popular e democrático de massas.

Aliás, o início dos trabalhos da nova AR foi marcado por um outro acontecimento de inegável importância política — a eleição da mesa da Assembleia e do seu presidente.

O facto relevante foi a exígua votação do candidato do PS que colheu apenas os votos dos socialistas e, pelo que se extrai das intervenções dos deputados, de alguns do CDS.

Não deixa de ser ridícula a acusação do PS de que o PCP, recusando o voto no candidato dos socialistas, «traiu a esquerda»!

Um partido que acaba recentemente uma aliança de governo durante mais de dois anos com o principal partido da direita e que durante quase dez anos tem actuado em estreita aliança com a direita; um partido que na anterior legislatura recusou a proposta do PCP para que o PS apresentasse a candidatura de Tito de Morais à Presidência da AR e votou no candidato do PSD, precisamente Fernando Amaral, agora eleito; o partido que em dezenas de autarquias se coligou com os dois partidos da direita contra a APU e que tentou e está tentando, em aliança com o PSD, inviabilizar com uma inqualificável chicana e golpe político derrotadas a própria participação da APU nas eleições autárquicas, arroga-se o direito de falar em «traições do PCP» numa questão que tendo importância política significou acima de tudo o reconhecimento prático de uma isenção e despartidarização do segundo cargo individual na hierarquia do Estado reveladas pelo presidente agora eleito.

É fora de dúvida que o ridículo comunicado do PS deve ter visado mais os recalcitrantes das posições socialistas no seio do seu próprio partido e de vários outros socialistas sinceramente devotados à democracia e ao 25 de Abril, com os quais os comunistas mantêm laços de unidade e de convergência política sobre os principais problemas que afectam o povo e o País, do que convencer quem quer que seja da verdade e justeza das suas acusações sem base.

Aliás, o de novo «auto-suspenso» secretário-geral do PS, Mário Soares, candidato à derrota nas próximas eleições presidenciais, mais uma vez, nas suas últimas declarações e entrevistas, vem reivindicar para si próprio e para o PS as principais medidas decretadas e levadas a cabo pelas coligações de direita (com ou sem o PS) contra as conquistas democráticas do 25 de Abril.

As declarações de fachada de Mário Soares não alteram, porém, a realidade das suas opções políticas e de classe ao serviço dos interesses do grande capital e do imperialismo que têm norteado a acção do PS nos últimos dez anos.

Resumo

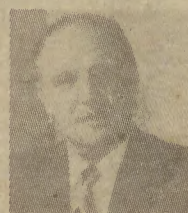
6 Quarta-feira

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, dá posse ao décimo governo constitucional no Palácio da Ajuda; o novo Executivo é liderado por Cavaco Silva, presidente da Comissão Política do PSD ■ Reformados da CP concentram-se massivamente em frente à Secretaria de Estado da Segurança Social para exigir o pagamento dos aumentos das pensões em atraso há já dez meses ■ Um estudo da CGTP-IN revela que mais de quinze mil postos de trabalho foram eliminados durante o ano de 1984 em 48 empresas públicas ■ A Comissão Coordenadora Nacional da APU reafirma a «inteira legalidade e regularidade» de todos os seus processos de candidatura às próximas eleições autárquicas ■ Trabalhadores da Torralta denunciam na Covilhã a situação de lock-out imposta pela administração da empresa ■ Mais de cem pessoas são presas no Chile no primeiro de dois dias de uma jornada de luta contra a ditadura fascista de Pinochet ■ O bispo Martinho da Costa Lopes afirma em Viena que a invasão indonésia a Timor-Leste causou cerca mais de 20 mil vítimas ■ Bettino Craxi, primeiro-ministro italiano, defende perante o parlamento do seu país a «legitimidade da luta armada do povo palestino» ■ O ministro soviético da Defesa acusa os Estados Unidos de violarem os tratados SALT 2 e ABM.

7 Quinta-feira

Em documento entregue ao Governo a CGTP-IN propõe soluções para alguns dos problemas prioritários que afectam os trabalhadores portugueses ■ O Grupo Parlamentar do PCP anuncia que vai apresentar no Parlamento uma moção de rejeição do Governo aquando da discussão do seu programa ■ O coordenador do PS de Castelo Branco afirma que nos dois últimos anos a direcção do seu partido «se confundiu com o governo e viveu de costas viradas para o eleitorado» ■ Arquitectos denunciam no decorrer de uma conferência de imprensa os atentados urbanísticos cometidos pela gestão Abecasis em Lisboa ■ O PCP classifica o discurso de posse de Cavaco como um «exercício de hipocrisia» ■ Um desfile militar na Praça Vermelha assinala em Moscovo as comemorações oficiais pela passagem do 68.º aniversário da Revolução de Outubro ■ Três mortos, centenas de feridos e 800 detidos é o balanço do segundo dia da jornada de protesto contra a ditadura de Pinochet no Chile ■ Milícias de direita libanesas recomeçam os combates em Beirute, capital do Líbano.

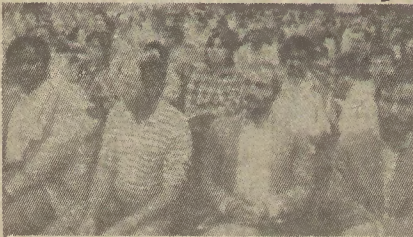
8 Sexta-feira



Fernando Amaral

Álvaro Cunhal afirma na Amadora que as próximas eleições autárquicas confirmarão a valiosa acção da APU ■ Fernando Amaral é reeleito no cargo de presidente da Assembleia da República ■ O PS procede à remodelação da sua Comissão Permanente, fazendo substituir oito dos seus 14 membros ■ O

secretariado das UCP's/Cooperativas de Évora entrega à Alta Autoridade um dossier sobre alegados casos de corrupção e de ilegalidades cometidas contra a Reforma Agrária ■ Prosseguem em quatro distritos sessões descentralizadas no âmbito

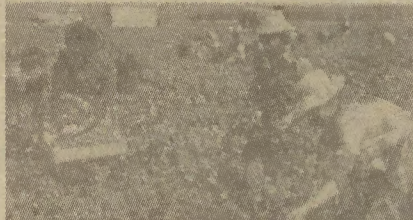


Conferência Sindical

da Conferência de organização sindical promovida pela CGTP-IN ■ Trabalhadores da Torralta, em Tróia, iniciam greve de 24 horas pelo pagamento dos salários em atraso ■ O dirigente soviético Mikhail Gorbachev propõe a suspensão «para sempre» dos ensaios nucleares desde que os Estados Unidos aceitem uma moratória semelhante ■ Mais de 100 pessoas morrem em Bogotá na sequência do assalto e ocupação do Palácio da Justiça por membros do M-19 ■ O «New York Times» anuncia que os Estados Unidos estão dispostos a conceder uma «ajuda» de 50 milhões de contos aos terroristas da Unita.

9 Sábado

O secretariado das UCP's/Cooperativas do concelho de Coruche acusa o MAP de pretender destruir a «Fusão da



Unidade-modelo

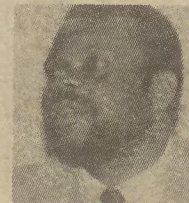
Volta do Vale», uma cooperativa considerada uma «unidade-modelo e de nível europeu» ■ O PCP considera «uma operação de diversão, visando recompor apressada e insinceramente a degradada imagem do PS» o comunicado daquele partido a propósito da eleição de Fernando Amaral para a presidência da Assembleia da República ■ O dirigente político norte-americano Jesse Jackson afirma que o plano de Reagan para auxiliar a Unita visa «derubar o governo de Angola» ■ O director-geral da FAO apela em Roma a uma maior participação da comunidade internacional na luta contra a fome no mundo ■ O governo da RFA confirma que dez empresas privadas, entre as quais o grupo «Flick» e o Dresdner Bank, criaram em 1978 um fundo especial de meio milhão de marcos para financiar os serviços secretos ■ O soviético Garry Kasparov conquista o título mundial de xadrez ao vencer o seu compatriota Karpov.

10 Domingo

Reunida em Lisboa, a Comissão Política do MDP/CDE destaca a importância da APU, sublinhando a participação de todos os militantes e simpatizantes na campanha e no reforço das posições do «Povo Unido» ■ Trabalhadores cristãos da Europa reunidos em Lisboa exigem o fim da corrida aos armamentos ■ A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços afirma que

o ex-governo PS/PSD deixou preparado documento para desmantelar a EPAC ■ A JCP comemora em Lisboa, com um comício no Alvalade, o seu sexto aniversário ■ Adriano Moreira é eleito presidente da Comissão Política do CDS na sequência da demissão do anterior líder, Nogueira de Brito ■ Centenas de milhares de pessoas manifestam-se nas principais cidades do país vizinho exigindo a saída da Espanha da NATO ■ A TASS classifica de «palavreado sobre a paz» a mensagem de Reagan difundida para a União Soviética ■ Bispos católicos norte-americanos consideram «escândalo moral e social» a pobreza existente no seu país.

11 Segunda-feira



Mawete João Batista

O embaixador da República Popular de Angola no nosso país qualifica como «terrorismo de Estado» as iniciativas de Reagan para apoiar os bandos armados da Unita ■ O Grupo Parlamentar do PCP requer a adopção de urgência na apreciação dos projectos de lei relativos aos salários em atraso ■ A Comissão Pró-Sindical da PSP anuncia que vai solicitar audiências a todos os partidos com assento na Assembleia da República ■ O Presidente da República envia a José Eduardo dos Santos, presidente da República Popular de Angola, uma mensagem de felicitações por ocasião da passagem do 10.º aniversário da independência angolana ■ O presidente do Peru insiste na responsabilização do FMI pela «contracção da procura, do crédito, das despesas públicas, da produção e dos rendimentos e ainda pela deterioração da alimentação, particularmente grave entre os pobres» ■ O comandante-chefe da NATO afirma que a «Guerra das Estrelas» não garante protecção da Europa Ocidental ■ O Conselho Executivo da UNESCO elege para seu presidente o jugoslavo Ivo Margan.

12 Terça-feira

Os Secretariados e União das UCP's/Cooperativas denunciam o propósito manifestado pelo novo Governo em prosseguir a ofensiva contra a Reforma Agrária visando no imediato a extorsão de 50 mil hectares de terra ■ A APU apresenta em conferência de imprensa um «plano de emergência» contendo 61 medidas de intervenção imediatas com o qual se pretende dar um primeiro passo no sentido de «pôr cobro» ao «estado de profunda degradação» a que chegou Lisboa ■ O MDM anuncia a sua intenção de apresentar ao Governo um conjunto de reivindicações com vista a melhorar a situação das mulheres ■ Trabalhadores da Sundlete ocupam a delegação do Ministério do trabalho no Porto como forma de luta pela manutenção dos seus postos de trabalho ameaçados ■ A OLP divulga em Lisboa a declaração de Yasser Arafat proferida recentemente no Cairo na qual se condenam «todas os actos de terrorismo assumidos por Estados, grupos ou indivíduos isolados contra inocentes» ■ Falha na Libéria um golpe de Estado contra o presidente Samuel Doe ■ O movimento para a candidatura à presidência das Filipinas de Corazon Aquino, viúva do dirigente oposicionista Benigno Aquino, anuncia ter já recolhido meio milhão de assinaturas

Avante!
Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarçova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Outubro : 36 038

Soares na estulta tentativa de se limpar das graves responsabilidades do PS e dele próprio na política de «austeridade» de «aperta-o-cinto» dos trabalhadores, continua a falsear as realidades e a mistificar os portugueses.

«A política de austeridade do PS, que eu encarnel no governo — diz ele ao «Diário de Notícias» — foi necessária e criou as condições indispensáveis ao arranque económico agora possível.»

Mas qual é a realidade que o governo PS/PSD dirige do por Soares legou ao País?

Não basta dizer que o défice da Balança de Transações Correntes baixou de 639 milhões de dólares para 259 milhões no 1.º trimestre de 1985.

É necessário dizer-se que tal redução se ficou a dever à redução das importações de 13,2% em dólares, principalmente de bens de equipamento — o que se explica pela recessão da nossa produção e da nossa economia e pela queda do investimento, avallada em mais de 20% —, importações que em igual período de 1984 haviam diminuído de 9% enquanto que as exportações subiram apenas de 1% em dólares contra um aumento de 12,6% em 1984.

É necessário dizer-se também que a nossa dívida externa — que no primeiro semestre de 1985 subiu de 800 milhões de dólares (ou 1100 milhões, segundo os números do «Expresso») tendo atingido os 15700 milhões de dólares (16000 milhões, segundo o «Expresso») e que Cavaco Silva fala já em aumentar para 20000 milhões! — sofreu um acréscimo de estranha evolução que só poderá explicar-se pelo aumento do serviço da dívida que atingiu naquele 1.º semestre deste ano a soma de 671 milhões de dólares! (mais 33 milhões que em 1984).

Soares, como se vê, continua a fazer malabarismos com questões que profundamente desconhece e a tentar inverter as realidades.

Neste quadro de falência da política de direita e de novas ameaças e investidas do novo Governo minoritário de direita do PSD e de Cavaco Silva contra as conquistas democráticas do povo português e as condições de vida já tão duramente afectadas dos trabalhadores se desenvolve o trabalho da APU com vistas às eleições autárquicas de 15 de Dezembro.

Prosseguir incansavelmente os preparativos de organização, propaganda e esclarecimento político das populações é a tarefa imediata principal dos comunistas e de todos os democratas empenhados no projecto eleitoral da APU.

Intensificar o diálogo com todos os sectores e democratas interessados em defender e fortalecer o Poder Local democrático, alargar a unidade, criar uma dinâmica de massas na campanha eleitoral para as autarquias são acções para as quais o terreno e as condições se mostram favoráveis.

Com a força que resultou da derrota política da reacção em 6 de Outubro e com redobrada confiança nas forças da democracia e do 25 de Abril lancemo-nos ao trabalho para novas vitórias.

Semana

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 620

14 de Novembro de 1985

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



APU lança grande jornada de esclarecimento no País

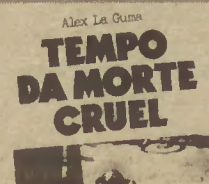
Pelo país inteiro, a APU vai desenvolver, já no próximo fim-de-semana, uma grandiosa série de acções de esclarecimento, integradas na pré-campanha para as eleições autárquicas. Embora o facto não transpareça imediatamente na agenda do nosso «Avante!», muitas actividades ligadas à preparação do acto eleitoral de 15 de Dezembro vão mobilizar muitos milhares de camara-

das e amigos de Norte a Sul de Portugal — sessões de esclarecimento, porta-a-porta, distribuição de propaganda —, lançados na batalha por uma grande vitória da Aliança Povo Unido nas autarquias.

Ao mesmo tempo, vem a público o «Jornal APU», uma publicação integrada nestas acções. Sob o signo que é o mesmo da Aliança Povo Unido — «Trabalho,

Honestidade, Competência» —, será distribuído, levando aos eleitores, resumidamente, notícias sobre os municípios em que comunistas e seus aliados têm operado, ao longo dos anos, transformações de vulto, e explicando, por outro lado, o porquê da necessidade de votar APU para garantir a defesa, a nível local, dos interesses e da vontade do povo.

Um grande autor **Alex La Guma**
3 livros fundamentais



editorial
CAMINHO



Mais equívocos

Escreve Natália Correia em «O Jornal» que «em névoas de devaneio» algumas pessoas terão congeminado «o ridículo cenário de um Eanes rodeado de um teor de varões, todos apavorados com a indómita *foemina* Pintasilgo. Até o viripotente PC, rosna-se, tem terrores nocturnos com a visão da intrépida nova Brites de Almeida feita presidenta. Deste achacoso estado dos machos aterrados com a indomável senhora, estaria a sair outra candidatura. Esta civil, uma vez que a do militar encahara na ausência de condições para singrar». É indubitável que a prosa pretende ser irónica: é duvidoso que consiga sê-lo. E são lamentáveis as ideias que a enformam.

Em primeiro lugar, já tínhamos essa magnífica discussão teórica sobre se o melhor candidato à Presidência da República deveria ser um militar ou um civil. Passamos agora a esta outra: se deve ser homem ou mulher. É fácil convir que o futuro nos poderá reservar uma multidão de outras alternativas. Deverá ser arianamente louro ou moçarabicamente moreno? Será mais convincente que apresente uma rotunda e financeira linha de cintura ou uma magreza de crise? Deverá ser oriundo das escarpas além-Marão ou das lezírias ribatejanas? Convirá que seja autodidacta ou licenciado em Farmácia? A nosso ver, será de toda a conveniência para a democracia que nos quedemos por duas bem mais concisas questões: se é ou não democrata, se sim ou não tem apoios que assegurem a sua vitória.

Mas, para além de tais aspectos, o texto de Natália Correia comporta mais.

Verifica-se que, em seu entender, o PCP é «viripotente». Convir-se-á que o epíteto permitiria réplicas de gosto tão duvidoso quanto ele próprio o é. Mas o fundamental da questão não reside aí. Viripotentes ou não, acha Natália Correia que o estado de espírito actual de milhares de homens e mulheres militantes comunistas é de «terrores nocturnos» por causa da «nova Brites de Almeida», é de «achacoso estado de machos aterrados com a indomável senhora»?

Pouco dados que são a terrores, nocturnos ou diurnos, e pouco dados a «estados achacosos», masculinos ou femininos, os comunistas estão, antes, empenhados em «ganhar todas as forças e sectores democráticos para a imperiosa necessidade de um acordo ou consenso e da convergência final dos votos num único candidato da democracia». A linguagem é mais prosaica, talvez porque as ideias são mais claras.

Quanto à «Intrépida nova Brites de Almeida», Natália Correia que desculpe, mas não parece que sejam tais comparações particularmente úteis ao objectivo promocional que arvora.

Não parece muito lisonjeiro que num país que conta com referências femininas que poderão ir da marquesa de Alorna a Maria Lamas, de Ana de Castro Osório a Catarina Eufémia, se opte pelo até historicamente duvidoso padrão de uma padeira matando soldados derrotados.

É o que nos propõe? Pazadas medievais? Será o que a democracia e o Portugal de Abril requerem?

E entende Natália Correia que os inegáveis problemas da situação da mulher em Portugal e sua resolução recebem alguma contribuição de tomo com «Indómitas *foeminas*» que «apavoram teores de varões» ou «novas Brites de Almeida» que deixam «machos aterrados em achacoso estado»?

Apavorar quem, aterrar quem? É sequer verdade este ridículo cenário? E, se fosse, serviria para alguma coisa? Não será isto um lamentável quadro da firme e consequente luta das mulheres pela defesa dos seus direitos, da sua liberdade, do seu futuro?

Pensar, insinuar, afirmar ou escrever que os problemas da liberdade, da democracia, da vida dos portugueses, da vida das mulheres, se resolvem nesta dicotomia de *foeminas* e «viripotentes», num conflito de «teores de varões» com «indomáveis senhoras» é sim bem útil para os que são bastante mais simples nas suas opções e práticas: exploram, não pagam salários, despedem, perseguem, prendem, oprimem — todos.

■ RC

Saudação do PCP aos camaradas angolanos

Ao Camarada Presidente
José Eduardo dos Santos
Ao Comité Central
do MPLA-Partido do Trabalho

Queridos Camaradas

Ao comemorar-se 10 anos de independência de Angola e da constituição da República Popular de Angola, acontecimento histórico com enormes repercussões na região e para a luta de emancipação nacional e social dos povos em todos os continentes, o Comité Central do Partido Comunista Português, em nome dos comunistas portugueses e certo de interpretar os sentimentos da classe operária e do povo português, saúda calorosa e fraternalmente o Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e, por seu intermédio, todos os membros do vosso Partido, os trabalhadores e o povo angolano.

Reafirmando-vos, nesta ocasião, a activa solidariedade do PCP, saudamos a heróica luta do povo angolano, sob a direcção do MPLA-PT, em defesa da independência, soberania e integridade territorial da sua pátria, contra as conspirações e agressões do imperialismo e da reacção internacional, pela edificação de uma nova sociedade próspera e progressista, pelo socialismo.

O PCP denuncia a política de guerra não declarada e de autêntico terrorismo de Estado conduzida pela África do Sul contra a RPA, quer directamente quer através dos seus fantoches da UNITA. Uma tal política, só possível devido ao apoio dos EUA e outras potências imperialistas tem como objectivo a destruição da revolução angolana, inscreve-se nas tentativas desesperadas dos racistas de Pretória para sal-

var o regime do *apartheid*, hoje confrontado com um extraordinário ascenso de luta popular e visa perpetuar a ocupação ilegal da Namíbia. Condenando firmemente uma tal política, exigindo o fim das agressões e a retirada total e incondicional das tropas racistas do território angolano, manifestamo-vos a nossa confiança em que os propósitos dos racistas sul-africanos serão derrotados e novas e mais favoráveis condições serão criadas para incrementar as transformações económicas e sociais que a luta emancipadora do povo angolano abriu ao alcançar a independência.

Defendendo, para Portugal, uma política externa de cooperação e amizade com todos os povos, com base nos princípios da igualdade, reciprocidade de vantagens e não ingerência nos assuntos internos, o PCP continua-

rá a lutar no sentido do desenvolvimento das relações de amizade entre o povo português e angolano e entre Portugal e a RPA, denunciando e combatendo a utilização do território português como base para campanhas e actividades hostis a Angola.

Desejando-vos, queridos camaradas, os maiores sucessos à vossa luta e aos trabalhos preparatórios do II Congresso do MPLA-PT, reafirmamo-vos a nossa vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade, cooperação e solidariedade recíproca que unem os nossos dois partidos.

Viva o 10.º Aniversário da Independência da RPA
Viva a amizade e a solidariedade entre o PCP e o MPLA-PT

O Comité Central do PCP
Lisboa, 9.11.85

Quem tem dúvidas sobre este Governo?

Na sequência da tomada de posse do novo Governo, a SIP do PCP divulgou o seguinte comentário:

1. O Primeiro-Ministro prosseguiu, no seu discurso de posse, a linha demagógica de crítica e preocupação pela grave situação do país, que, aliás, já tinha desenvolvido durante a última campanha eleitoral. As afirmações críticas do Primeiro-Ministro — chefe de um partido que está no Governo há seis anos — não deixam de constituir, por isso, um refinado exercício de hipocrisia política, aliás acentuada pelo facto de o actual Governo ter como ministros vários dos responsáveis directos pelas políticas que o Primeiro-Ministro tanto critica.

A composição política e pessoal do Governo minoritário do PSD não permitem, por isso, quaisquer dúvidas quanto à continuação da política que nos últimos anos levou o país à ruína.

2. O discurso do Primeiro-Mi-

nistro — nomeadamente na parte em que dirige ameaças veladas às forças políticas e sociais de oposição — revela arrogância e legítima preocupação quanto ao perigo de o novo Governo vir a desenvolver uma actuação desrespeitadora da vida democrática.

Ao mesmo tempo, tais afirmações exprimem uma notória insegurança pelo facto irrecusável de o Governo PSD ser minoritário contando com o apoio de menos de um terço do eleitorado — e de provavelmente vir a passar na Assembleia da República apenas pela omissão e complacência de forças a quem o eleitorado deu o seu voto confiando na sua contribuição para uma mudança democrática na vida política nacional.

3. O PCP reafirma uma vez mais a sua disposição de, no estrito quadro da legalidade democrática e constitucional, se opor ao Governo de Cavaco Silva e à política de direita que irá prosseguir.

Gralhas

Costuma-se dizer que um jornal sem gralhas não é um verdadeiro jornal. O que não invalida que juntamente com as devidas desculpas aos leitores, as ditas necessidades de ser devidamente corrigidas, nos casos em que alterem significativamente o sentido do que se queria dizer.

Assim aconteceu na nossa edição de há quinze dias: por lapso referimo-nos à Câmara de Montemor-o-Novo a propósito de uma queixa apresentada à Alta Autoridade Contra a Corrupção, quando quem estava em causa era a Câmara de Montemor-o-Velho.

Na edição da semana passada, foi a vez de uma parte da saudação do CC do PCP ao CC do PCUS ter saído incompleta. Assim, o segundo período do terceiro parágrafo deve ler-se como segue: «Modificou-se radicalmente a correlação de forças entre o imperialismo e a reacção internacional, de um lado, e do outro o campo dos países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, os países progressistas e o movimento de libertação nacional».

Delegação do PCP em Itália

A convite do Comité Central do Partido Comunista Italiano (PCI), deslocou-se a Itália uma delegação do PCP constituída pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, e Vítor Neto, membro suplente do Comité Central.

À partida para Roma, Álvaro Cunhal prestou uma breve declaração aos jornalistas no aeroporto da Portela, afirmando:

«Trata-se de uma visita há muito programada. Devia ter sido concretizada ainda antes da morte do camarada Berlinguer.

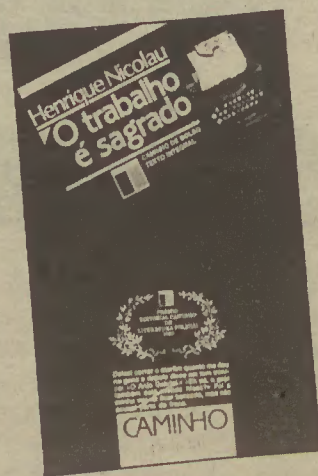
«A intensa vida política nos dois países tem adiado a sua realização. Mas vai agora ter lugar num momento particularmente interessante da situação portuguesa, italiana e internacional».

Mais adiante, acrescentou o secretário-geral do PCP:

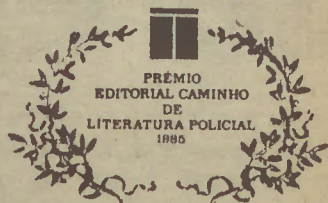
«Teremos ocasião de examinar com os nossos camaradas italianos, em conjunto, os problemas de interesse comum. E entre eles, os respeitantes às relações de amizade e cooperação entre o PCP e o PCI».

CAMINHO
de bolso

o prazer de ter bons livros para ler



Henrique Nicolau
**'O trabalho
é sagrado**



A Editorial Caminho congratula-se por poder revelar mais um novo autor português, tal como fizera no prémio anterior, que permitiu revelar João Aniceto («Os Caminhos Nunca Acabam») e Daniel Tércio («A Vocação do Circulo»), publicados na colecção Mamute. Tanto mais que «O Trabalho é Sagrado» é um livro muito bem conseguido e de uma vivacidade autêntica. É de facto um escritor que aqui se apresenta ao público português.



PCP

«Assegurar a vitória de um candidato da Democracia»

• Sessão de esclarecimento com Álvaro Cunhal

Perante uma sala cheia — a da Sociedade Filarmónica da Amadora — o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participou, na sexta-feira passada, numa sessão de esclarecimento sobre a situação política actual. Temas como o Governo recentemente empossado e a posição do PCP face ao executivo de Cavaco Silva, a nova composição da Assembleia da República, as próximas eleições autárquicas e as presidenciais, foram objecto de uma introdução do dirigente comunista, de que a seguir publicamos alguns dos mais significativos excertos (ler na pág. seguinte reportagem do período de perguntas e respostas).



Amadora: uma sessão do Partido

(...)

Governo PSD

Alguns comentadores de direita especulam pelo facto de o PCP, antes de conhecer o Programa do Governo, declarar ter por certo que o Grupo Parlamentar do PCP proporá a rejeição do Programa.

É plenamente fundamentada e justificada esta declaração do PCP.

Os propósitos do Governo PSD e o seu Primeiro-Ministro não são segredo para ninguém.

Todos sabemos o que tem sido ao longo dos anos a acção do PSD em sucessivos governos e em sucessivas coligações, nas quais o PSD foi o partido com maior número de ministros e secretários de Estado: 197, sem contar o Governo agora formado.

Todos conhecemos os princípios programáticos antidemocráticos anunciados pelo actual Primeiro-Ministro em numerosas ocasiões, incluindo na campanha eleitoral.

Todos vemos que o Governo PSD conserva ministros de triste memória do Governo PS/PSD.

Não temos qualquer dúvida de que este Governo vai tentar prosseguir, no essencial, as grandes linhas da política antipopular e antidemocrática dos governos PS/PSD e PSD/CDS.

Justifica-se pois plenamente a nossa posição: o Grupo Parlamentar do nosso Partido apresentará uma moção de rejeição do Programa do novo Governo.

É bom que fique absolutamente claro que não só não daremos a mínima contribuição para viabilizar o Governo PSD, como combateremos a sua previsível política antipopular e antidemocrática.

O Governo PSD não poderá realizar tal política sem que outros partidos com representação na Assembleia da República a apoiem ou permitam.

Os partidos que o façam assumirão naturalmente as suas responsabilidades perante o povo português e o seu próprio eleitorado.

Dentro e fora da Assembleia da República, o PCP manter-se-á firmemente na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português, das liberdades e direitos dos cidadãos, das conquistas democráticas que são parte integrante do regime democrático português, da independência e da soberania nacionais.

Já nos têm perguntado qual será a nossa atitude no caso de o Governo, embora com propósitos demagógicos, tomar de momento medidas como, por exemplo, aumento das pensões e reformas, aumento do salário mínimo nacional, pagamento dos salários em atraso, etc.

A nossa apreciação é clara.

Se o Governo PSD tomar tais medidas não será uma mostra de que a política de direita é boa. Se tomar tais medidas, o Governo mostrará que o PSD é obrigado, para não ficar mais isolado e para tentar sobreviver, a satisfazer, mesmo que parcialmente, justas reivindicações e reclamações dos trabalhadores e das massas populares.

Medidas, que em contradição com a política praticada ao longo dos últimos 9 anos pelo PSD em sucessivos governos, satisfaçam, mesmo que parcialmente, justas reivindicações e reclamações do povo português significarão uma grande derrota da política de direita e uma grande vitória da luta dos trabalhadores e das massas populares.

Eleições autárquicas

O Comité Central do nosso Partido, na sua reunião plenária de 28 de Outubro, confirmou os objectivos essenciais a alcançar:

1.º — manter a Presidência das câmaras e Juntas nos casos em que a APU tem a maioria;

2.º — obter a presidência em mais Câmaras e Juntas de Freguesia;

3.º — reforçar as posições da APU onde está em minoria e obter representação pela primeira vez em casos em que presentemente não dispõe de eleitos.

Estes objectivos estão ao nosso alcance.

Mas, para estas eleições, não só têm influência real as importantes alterações na situação política, verificadas nos últimos meses e particularmente em resultado das eleições de 6 de Outubro, como devem ter-se em conta factores novos que intervêm directamente em relação às eleições autárquicas de 15 de Dezembro, designadamente:

— o facto de o PS e o PSD, quase sempre com o apoio do CDS, apresentarem listas conjuntas em 41 dos 55 municípios de maioria APU e em numerosas freguesias;

— e a concorrência do novo partido, o PRD, particularmente em concelhos em que existem Câmaras de maioria APU.

A concentração dos votos do PS, do PSD e do CDS numa única lista, no primeiro caso, e a concorrência do PRD, sem qualquer possibilidade de ganhar as Câmaras mas susceptível de contribuir para que a lista de direita possa eventualmente ser a mais votada, constituem factores negativos para a democracia, nas próximas eleições autárquicas.

Esta situação obriga-nos sem dúvida a um maior esforço, a uma batalha mais dura para mantermos e reforçarmos as posições da APU nas autarquias.

A obra realizada e as provas dadas pelos eleitos da APU nas autarquias, o seu trabalho honesto e competente, a defesa do Poder Local democrático e a necessidade para as populações de impedir o assalto dos órgãos autárquicos pelas forças de direita, constituem linhas de força da nossa acção que dão sólidas razões para confiarmos em que os objectivos da APU serão alcançados.

Faz-se agora para aí grande alarido com a impugnação da Aliança Povo Unido que o PS e PSD fizeram em algumas dezenas de concelhos.

O que pretendem o PS e o PSD?

Fazendo chicana jurídica, pretendem pura e simplesmente eliminar a APU das eleições autárquicas, o que equivaleria a eliminar a APU de todas as autarquias.

Pode parecer absurdo que esses partidos joguem tal cartada aventureirista e irresponsável.

O facto é que este é o objectivo real, declarado e explícito do PS e do PSD ao apresentarem tais impugnações.

Não se trata de uma impugnação com quaisquer fundamentos legítimos.

Temos o dever de alertar o povo português de que se trata de tentativa de um verdadeiro golpe de Estado da direita na área do Poder Local.

As listas da APU concorrem a estas eleições documentadas com certidões passadas para o efeito pelo Tribunal Constitucional, tal como tem acontecido sempre desde a criação deste Tribunal.

A indigna iniciativa do PS e do PSD é um desesperado passo que

mostra não só o medo de novas derrotas nas eleições autárquicas, como o nível da baixa a que chegaram os métodos das direcções desses partidos.

Não nos deixaremos impressionar por esta tentativa de golpe de Estado na área do Poder Local.

Continuaremos com empenhamento, vontade, energia o trabalho para as eleições autárquicas.

E continuamos a confiar em que, nas próximas eleições, a APU conseguirá resultados que confirmem as suas posições e a sua valiosa acção nos órgãos autárquicos, ao serviço dos interesses das populações e do Poder Local democrático.

(...)

Eleições presidenciais

A apresentação de um candidato do PCP às eleições presidenciais insere-se nos objectivos que o PCP considera essenciais para essas eleições:

— derrotar os candidatos da direita, ou seja, Freitas do Amaral, Mário Soares e outros que eventualmente se apresentem;

— assegurar a vitória de um candidato da democracia.

Segundo o PCP é de importância vital para o regime democrático, para o povo português e para Portugal que o futuro Presidente da República, no exercício dos seus poderes e competências, prossiga uma linha de estabilização democrática, cumpra e faça cumprir a legalidade democrática, assegure o funcionamento das instituições, defenda o regime democrático e a independência nacional.

A candidatura do PCP não é apenas mais uma candidatura democrática. É uma candidatura democrática com uma característica particular: visa, com a sua presença e a sua acção, dar uma contribuição para que se venha a verificar o consenso e a confluência de todas as forças e sectores democráticos num só candidato da democracia.

Até ao extremo limite das possibilidades, o PCP guiar-se-á por este objectivo que considera vital para o regime democrático.

Todos os democratas devem ter plena consciência de que qualquer candidato da democracia caminhará para a derrota se não contar com o apoio dos principais sectores políticos e sociais democráticos. A verificar-se, tal derrota não significaria apenas uma derrota da sua candidatura, mas poderia contribuir para uma eventual derrota da democracia.

Considerando, como consideramos, que são objectivos essenciais a derrota dos candidatos da direita e a vitória de um candidato da democracia; considerando, como consideramos, que para tal vitória democrática é indispensável aquilo que temos chamado o acordo ou consenso verificado de todos os sectores que têm de assegurá-la com o seu apoio e os seus votos; — qual a nossa atitude face às diferentes posições que se verificam ou venham a verificar no campo democrático?

Em primeiro lugar, estimular as boas vontades e os esforços no sentido da convergência de apelos e de votos num só candidato da democracia.

Em segundo lugar, manifestar sérias reservas a atitudes de quaisquer democratas, incluindo candidatos, que excluam à partida a sua disponibilidade para a busca de um acordo para o apoio a um só candidato.

(...)

PCP

Com simpatia e sem 3 milhões de votos a eleição seria de Soares ou Freitas

Para além da importância política da introdução que o camarada Álvaro Cunhal fez na sessão de esclarecimento realizada na passada sexta-feira à noite no salão da Sociedade Filarmónica da Amadora (ler na pág. 3), a própria sessão revestiu uma grande importância. No ambiente de grande atenção em que decorreu, a sessão revelou, no período de perguntas, que há muito por esclarecer ao eleitorado democrático, inclusivamente aos próprios militantes comunistas que, entretanto, se mostraram conscientes da excepcionalidade da situação e da sua complexidade.

As perguntas, em que intervieram muitos homens e mulheres presentes, não se limitaram aos temas desenvolvidos pelo secretário-geral do PCP. Outras questões foram levantadas, algumas mesmo de âmbito local, a que o camarada Orlando de Almeida, Presidente da Câmara da Amadora, respondeu. Algumas visaram aprofundar melhor as posições do Partido, clarificar situações, adiantar até hipóteses.

O governo

No que respeita à moção de rejeição anunciada pelo PCP, o dirigente comunista afirmou que não serão os comunistas a tomar a responsabilidade deste Governo. E, juntando a questão a uma outra também levantada, sobre a proposta de Governo de Salvação Nacional — quando os outros partidos não se mostram de acordo com ela — afirmou que não há nenhum partido na actual composição da Assembleia da República que esteja em condições de resolver sozinho os grandes problemas nacionais.

«Para resolver esses problemas, o que nós propomos é que, na base das instituições, portuguesas e portuguesas dêem o seu empenhamento, qualquer que seja a área política em que até agora se tenham situado, desde que concordem com a necessidade de formar um Governo para atacar esses problemas.

Álvaro Cunhal deu o exemplo das autarquias, em que a APU, onde está em maioria, colabora com todos os que querem resolver os problemas das populações, sejam os outros do PS, do PSD ou do CDS. E afirmou também que o contrário também é verdade, isto é, que há alguns exemplos, como no caso do Porto, em que a Câmara é PSD, onde a APU dispõe de dois pelouros importantes. Para o Governo, o mesmo é possível, passando o problema pela existência de um consenso na Assembleia que apoie um executivo capaz de resolver os problemas.

Mas sobre o presente Governo, não serão os comunistas a viabilizá-lo, nem serão responsáveis por ele. Este governo minoritário do PSD acabará por ter dificuldade

des na Assembleia, cria uma situação de instabilidade e outra solução virá a ser necessária. «Temos declarado muitas vezes que o nosso Partido está pronto a examinar, na base de uma plataforma, a possibilidade de um Governo Democrático de Salvação Nacional. Se os outros não querem, que tomem as suas responsabilidades. A responsabilidade não é nossa. Mas não vemos outra solução que aquela que nós propomos e a experiência, dentro de pouco tempo, certamente o irá mostrar».

A Assembleia

A perguntas colocadas sobre a Assembleia da República, o Secretário-Geral do PCP respondeu em primeiro lugar àquela que visava saber o que se irá passar agora. «Nós pensamos que nesta Assembleia da República», disse, «haverá mais possibilidades de discutir leis reaccionárias e de impedir a aprovação de leis reaccionárias, e mais possibilidades de fazer aprovar medidas que sejam favoráveis à solução de problemas graves do nosso povo. As nossas propostas vão ser sujeitas agora a essa prova».

Em relação a tais propostas, sublinhou, ir-se-á ver quais serão as reacções do PS, do PRD. E mesmo, em relação a algumas, qual a reacção do próprio PSD — se vai contestar ou não propostas que respondem a esses problemas. «As nossas propostas», disse, «têm mais possibilidades de ser discutidas e eventualmente de ser aprovadas». E afirmou ainda que os outros partidos, quanto a essas propostas, ver-se-ão confrontados com as suas responsabilidades perante o eleitorado.

Quanto à eleição recente de Fernando Amaral para a presidência da Assembleia da República, Álvaro Cunhal recordou os números — 160 votos a favor de Fernando Amaral e 62 atribuídos a Tito de Morais. «Isto mostra», sublinhou, «que Fernando Amaral teve os votos do PSD, do PRD e do PCP».

O dirigente comunista explicou que o PCP considera que o Presidente da Assembleia da República deve ser uma pessoa isenta, que não realize uma política partidária como Presidente da AR, que deve dar garantias de isenção e seriedade no exercício do seu cargo. A apreciação fundamental que fazemos deste Presidente da Assembleia da República, que já esteve no cargo durante a última legislatura, é a de que foi um homem isento, um homem sério no exercício das suas funções. (...) E o nosso voto neste presidente não é um voto no PSD, é o voto num homem que a nosso ver estava em melhores condições para exercer com isenção e seriedade o cargo, como aliás já demonstrava no exercício dessas funções».

Álvaro Cunhal chamou a atenção de que este caso define um pouco o que antes havia dito sobre o Governo Democrático de Salvação Nacional: se houver gente séria que cumpra com seriedade as suas funções, é secundário o partido a que pertence. «Se se demonstra a seriedade e a

vontade de acertar, nós estimulamos essa seriedade, essa vontade, essa isenção».

Autarquias

Os aplausos que soaram, sublinharam a compreensão dos presentes por este modo de ver do PCP. E o secretário-geral do Partido lembrou ainda o caso da reeleição do camarada José Vitoriano para a vice-presidência da AR, com mais uma centena de votos para além dos votos comunistas, vindos do PRD e também do PSD, como é facilmente verificável, demonstrando o reconhecimento pelas qualidades do camarada, sobre o qual disse não haver outro que tenha trabalhado com maior seriedade e eficiência na vice-presidência da Assembleia. E lembrou ainda a eleição do camarada José Manuel Maia,

que existe, democrática, na AR, porque é que eles não vêem a possibilidade de constituir uma maioria com os comunistas e com o PRD?», perguntou Álvaro Cunhal, depois de passadas as manifestações de hilariedade que as expressões «traição à esquerda» e «resistência antifascista» do documento soarista suscitaram na sala.

Presidenciais

Mas foi na questão das presidenciais que as perguntas incidiram com particular necessidade de esclarecimento. Álvaro Cunhal explicou detalhadamente a função do candidato do PCP. «Esta candidatura» repetiu, «é uma forma de intervir na batalha das presidenciais para contribuirmos para que haja finalmente a convergência e a unidade de todos os

do PCP, mas aquele que reúna o consenso de todos os sectores democráticos.

Falando dos apoios necessários a uma vitória, teve observações críticas à candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo, «uma candidatura que avança de uma forma voluntarista, sem querer saber da necessidade desse consenso, desse acordo». A questão não é a da simpatia, é de saber se os apoios são necessários para a vitória. Com simpatia e sem três milhões de votos, a eleição seria a de Mário Soares ou de Freitas do Amaral...

Zenhar ou Pintasilgo? Quem irá o PCP apoiar? O que é necessário é saber quem tem os apoios necessários para a vitória. Quem tiver os apoios terá também o apoio dos comunistas para a vitória. E, neste caso, não se trata apenas de compararmos dois candidatos e saber qual é me-



A Mesa que presidiu à sessão de esclarecimento com Álvaro Cunhal na Sociedade Filarmónica da Amadora

KASPAROV

Este livro inclui todas as partidas de Kasparov desde Setembro de 1982, quando iniciou o seu brilhante percurso no Campeonato do Mundo no Interzonal de Moscovo. São analisadas em pormenor todas as partidas dos **matches** de candidatos frente a Beliavsky, Korchnoi e Smyslov. Todos os jogos (todos desde o Interzonal — cerca de 70) são detalhadamente comentados pelo autor — o mestre da FIDE (e ICCF) Luís Santos, três vezes campeão nacional e membro da Associação Internacional dos Jornalistas de Xadrez — que elegeu Kasparov como o melhor jogador do mundo nos últimos dois anos.

Para além das competições oficiais do Campeonato do Mundo, são também analisadas profundamente as atuações de Kasparov na Olimpíada de Lucerna, Espartáquiada, Torneio Magistral de Niksic e, inclusive, uma importante prova de partidas rápidas, sempre com atuações memoráveis do jovem campeão.

O leitor ainda poderá tentar resolver uma pequena selecção de combinações de Kasparov referentes a partidas disputadas antes de Setembro de 1982.



editorial CAMINHO
COLEÇÃO DESPORTO E TEMPOS LIVRES
DIRETOR: JORGE MIGUEL ARAÚJO

votos dos democratas num só candidato da democracia».

«O nosso candidato, camarada Ângelo Veloso, não aparece para contrariar esse esforço; ao contrário, como candidato do PCP, a sua campanha será no sentido de chamar as outras forças de forma a conseguirmos finalmente uma unidade e um consenso para assegurar a vitória de um candidato da democracia contra Mário Soares e contra Freitas do Amaral».

Uma pergunta era: a candidatura do PCP é para desistir ou para ir às urnas? Resposta: «No fundamental é para conseguir que todos os votos sejam num só candidato. Isto significa desistir», disse Álvaro Cunhal que, entretanto, afirmou também: «Mas não excluimos que possa ir às urnas, se for criada uma situação tão complexa em que nós pensemos que a atitude justa é ir às urnas. Mas toda a energia do nosso camarada como aliás toda a energia do nosso Partido é para conseguirmos uma votação vitoriosa num candidato da democracia».

Salientou também que «neste momento não temos qualquer compromisso com qualquer candidato democrático». E, falando dos três milhões de votos necessários para eleger um candidato democrático, fez notar que esse candidato não será certamente o

lhor ou qual é pior. Álvaro Cunhal recordou as garantias que um candidato deve dar — uma posição fiel à democracia, isenção partidária, não partidária, não ameaçar esta ou aquela formação política, ter o equilíbrio necessário nas suas decisões, não ter uma posição voluntarista que possa criar reacções muito desfavoráveis à estabilidade do regime. São estas as condições, que podem os comunistas reduzir ao mínimo para que seja possível derrotar Soares e Freitas.

O secretário-geral do PCP, insistindo que não deve haver precipitações, lembrou que também a análise serena da situação havia permitido em 1980, «engolindo sapos vivos», assegurar a vitória da democracia elegendo Eanes contra Soares Carneiro.

Por fim, Álvaro Cunhal apelou a todos para que empenhem as suas energias nas múltiplas tarefas políticas que se colocam hoje aos comunistas, com confiança nas perspectivas que se abrem e que conduzirão a uma alternativa democrática.

E a sessão acabou como um comício: com um viva à unidade dos trabalhadores, um viva à unidade dos democratas, à Aliança Povo Unido e ao Partido Comunista Português.

Poder Local

Encontro do PCP

Lisboa, 1985: o futuro é possível

Lisboa é uma cidade com muitos e graves problemas por resolver. Mas é na gestão a que tem estado sujeita, particularmente nos últimos seis anos, que reside o seu mais importante problema. E isto porque não só não permite resolver os outros, como ainda os agrava. É nesta panorâmica que a Aliança Povo Unido se apresenta ao povo de Lisboa como a única alternativa verdadeira para uma gestão competente ao serviço da cidade e de quem nela habita — são conclusões do encontro de quadros do PCP sobre as eleições autárquicas, realizado na tarde do último domingo nas magníficas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara.

O encontro reuniu cerca de 350 participantes e proporcionou um debate vivo sobre aspectos de flagrante actualidade no momento em que se aproximam as eleições autárquicas. O prestígio, a experiência e o valor da APU, força que se prepara para governar a capital; as direcções fundamentais da sua campanha eleitoral, na base de um intenso trabalho de esclarecimento e mobilização das populações nas 53 freguesias que

constituem a cidade; o balanço da actividade da APU nas autarquias da capital e no próprio município (apesar de lhe não terem sido atribuídos pelouros na CM) e a apreciação aos resultados desastrosos da gestão de direita com Abecasis à cabeça, num quadro composto ainda pelo conluio do PS face à gestão CDS/PSD e a sua demissão como alternativa viável nas eleições de 15 de Dezembro, foram temas abordados durante a

iniciativa da organização local de Lisboa do PCP.

Presentes na Mesa que orientou os trabalhos do encontro camaradas dos organismos de direcção da cidade e do distrito (CLL e DORL), incluindo membros do Comité Central e candidatos aos órgãos autárquicos da capital, entre os quais o camarada **Carlos Carvalhas**, economista, membro do CC do Partido, deputado, candidato da APU à presidência da Câmara Municipal de Lisboa. Também presentes um elemento da direcção concelhia da Juventude Comunista Portuguesa e José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Do diversificado conjunto de intervenções deste encontro, além das proferidas por candidatos às Juntas de Freguesia e por camaradas ligados a diferentes sectores de trabalho,



Diz a APU: a situação a que chegou Lisboa, por obra da ruinosa e devastadora gestão municipal liderada por Abecasis, obriga a que se definam e apliquem desde já medidas de fundo e impõe também a adopção com extrema urgência de um conjunto de medidas de intervenção imediata que travem a destruição da cidade, melhorem as condições de vida da população e viabilizem a sua recuperação

destacaram-se, pelo seu conteúdo temático, as dos camaradas **Carlos Carvalhas**, que falou sobre o programa da APU para governar a cidade; **Rui Godinho** (vereador e candidato à CM, e também candidato à presidência da JF dos Olivais), que fez o balanço do trabalho da APU no município de Lisboa; e **José Casanova**, que encerrou o encontro enquadrando os temas ali debatidos com a actual situação política decorrente das eleições legislativas de 6 de Outubro.

Uma equipa capaz

Do documento divulgado aos órgãos de Comunicação Social e da conversa mantida num intervalo do encontro do PCP por **Carlos Carvalhas**, **Rui Godinho** e **Jorge Cordelro** (candidato à AM de Lisboa) com a reportagem do «Avante!» podemos avançar alguns aspectos que funcionam também como traços característicos do ambiente que dominou a iniciativa realizada em Alcântara. Assim, nos últimos três anos de mandato, o PS mostrou ser uma força sem projecto para a cidade, sem capacidade nem competência, totalmente alinhado com o ritmo e os objectivos impostos pelo CDS/PSD; com Abecasis na presidência. De facto, o PS demitiu-se de ser alternativa à actual gestão.

Por outro lado, a APU apresenta-se a estas eleições para a presidência da CML com uma equipa capaz, experiente, honesta e com provas dadas. Os candidatos da APU são os únicos que avançam um projecto diferente, oposto ao da actual gestão. E quando se diz diferente, pensa-se obviamente em responsabilidade, dedicação e seriedade. De salientar ainda que a APU se apresenta ao eleitorado com provas dadas em defesa da cidade, tanto através da sua iniciativa na Câmara e na Assembleia Municipal, como nas freguesias, particularmente nas nove onde detém a maioria. A notável obra da Aliança Povo Unido em 55 Câmaras do País — algumas

aqui bem à porta de Lisboa — é factor determinante para o capital de trabalho e prestígio que caracterizam a acção dos eleitos da APU e que podem dar uma ideia de como a maior cidade do nosso país poderia ser bem diferente se a APU assumisse a direcção dos

seus destinos. E ao falar do futuro que se aproxima, é de sublinhar que a Aliança Povo Unido está disponível a aceitar a participação de todos os restantes eleitos da CML que queiram trabalhar para resolver os problemas da população de Lisboa.

Diálogo

A Aliança Povo Unido é a força melhor colocada para resolver no diálogo e eficazmente, numa região onde predominam municípios de maioria APU, os problemas da cidade e da região, com as câmaras vizinhas.

(Do documento divulgado aos órgãos de Comunicação Social)

Razões

Hoje, no final do mandato, a população de Lisboa encontra-se fortemente prejudicada pelo facto de não terem sido atribuídos pelouros à APU e tem ainda mais razões para punir os responsáveis: a aliança CDS/PSD, chefiada por Abecasis, com o apoio decisivo do PS.

(Da intervenção de Rui Godinho)

Programa

Em relação ao programa eleitoral (da APU), programa de governo da cidade, pensamos desenvolvê-lo em seis pontos: 1. Defender Lisboa, recuperá-la; 2. Planear e ordenar a cidade; 3. Melhorar as condições de vida da população e garantir a sua segurança; 4. Promover a cultura e o desporto; 5. Edificar a cidade para a juventude — um projecto jovem para uma velha cidade; e, por fim, o ponto dedicado à nova gestão na CML.

(Da intervenção de Carlos Carvalhas)

Plenário de jovens candidatos

Na sede central da Juventude Comunista Portuguesa, na Rua Sousa Martins, decorrerá no próximo sábado, a partir das 14 e 30, um plenário de candidatos jovens integrados nas listas da APU do distrito de Lisboa para as eleições autárquicas de 15 de Dezembro. Aspectos da campanha eleitoral e do trabalho dos candidatos serão abordados neste encontro de Lisboa.



Propaganda abecasiliana nas ruas de Lisboa: um «trabalhamos para si» que não passa de umas tantas afirmações de demagogia e eleitoralismo



No Saldanha, um «bom» exemplo da gestão CDS/PSD no Município da capital. Deste e de outros casos, como o «Luna Parque», está cheia a gestão da direita na Câmara de Lisboa

É a APU que o propõe

Plano de emergência para Lisboa

Um *telex* atempado marcou encontro com a Comunicação Social na passada terça-feira. Presentes, representantes da lista da APU candidata à Câmara Municipal de Lisboa, com o seu cabeça de lista, camarada Carlos Carvalhas, e os seguintes órgãos da Comunicação Social: RTP, ANOP, «Diário de Lisboa», «o diário» e «Avante!». O «Diário de Notícias» enviou fotógrafo. Presume-se que os restantes órgãos da Comunicação Social de Lisboa — da estatizada RDP aos outros muito, pouco ou nada estatizados — se debruçarão laboriosamente sobre os recortes ou notícias dos primeiros para também noticiarem, numa segunda mão atenta e sem dúvida reflectida, o que foi a apresentação do «Programa de Acção Imediata» para os problemas da capital do País por parte de um dos principais concorrentes à autarquia de Lisboa (senão o mais significativo) que se apresentam ao próximo acto eleitoral de Dezembro: a Aliança Povo Unido.

O «Programa de Acção Imediata» apresentado pela APU começa — como foi convenientemente anunciado na Conferência de Imprensa — o que um Programa de Fundo completa, na

perspectiva da defesa, recuperação e desenvolvimento urgentes da cidade de Lisboa. Este segundo conjunto de medidas será igualmente apresentado à Imprensa em data a anunciar.

Quanto ao «Programa de Acção Imediata» foi apresentado sob quatro grandes linhas-força: a primeira relacionada com a «Administração e Gestão» da cidade (por uma política aberta, eficaz e transparente), a segunda referente a «Transportes e Tráfego, Saneamento e Lixos» (favorecer as deslocações da população numa cidade limpa), a terceira atendendo ao «Património, Habitação, Segurança, Abastecimento» (defender Lisboa; recuperar a cidade e a sua vida; garantir segurança) e a última sobre «Urbanismo e Equipamento» (Ordenar o território e humanizar a cidade). Tudo na perspectiva, claramente enunciada no início do documento dado à imprensa, de tomar «Medidas de Intervenção para travar a de-

gradação da cidade, melhorar as condições de vida das populações, viabilizar a recuperação de Lisboa».

Este «Programa de Acção Imediata» justifica-se plenamente, segundo a APU, dado que «Lisboa atingiu um estado de profunda degradação a que urge pôr cobro, sob pena de se comprometer a sua recuperação. Naturalmente — prossegue o documento — à medida que avança a especulação, a desfiguração da imagem da cidade e a destruição do seu património edificado, mais se justificam medidas de fundo de médio e longo prazo que reorganizem e revitalizem o seu tecido urbano e desenvolvam a fruição da cidade aos que nela vivem e trabalham».

Contudo, e dada a situação de

extrema gravidade a que se chegou com a ruínoza gestão CDS/PSD chefiada por Abecasis com o apoio do PS, impõe-se um conjunto de medidas de extrema urgência que travem a destruição da cidade.

Daí que se chegue à necessidade de implementar um «verdadeiro Plano de Emergência, exigido pelas circunstâncias, primeiro e indispensável passo para o arranque e concretização de uma política municipal que gradualmente corrija as gritantes desigualdades e os profundos desequilíbrios que hoje existem em Lisboa e no seu inter-relacionamento com a sua Região Metropolitana».

Plano de Emergência este, constituído por um elenco de primeiras medidas nos vários domí-

nios da gestão municipal e para todas as áreas da cidade, que implicam tão somente uma clara vontade política de actuar de forma transparente, aberta, dinâmica e rigorosa».

E conclui o documento, na sua caracterização do «Plano de Emergência»:

«Este é um plano que a APU excutará de imediato no Município de Lisboa, contribuindo não só para modificar drasticamente a imagem defradada da gestão municipal e reabilitar o seu prestígio, mas também atender às mais gritantes necessidades da população lisboeta e prepará-la para a aplicação das medidas de fundo de médio e longo prazo que farão de Lisboa uma cidade de progresso, segura, cómoda e alegre».

Encontros da APU de Oeiras...

Realizado no passado fim-de-semana, o Encontro da APU de Oeiras concluiu que «o PSD/CDS, com a presidência da Câmara nos dois últimos mandatos, praticaram uma gestão incompetente, ruínoza para o município e lesiva dos interesses da população», onde ressalta o funcionamento do município sem Plano de Actividades, uma situação financeira muito grave, com défice de 319 500 contos em Dezembro de 1984 com tendência para se agravar este ano, ausência de planeamento em áreas essenciais da actividade do município, prática de actos ilegais do presidente, uma política de pessoal repressiva, prepotente e arbitrária (95 processos disciplinares num ano), desorganização de serviços e ausência de medidas para a sua reestruturação e racionalização.

O Encontro definiu como objectivos eleitorais lutar pela presidência da Câmara de Oeiras, reforçar a maioria em Barcarena e a votação em Paço d'Arcos, ganhar a Junta de Carnaxide e lutar pela de Oeiras.

... e da APU de Loures

No âmbito da preparação da campanha para as eleições autárquicas de 15 de Dezembro do corrente ano, a Aliança Povo Unido vai efectuar no Concelho de Loures um Encontro Concelhio no qual participarão todos os candidatos aos órgãos municipais e das Freguesias e muitos outros activistas e simpatizantes, membros de estruturas partidárias e de organizações populares.

O Encontro tem como objectivos centrais o balanço do trabalho realizado no mandato, a apresentação do programa eleitoral, vários aspectos da campanha e a apresentação pública de candidatos, encerrando com um comício em que participarão Joaquim Soares, da Comissão Nacional do MDP/CDE, e Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

APU de Guimarães

Segundo um comunicado da APU de Guimarães, esta força política «concorre em listas próprias no concelho de Guimarães, à Câmara e Assembleia Municipal e a 71 Assembleias de Freguesia, sendo, no Concelho, a força política que concorre a maior número de órgãos autárquicos». Nas listas da APU «há mulheres e homens com provas já dadas de trabalho, honestidade e competência em órgãos de Poder Local, à frente de associações, colectividades e sindicatos». Além disso, como frisa o documento, «a APU conhece os problemas do Concelho e da cidade, conhece as dificuldades e privações de quem trabalha», a APU tem soluções para Guimarães, propostas necessárias e possíveis de concretizar, que preservam a nossa identidade histórica sem afectar o desenvolvimento social, económico e cultural dos vimaranenses».

E refere ainda o documento: «O trabalho desenvolvido nas cinco Freguesias de maioria APU no Concelho de Guimarães, o exercício do mandato dos seus vereadores e eleitos na Assembleia Municipal e ainda mesmo dos eleitos em minoria em muitas Assembleias de Freguesia, constitui o exemplo de gestão e de trabalho caracterizado pela sua honestidade e competência».

Lutar na Madeira pela reposição da legalidade

«São verdadeiramente preocupantes as atitudes que têm vindo a ser tomadas pela Mesa durante a presente legislatura e que não se verificavam na Assembleia anterior», disse o camarada Mário Aguiar, representante do PCP na Assembleia Regional da Madeira, em conferência de imprensa realizada na passada semana no Funchal. «O PPD está repetidamente a pôr em causa o funcionamento democrático da Assembleia como forma de evitar a denúncia do seu fracasso político», sublinhou ainda.

Mário Aguiar, depois de afirmar que o PCP continuará a bater-se intransigentemente pelos seus direitos parlamentares e tomará medidas adequadas a essa

defesa, anunciou ter entregue 22 requerimentos com pedidos de esclarecimento. Estes pedidos de esclarecimento incidem sobre a situação laboral, sobre casos de utilização de dinheiros públicos e autopromoções de membros do Governo Regional em proveito próprio e outros aspectos em que o PCP deseja ver defendida a legalidade na Região.

Após ter recordado a denúncia que o PCP tem feito de irregularidades e ilegalidades quanto às finanças regionais — sublinhando a «total ausência de regras a nível do Orçamento Regional, que culminaram com a aprovação do Orçamento deste ano» e

que, afirmou, o PCP irá diligenciar no sentido de vir a ser reconhecida a sua inconstitucionalidade, Mário Aguiar lembrou outros aspectos menos claros da actuação PPD — abusiva utilização dos dinheiros das autarquias, uso dos dinheiros públicos em benefícios particulares, etc.

O deputado do PCP à Assembleia Regional da Madeira denunciou ainda os efeitos negativos da política conduzida pelo executivo de João Jardim, sublinhando que na Região tem sido uma constante decorrente dessa política os salários em atraso, o encerramento de empresas e o desemprego. Mário Aguiar afirmou, por outro lado, haver o

PCP apresentado na Assembleia Regional medidas contra esta situação, as quais têm sido recusadas pelo PPD, tal como o PS o fez na Assembleia da República sem que alternativas fossem apresentadas.

Por fim, assegurando que os comunistas continuarão a bater-se pela reposição da legalidade nessa matéria, Mário Aguiar, referindo-se à nova situação criada com as eleições de 6 de Outubro, sublinhou que, também a nível regional novas perspectivas terão também de ser compreendidas para que «se reforce a oposição ao actual descalabro político pela reposição da legalidade».

AÇORES

As manobras eleitoralistas do Governo de Mota Amaral

● Reuniu o plenário da DORAA do PCP

Também na Região Autónoma dos Açores a Aliança Povo Unido tem condições para eleger mais autarcas nas eleições de 15 de Dezembro — é uma convicção dos comunistas açorianos, agora reafirmada pela Direcção da Organização do Partido no arquipélago, que esteve reunida no último fim-de-semana no Centro de Trabalho de Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel.

Durante dois dias, a DORAA do PCP analisou e debateu a situação política nacional e regional, o trabalho preparatório das eleições autárquicas e «diversos aspectos relativos ao funcionamento organizativo interno dos comunistas dos Açores».

● Pela primeira vez, a APU concorre às Câmaras e Assembleias Municipais dos 19 concelhos da região e a 78 Assembleias de Freguesia

As conclusões da reunião plenária estão condensadas num comunicado emitido pela Direcção Regional do Partido, e foram apresentadas numa conferência de Imprensa convocada no princípio desta semana, em Ponta Delgada.

No âmbito da situação regional, a DORAA do PCP chama a atenção dos açorianos para a onda de demagogia e de eleitoralismo que o Governo de Mota Amaral está a acentuar de forma

ridícula com vista às eleições de 15 de Dezembro. Inaugurações de fachada e movimentação de meios técnicos estão na base destas manobras eleitoralistas, que decorrem em todo o arquipélago com o Governo Regional a puxar os cordelinhos de uma campanha também jogada pelos seus «peões colocados nos diferentes órgãos municipais e de freguesia».

Alertando ainda para a onda eleitoralista do Governo PSD nos

Açores, a DORAA do PCP caracteriza como demagógico e sem qualquer fundamento visível ou comprovável o anúncio de que seriam criados na Região mais dois mil novos postos de trabalho resultante do plano anual para 1986.

A presença do deputado da APU na Assembleia Regional é outro dos temas abordados nas conclusões da recente reunião da DORAA, que sublinha, referindo-se ao trabalho do camarada José Decq Mota, a neutralização de todo um conjunto de acções e deliberações daquele órgão que nada têm a ver com os interesses da região.

PCP

Algarve: APU apresenta-se em todos os órgãos autárquicos

● Plenário da DORAL do PCP analisou situação política e social

A APU concorre com listas próprias a todos os órgãos autárquicos do Algarve, com excepção da freguesia de Barão de S. Miguel (Vila do Bispo) onde, à semelhança de anos anteriores, apoia uma lista de cidadãos. A APU é assim a força política que concorre a mais órgãos autárquicos na região, o que demonstra o seu profundo enraizamento na realidade do distrito — sublinha a nota que reúne as conclusões do recente plenário da Direcção Regional do Algarve (DORAL), realizado em Faro e que abordou a situação política e social do distrito e as tarefas urgentes que se colocam.

«Confirmando o carácter amplamente unitário que presidiu, como sempre, à constituição das suas listas», as candidaturas da APU no Algarve — revela a DORAL do PCP — incluem mais de 40 por cento de democratas independentes. A participação de mulheres nas listas «Povo Unido» atinge 19,4 por cento do total de candidatos.

PS e PSD: candidatos sem crédito

Detendo-se no quadro partidário que disputará as eleições locais no Algarve e nas perspectivas da APU para 15 de Dezembro, a Direcção Regional do Partido começa por chamar a atenção para as características e os processos que estiveram na base da constituição das listas do PS e do PSD, salientando a dado passo:

«Em relação ao PS foi patente que a profunda derrota sofrida nas eleições de 6 de Outubro, associada ao mau estar latente provocado por gestões ruinosas e de compadrio em muitas Câmaras de maioria PS, provocou uma profunda desorientação e divisão nas hostes deste partido, com inegáveis reflexos na constituição das suas listas.

«Embora em menor grau, idênticas convulsões atingiram o PSD, onde a corrida ao lugar e os jogos obscuros de bastidores, acabaram por impor soluções de última hora na composição de algumas listas.»

Em suma:

«Repetição de candidatos desprestigiados e desacreditados no exercício dos mandatos anteriores, acompanhados de figuras que sobejamente já demonstraram pela ausência de participação nos órgãos para que foram eleitos, o seu desinteresse pela resolução dos problemas das populações, são uma constante nas listas destes partidos.»

Acrescenta a nota divulgada pela SIP/DORAL:

«A aliança espúria que à última hora PS e PSD acabaram por subscrever em Vila Real de

Santo António para combater a gestão da maioria APU demonstra a profunda identidade de propósitos e objectivos que une estes dois partidos assim como desacredita flagrantemente a validade e seriedade das decisões tomadas nos órgãos distritais do PS.

Atingir novas maiorias APU

«É neste quadro que a DORAL reafirma a necessidade de tudo fazer não só para manter e reforçar as posições que já detém nas duas Câmaras, Vila Real de St.º António e Vila do Bispo, e nas 8 Freguesias de maioria APU, como igualmente proclama a necessidade de atingir novas maiorias que possibilitem encetar uma viragem na gestão do Poder Local», salienta o comunicado da DORAL, que refere a seguir:

«Conseguir novas maiorias em Câmaras e Freguesias é não só um objectivo justo como está perfeitamente ao nosso alcance, situação que decorre das condições objectivas que estão criadas.

«Por outro lado e também pelo facto novo de em muitos concelhos as próximas eleições se irem disputar com o concurso do PRD, um outro objectivo igualmente importante se coloca, como seja o de eliminar as maiorias absolutas de que o PS e PSD dispõem em algumas Câmaras. Tais maiorias têm, contribuído, de forma decisiva, para acentuar o carácter autoritário, antidemocrático e favorecer o compadrio, a ineficácia e a corrupção na gestão desses órgãos. «Para a concretização de tais metas é de fundamental importância assegurar o reforço da votação na APU, mobilizando para tal todo o esforço e empenhamento de candidatos e activistas e em primeiro lugar das organizações do PCP.»

Delegação do PSUA esteve no Porto

Visitou o Porto nos últimos dias, a convite da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, uma delegação da Organização Distrital de Leipzig do PSUA (Partido Socialista Unificado da Alemanha), da República Democrática Alemã, chefiada por Roland Wotzel, secretário da Direcção Distrital de Leipzig para as questões científicas e culturais e constituída ainda por Horst Thomas, chefe da Secção Internacional da Direcção Distrital de Leipzig do PSUA.

A delegação dos comunistas de Leipzig realizou um conjunto de contactos, visitas e encontros através dos quais pôde tomar

contacto com a realidade política, económica, social e cultural do distrito do Porto.

Neste quadro realizaram-se encontros entre os representantes da Direcção Distrital de Leipzig do PSUA e da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP em que foram trocadas informações e experiências sobre a actividade partidária e de massas nas respectivas regiões e em que foram acordadas medidas com vista ao reforço das relações e à cooperação das duas organizações para o período de 1986/87.

O programa da visita incluiu ainda reuniões e contactos com

organizações partidárias do Distrito do Porto, com realidades do trabalho autárquico, nas empresas e em várias frentes do trabalho cultural e a realização em Matosinhos de uma sessão de amizade em que entrevistaram pela Direcção Distrital de Leipzig do PSUA o camarada Roland Wotzel e pela DORP do PCP o camarada Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do CC.

A visita que agora terminou insere-se no quadro das relações fraternais e de amizade existentes entre o PSUA e o PCP.

Encontro Alvalade

● Festa Cubana e Ciclo de Cinema



Uma Festa Cubana com artistas da música e do teatro, um ciclo de cinema («Memórias do Fascismo»), um Café Encontro repleto de iniciativas e uma exposição com obras de Hilário Teixeira Lopes são motivos de sobra para uma deslocação ao cinema Alvalade, transformado num espaço vivo de animação cultural e de debate na cidade de Lisboa.

Vamos aos pormenores.

A Festa Cubana é organizada pela Associação de Amizade Portugal-Cuba e traz até nós o grupo musical «Cinco ou Quatro», e a jovem Blanca Estrella (nome prestigiado na América Latina). O grupo de teatro «Buscón», de Havana, será outra presença cubana no Alvalade.

O conjunto «Cinco ou Quatro» e Blanca Estrella vão realizar espectáculos de duas horas no sábado às 21 e 30 e no domingo às 16 horas.

A peça «Buscón busca um Otelo» será levada à cena na terça-feira, dia 19, às 21 e 30. No dia seguinte à mesma hora, o grupo «Buscón» apresentará «Los Asombrosos Benedetti». As duas peças são de José António Rodríguez, director do grupo, que conta com os seguintes intérpretes: Mário Balmaseda, Aramis Delgado, Jorge Hernandez, Micheline Calvert, Linda Mirabal, Raul Lima e o próprio José António Rodríguez.

O 3.º ciclo de cinema do Encontro Alvalade — subordinado ao tema «Memórias do Fascismo» — prossegue hoje com a exibição de «Mephisto», em sessões às 17 e às 21 e 30, interditas a menores de 13 anos. A realização é de Istvan Szabo. Na segunda-feira, dia 18, será projectada a película «Ascensão», de Larissa Chepitko e no dia 21 (quinta-feira) «Roma, Cidade Aberta», de Roberto Rossellini. O ciclo continua até dia 28.

Falando ainda de cinema, o Espaço Alvalade inclui uma programação especial com o filme cubano «Memórias do Subdesenvolvimento», de Tomas/Gutierrez/Alea, que será apresentado no domingo, dia 17, às 15 e 30, 18 e 30 e 21 e 30.

Duas notas finais neste rápido apontamento sobre as iniciativas no Alvalade. Para referir que a exposição dos trabalhos de Hilário Teixeira Lopes termina no dia 24 e para lembrar que no Café Encontro há animação todas as noites, seja com música popular portuguesa ou com a rubrica «música para sempre» ou ainda com a participação de jovens artistas. E há quem não perca a discoteca (sexta-feira).



Grupo «Cinco ou Quatro»: trabalho intenso e criador desde 1958. Detentor de vários prémios em Cuba, já actuou em Portugal, no Iraque e no México. Juntamente com Blanca Estrella, o grupo apresentará no Alvalade canções tradicionais cubanas de êxito internacional e ainda a actual música de dança cubana. Jesus Hernandez será o director artístico do espectáculo

Terra

Ataques à Reforma Agrária

Governo novo com política velha

Reunidos para analisar a situação decorrente da formação do novo Governo e para apreciar as mais recentes informações que dão conta de uma nova ofensiva contra a Reforma Agrária, os Secretariados e Uniões das UCP's/Cooperativas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal aprovaram uma resolução na qual sublinham a firme disposição dos trabalhadores de desencadear «novas formas de luta que impeçam o prosseguimento de uma política institucional, assente em ilegalidades e corrupção».

Esta tomada de posição aprovada na passada segunda-

-feira surge na sequência de elementos que indicam existirem mais de uma centena de notificações e despachos para novos processos de reservas e leilões que totalizam mais de 50 mil hectares.

Na opinião das estruturas da Reforma Agrária esta ofensiva do Governo pretende atingir algumas das cooperativas que se têm evidenciado por altos índices de desenvolvimento e organização e ocorre em pleno período de sementeiras, situação que é tanto mais escandalosa quanto se sabe estarem todos os processos em curso recheados de flagrantes ilegalidades.

Saliente-se que até os pequenos agricultores que foram utilizados contra a Reforma Agrária pelos agrários e por vários governos estão agora a receber notificações para deixarem as terras no sentido de estas serem entregues de novo aos agrários.

Segundo os trabalhadores está-se, pois, perante um largo e diversificado assalto às UCP's/Cooperativas e também a muitos pequenos agricultores, ofensiva que «não olha a meios nem respeita quaisquer princípios legais e que tem como objectivo puro e simplesmente a liquida-

ção da Reforma Agrária».

Depois de afirmarem que a «arrogância e a demagogia do senhor professor não é, só por si, suficiente para intimidar os trabalhadores nem para tornar legal o que é profundamente ilegal, escandaloso e corrupto» e que é a própria «dignidade do Estado democrático que está em causa», o comunicado chama a atenção para o facto de ser o Governo e as forças e órgãos de soberania que o viabilizem os «responsáveis pela situação de luta e confronto que a política de destruição da Reforma Agrária venha a criar».

PCP

TRABALHADORES EXIGEM MEDIDAS CONTRA O FLAGELO DOS SALÁRIOS EM ATRASO

PS, PSD e CDS impediram sucessivas propostas de solução do PCP

Muito se tem falado em salários em atraso. A CGTP, nomeadamente, que tem denunciado esta situação. Mas também as forças políticas abordaram o assunto precisamente na última campanha eleitoral. Nessa época — mesmo as que antes as inviabilizavam — apresentavam soluções. Já havia remédio para o mal. Então por que bloquearam todas as iniciativas do Grupo Parlamentar do PCP que, desde o início de 1983 — quando o fenómeno começou a fazer-se sentir —, alerta para a situação e tem apresentado propostas concretas para a sua solução?

Logo no início dos trabalhos da nova Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Mesa um Projecto de Lei que visa aprovar medidas urgentes para combater e eliminar a calamidade dos salários em atraso.

No preâmbulo do texto faz-se um historial das iniciativas levadas a cabo pelos comunistas para resolver esta situação, que a memória é curta e não raro os restantes partidos políticos mu-

dam de opinião como quem muda de camisa.

Logo no começo de 1983, o PCP confrontou as instituições e em particular a Assembleia da República com a necessidade de adopção de medidas imediatas para os casos isolados que começavam a alastrar.

No seu Programa Eleitoral para a AR, de 25 de Abril de 1983, o PCP propôs-se apresentar um Projecto de Lei sobre a matéria, o que veio a fazer logo

nas primeiras reuniões plenárias.

No debate do Programa do Governo PS/PSD e na interpelação sobre a política económica e social (realizada no mês de Outubro de 1983), o Governo PS/PSD demonstrou total insensibilidade para a questão, chegando a negar a sua existência ou a afirmar que, em qualquer caso, não caberia ao Estado e ao Governo resolvê-la.

Em 4 de Novembro de 1983, a Assembleia da República aprecia, por marcação do PCP, o Projecto de Lei n.º 14/III («Sistema de garantia pública do pagamento dos salários em atraso»). O Projecto é rejeitado pelos votos do PS, PSD, CDS e ASDI.

Novas tentativas no ano de 1984

Vem o ano de 1984 e novamente o Grupo Parlamentar do

PCP não poupa esforços para que a situação dos salários em atraso seja resolvida a contento dos trabalhadores.

Como refere o preâmbulo do Projecto de Lei agora apresentado, em 16 de Fevereiro de 1984 o Governo é interpelado, tendo sido apresentado durante o debate pelo PCP um novo Projecto de Lei, bem como cerca de 600 requerimentos sobre empresas em que se verificava atraso ou falta de pagamento de salários.

No essencial o Governo alegou que não lhe cabia intervir na situação das empresas.

Em 17 de Fevereiro de 1984, o Presidente da AR rejeitou a admissão do Projecto de Lei do PCP.

Em 28 de Fevereiro de 1984, com os votos contra do PS, PSD e ASDI, é rejeitada a reclamação

do PCP do despacho do Presidente da AR de não admissão do Projecto de Lei do PCP.

Em 16 de Março de 1984, o PS e o PSD votaram contra a admissão de dois novos projectos do PCP que abordavam a solução dos salários em atraso.

Em 17 de Abril de 1984, PS e PSD rejeitavam o pedido de discussão urgente do Projecto de Lei do PCP n.º 295/III («Incidência penal do não cumprimento atempado da retribuição»). O PCP tinha apresentado juntamente com esse o Projecto de Lei n.º 294/III («Medidas para a defesa e salvaguarda da empresa com salários em atraso»).

Em 15 de Novembro de 1984, a Assembleia com os votos do PS, PSD, CDS e ASDI rejeita um novo Projecto de Lei (n.º 357/III que «Aprova medidas tendentes a organizar a resposta

do Estado democrático a calamidade dos salários em atraso»).

Em 19 de Novembro de 1984, o PCP apresenta uma proposta de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito tendente a averiguar as acções e omissões ilegais do Ministério do Trabalho e da Inspeção Geral do Trabalho em detrimento das suas atribuições próprias e dos direitos dos trabalhadores, designadamente na área dos salários em atraso. Por força da orientação governamental, a proposta do PCP nunca chegou a ser apreciada.

Hoje, mais uma vez o PCP se propõe dar o seu contributo para a resolução do problema dos salários em atraso. A ver vamos se os partidos que durante a recente campanha eleitoral se manifestaram nesse sentido não têm a memória curta...



Onze milhões de contos em dívida em sete distritos

Em Setembro de 1985, de acordo com os números fornecidos pela CGTP, o valor global da dívida aos trabalhadores com os salários em atraso, em sete distritos do continente, ultrapassava os onze milhões e meio de contos.

Paralelamente e de acordo com as informações recolhidas pela Intersindical Nacional — informações que não são exaustivas e não incluem as Regiões Autónomas, nem o distrito de Bragança — continuou a verificar-se, a partir de Janeiro deste ano, uma umento dos trabalhadores com salários em atraso.

Citando números que só pecam por não apresentarem a totalidade deste flagelo, em Janeiro de 1985, estavam na situação de não pagarem aos trabalhadores 752 empresas afectando 103 594 trabalhadores; em Junho desse ano eram já 766 empresas, com 104 450 trabalhadores e em Setembro, últimos dados recolhidos o número de empresas subia a 813, com 108 033 trabalhadores.

Entretanto, se compararmos o aumento das empresas com salários em atraso, verificado entre Março de 1984 e Setembro de 1985, constata-se que atingiu quase o dobro — 484 para 813 no último apuramento, o que re-

presenta um acréscimo de 329 empresas.

Por distritos, o valor global da dívida referente aos salários em atraso atinge o maior quantitativo em Lisboa (3 670 498 000\$00), logo a seguir vem Setúbal (2 800 000 000\$00) e só depois o Porto com 2 451 460 000\$00, ocupando a quarta posição o distrito de Santarém, com 1 500 000 000\$00. Dos restantes três distritos de que há dados são os seguintes os valores globais das dívidas, em Setembro deste ano: Coimbra (565 370 000\$00), Aveiro (545 471 000\$00) e Portalegre (100 000 000\$00).

Tendo em consideração estes dados verificava-se que a dívida média por trabalhador era de 289 contos no distrito de Santarém — o valor mais elevado — e de 40 contos no distrito de Portalegre, o quantitativo mais baixo.

Mas é preciso ter em conta que no distrito de Santarém a média dos meses de salários em atraso era de mais de 9 meses, enquanto que no distrito de Portalegre pouco ultrapassava um mês.

Para uma melhor visão do conjunto damos a seguir a dívida média por trabalhador nos res-

tantes distritos e, entre parêntesis, o número de meses em atraso: Aveiro — 134 contos (4,5); Coimbra — 126 contos (3,7); Lisboa — 133 contos (3,2); Porto — 117 contos (3,5) e Setúbal 255 contos (6,7).

Vale a pena discriminar ainda, de acordo com os dados conhecidos, o quantitativo de empresas com salários em atraso por distrito, segundo o balanço de Setembro de 1985: Aveiro — 31; Beja — 5; Braga — 100; Castelo Branco — 26; Coimbra — 56; Évora — 20; Faro — 33; Guarda — 8; Leiria — 35; Lisboa — 214; Portalegre — 27; Porto — 125; Santarém — 50; Setúbal — 41; Viana do Castelo — 10; Vial Real — 10; Viseu — 22.

Segundo tudo indica o panorama actualmente não terá melhorado. A cifra de trabalhadores com salários em atraso ronda ou ultrapassa os 150 mil, pois não são conhecidos os números das Regiões Autónomas nem de Bragança. A acrescentar, o facto de não ser possível conhecer os dados de certas empresas. Por outro lado, a situação a alterar-se foi para pior pois nalguns casos há conhecimento de que certas empresas que estavam nesta situação encerraram ou reduziram o volume de emprego.

ESTIMATIVA DOS SALÁRIOS EM ATRASO EM AGOSTO DE 1985

DISTRITOS	Número de empresas com salários em atraso	Número de trabalhadores com salários em atraso	Quantitativos dos salários	Média de meses de salários em atraso por trabalhador	Média de quantias em atraso por trabalhador	Porcentagem de trabalhadores por conta de outrem com salários em atraso
Aveiro	31	4059	545 471 000\$00	4,5	134 385\$00	2,23%
Beja	5	354	—	—	—	0,8%
Braga	100	12000	—	—	—	5,85%
Bragança	—	—	—	—	—	—
Castelo Branco	26	4359	—	—	—	7,98%
Coimbra	56	4503	565 370 000\$00	3,7	125 554\$00	4%
Évora	20	2000	—	—	—	3,87%
Faro	33	3451	—	—	—	4,17%
Guarda	8	1925	—	—	—	4,84%
Leiria	35	4500	—	—	—	4,17%
Lisboa	214	27575	3 670 498 000\$00	3,2	133 109\$00	3,7%
Portalegre	27	2500	100 000 000\$00	1,2	40 000\$00	6,8%
Porto	125	20918	2 451 460 000\$00	3,5	117 193\$00	4,1%
Santarém	50	5189	1 500 000 000\$00	9,3	289 013\$00	4,1%
Setúbal	41	11000	2 800 000 000\$00	6,7	254 545\$00	5,15%
Viana do Castelo	10	700	—	—	—	1,4%
Vila Real	10	1000	—	—	—	2%
Viseu	22	2000	—	—	—	2,4%
TOTAL	813	108033	11 682 779 000\$00	—	—	—

FONTE: CGTP/Intersindical

Os números que acima publicamos são, na sua frieza, já particularmente elucidativos do drama dos salários em atraso. Contudo, merecem algumas reservas que os fazem seguramente ser largamente inferiores à realidade. Em primeiro lugar, torna-se praticamente impossível por naturais dificuldades de apuramento dispor de um levantamento rigoroso da situação: os dados apresentados referem-se exclusivamente a situações apuradas, sabendo-se que existem muitas mais de que se não dispõe de informação rigorosa. Por outro lado, torna-se igualmente difícil apurar quantitativos exactos no que se refere aos quantitativos em atraso, o que leva a que apenas se apresentem aqueles acerca dos quais existe uma maior exactidão e que se referem

exclusivamente a 7 distritos: contudo, estes 7 distritos representam cerca de 70% do total da situação, pelo que os mais de 11 milhões de contos aí apurados constituem um elucidativo elemento de gravidade da situação. Finalmente, há que esclarecer que nomeadamente nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal a situação de salários em atraso se modificou nos últimos meses para outra ainda mais grave: o puro e simples desemprego resultante do encerramento definitivo e consequente despedimento em empresas que ficaram a dever centenas e centenas de milhares de contos de salários aos seus trabalhadores. Refira-se ainda que os números divulgados se referem apenas ao continente.

Trabalhadores

SALÁRIOS E PENSÕES

Reivindicados aumentos ao Governo

● A Inter marca para dia 22 um Plenário Nacional

Enquanto decorria em catorze distritos do Continente a II Conferência de Organização Sindical, a CGTP efectuava ou promovia outras iniciativas, com destaque para a actualização dos salários mínimos nacionais. Relevo merece também a proposta ao Primeiro-Ministro de «uma primeira reunião de trabalho». Reivindicando «decisões que podem ser tomadas exclusivamente pelo Governo», a Inter reclama soluções do Ministério Cavaco Silva para: «salários em atraso; assistência material aos desempregados; salários mínimos nacionais; actualização das prestações sociais (abono de família, subsídios, pensões, etc.); segurança no emprego; contratação colectiva; e reposição da legalidade democrática». Entretanto, cinco mil ferroviários reformados e pensionistas da CP concentravam-se, no passado dia 6, frente à Secretaria de Estado da Segurança Social, em Lisboa, para «exigir ao Governo o pagamento imediato dos aumentos com retroactivos desde Fevereiro». As organizações responsáveis pela concentração foram mandatadas para «convocarem outras acções de luta, caso se mantenha a situação actual». Tomadas de posição, acções diversas e formas de luta caracterizaram também nos últimos dias a acção prática do movimento sindical unitário por todo o País.

Na reunião de trabalho solicitada pela CGTP ao Primeiro-Ministro é reivindicada a actualização dos salários mínimos nacionais a partir de 1 de Janeiro próximo. Os novos valores devem ser fixados em 24 500, 21 500 e 17 mil escudos respectivamente para os trabalhadores da indústria, comércio e serviços; trabalhadores rurais; e serviço doméstico.

Outra das reivindicações apresentadas ao Governo diz respeito ao aumento das pensões. A pensão mínima geral deve ser aumentada para 13 400 escudos; a pensão mínima dos rurais para 11 400; e a pensão social para 9 mil escudos.

A pensão de sobrevivência deve ter «aumentos proporcionais aos das pensões mínimas». A pensão de grande invalidez subiria para 8500 escudos e o complemento do cônjuge a cargo para 2400.

Reformados da Lisnave não recebem o complemento

Os perto de 800 reformados da Lisnave, muitos com mais de 30 anos de estaleiro, (são 600 os reformados por antiguidade e alguns «fizeram a empresa»)

não recebem o complemento das pensões oficiais que a administração se comprometeu a pagar. Os que se encontram na situação de reforma antecipada estão nas mesmas condições. Um plenário na Margueira, dia 6, decidiu reunir uma assembleia daqueles trabalhadores, em 3 de Dezembro próximo, às 15 horas, na Rocha Conde de Óbidos, para decidir sobre formas de luta a adoptar, eventualmente.

Recorde-se que a Lisnave, agora com menos 2000 trabalhadores do que há dois anos (1165 foram despedidos desde 1984, ou rescindiram os contratos por dívidas salariais) é das empresas mais afectadas pelos salários em atraso, atingindo também os reformados por antiguidade ou antecipação.

Injustificado o atraso nas reformas da CP

Os pensionistas da CP salientam que os atrasos anuais no pagamento das reformas (aumentos) não têm justificação. «Os governos, dos últimos cinco anos, afirma-se numa resolução aprovada durante a acção de luta do dia 6 em Lisboa, têm manifestado um profundo desprezo

pela difícil situação económica e social dos reformados e pensionistas dos regimes especiais da CP.» Os aumentos, acrescentam os subscritores da resolução, «decorrem do Acordo de Empresa» (regulamentação colectiva de trabalho); constituem «um direito contratual que não pode estar dependente seja da vontade de quem for».

Ao exigirem deste Governo o pagamento dos aumentos em atraso os reformados da CP lembram que é «chocante o contraste entre as promessas eleitorais dos partidos que têm integrado os últimos governos, numa verdadeira caça ao voto da população da chamada terceira idade, e a prática política dos governos, cada vez mais insensíveis aos problemas económicos e sociais dos reformados e pensionistas de sobrevivência».

A reclamação principal é, neste caso, o pagamento imediato dos aumentos de 1985, em atraso desde Fevereiro.

Conferência da CGTP: Mais atenção ao local de trabalho

Ao terminarem os trabalhos da II Conferência de Organização Sindical, a direcção da Inter, por intermédio de Carvalho da Silva, referiu-se às principais linhas de acção resultantes do debate e das propostas apresentadas nas catorze sessões distritais da Conferência descentralizada que se efectuou entre 5 e 9 do corrente em catorze distritos do Continente. Na base da acção sindical, tendo em conta as novas condições políticas, deve estar cada vez mais o local de trabalho para fazer recuar «a grande ofensiva contra os trabalhadores nos últimos anos» que em alguns casos (hotelaria e construção civil nomeadamente) tem provocado «efeitos negativos na estrutura sindical». A destruição do aparelho produtivo e os ataques à organização sindical têm sido nos últimos anos as duas linhas principais da acção do Governo/patronato afim. No próximo dia 22, a CGTP efectua um plenário nacional.

Introdução ao AA

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ADMITIDO, NÚMERO E PUBLICAÇÃO: *Boletim da Comissão*

PROJECTO DE LEI Nº 2/IV

APROVA MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER E ELIMINAR A CALAMIDADE DOS SALÁRIOS EM ATRASO

1. A questão dos salários em atraso, aparecendo como a face mais visível e mais escandalosa das consequências sociais da política de desastre nacional prosseguida pelos governos do PS, PSD e CDS durante os últimos anos, tornou-se uma questão central para o povo português, que, condenando a situação, reclama e exige soluções.

A abrir a Assembleia:

- Criação de um subsídio oficial para pagamento dos salários em atraso
- Os trabalhadores com salários em atraso mantêm todos os direitos e regalias quanto à segurança social
- As empresas com salários em atraso são obrigatoriamente sujeitas a Inquérito da Inspeção-Geral de Finanças e Inspeção-Geral do Trabalho
- O patronato com salários em atraso não pode distribuir lucros ou dividendos, pagar remunerações a membros dos corpos sociais, vender ou alienar património móvel ou imóvel das empresas
- A solução para a situação de empresas com salários em atraso passa por um processo de negociação em que intervém o patronato, o colectivo dos trabalhadores através das suas organizações representativas, outros credores e entidades públicas centrais regionais e autárquicas especialmente interessadas no destino da empresa
- O não pagamento pontual de salários por negligência ou fraude é considerado crime e punido com prisão e multa

Ver Pág. 13/Assembleia da República

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ARTIGO 1º

ARTIGO 2º

O Governo aprovará os diplomas necessários à regulamentação das disposições da presente lei que da tal careçam.

Trabalhadores

Desenvolver não. Destruir — gestão da «gestão» na EPAC

O que se passa afinal na EPAC não é apenas uma simples devolução de bens a antigos proprietários, donos dos grémios fascistas. Ao contrário do que afirmam alguns abastados comerciantes, importadores e grossistas, trata-se mas é de desmantelar a Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, que já existia, aliás, antes do 25 de Abril. De resto, foi no sentido do desmembramento sem ambiguidades que o ex-secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas apresentou à comissão de trabalhadores da EPAC uma proposta para a criação de quatro empresas, incluindo uma outra EPAC com o mesmo nome, mas com novos estatutos. Segundo a Federação sindical (FEPCES) exercerá «funções de mera gestão» essa nova EPAC. E os postos de trabalho, nesta e noutras empresas, como é? Como é na Lisnave, na Siderurgia, na Petrolgal; como é, por sectores, nas pescas, nas indústrias metalúrgica e metalomecânica, na indústria alimentar e até nos serviços? Como é na Torralta? Na Messa?

Mais de 15 mil postos de trabalho desapareceram num ano. Só no sector público não financeiro, excluindo, por conseguinte e especialmente a banca e os seguros, «voaram» 7 por cento do volume do emprego; e, note-se bem, consideram-se apenas as empresas do sector empresarial do Estado com mais de 500 trabalhadores.

Conforme o que a Inter divulgou há dias, as empresas contempladas pela política de «despedir a todo o gás» não vão além de 48 no seu conjunto, e «apenas duas aumentaram os seus postos de trabalho, mas de forma insignificante — mais 105 empregos».

Os postos de trabalho desaparecidos são exactamente 15 210 e representam 7 por cento do respectivo volume de emprego. A CGTP, que baseia esta conclusão «num estudo comparativo dos níveis de emprego nas referidas empresas entre 31 de Dezembro de 1983 e igual data de 1984», revela que, «nas empresas com salários em atraso, a quebra de emprego foi ainda mais acentuada (8 por cento)».

O facto confirma o que vimos repetindo com justeza: «a política de não pagamento dos salários é meio caminho andado para o desemprego».

Despedir, despedir sempre

Um dos objectivos dessa política, o mais grave para os trabalhadores, é, «designadamente no sector empresarial do Estado» — reafirma a Inter — «desonerá-lo do peso dos encargos salariais» e tornar mais fácil «a sua entrega ao capital privado» quer «desnacionalizando o SEE, quer reprivatizando as suas partes mais rentáveis». Despedir, despedir sempre — eis uma espécie de divisa dos últimos governos, que o último em data recentemente empossado certamente não pode (nem quer) alterar.

Na própria passagem do testemunho do PS/PSD para o PSD se vê que nada de substancial será diferente.

Tanto os já concretizados

• Num ano desaparecem 15 mil empregos no sector empresarial do Estado

como os que ainda estão na fase da ameaça, os processos de despedir (e são vários) vão do ramo automóvel à hotelaria, passando evidentemente por grandes empresas industriais e supermercados.

Uma das ameaças mais fortes incide actualmente na Siderurgia.

Sabe-se que, em vésperas da mudança (?) do Governo, um dito plano de reestruturação da Siderurgia Nacional (mais de 20 milhões de contos em maquinaria a apodrecer desde 1980 no Seixal) envolveria agora um investimento de 15 milhões de contos, aproximadamente.

Mas sabe-se também que nenhuma garantia de emprego acompanha essa «promessa».

O Plano Siderúrgico Nacional, mesmo reduzido à sua expressão mais simples, foi por água abaixo.

A produção da Siderurgia, embora tenha aumentado, corresponde hoje a pouco mais de metade das necessidades nacionais.

Mas Portugal importa anualmente perto de 25 milhões de contos de aço.

As quotas de produção comunitárias serão, entretanto, progressivamente suprimidas. O processo começa também, a prazo, para o nosso país.

Daí que quadros da Siderurgia tenham afirmado que o bloqueamento do plano de expansão da SN e a liberalização na CEE se apresentem conjugados como uma boa notícia para a CEE e também para os Estados Unidos, que verão mais facilmente escodados os seus excedentes para Portugal.

Barreto na mesma pasta

Bissaia Barreto, ex-ministro da Agricultura e Pescas «transita» para a mesma pasta no PSD sozinho. A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, ao sublinhar o facto relativamente à EPAC, escreve que «resta agora conhecer a posição do novo Governo».

Mas a FEPCES não alimenta, naturalmente, ilusões. Por isso acrescenta que o facto Barreto «nada augura de positivo, e contraria por completo as críticas repetidamente anunciadas por Cavaco Silva à política do anterior Governo».

Além da EPAC, (remetida para a gestão) as três empresas a criar, segundo o projecto PS/PSD seriam a Nacimpor, a Servipor e a Naciagro.

Estas três «sociedades anóni-

mas de responsabilidade limitada», mas com capitais maioritariamente públicos, (da EPAC como é notório) abrir-se-iam todas ao capital privado pronto a mamar em possíveis investimentos públicos, pois a EPAC (nova versão) limitar-se-ia a gerir as suas acções, ou coisa parecida, nas três «privadas» do projecto Barreto PS/PSD.

Como na Siderurgia também na EPAC nada de substancial será diferente.

A corrida da direita contra os postos de trabalho e o desenvolvimento nacional vai prosseguir na Fábrica de Louças de Sacavém, na Torralta, na Mármore do Condado, na Têxtil Village Jotocar e mesmo na Função Pública e em sectores inteiros como a metalurgia e a metalomecânica, os têxteis e a química.

É certo que a capacidade de resposta dos trabalhadores organizados varia sensivelmente de empresa para empresa, de local

para local de trabalho, e nos diferentes sectores.

No entanto, a actuação geral do movimento sindical unitário e do movimento operário, a intervenção do PCP nos órgãos apropriados e a força indomável da CGTP na condução das lutas vão aumentar a eficácia contra os processos de desemprego em massa e do encerramento de empresas.

E bem necessária é essa eficácia. A Torralta e outros representantes do grande patronato recorrem impunemente ao lock-out. Todos sabem que é uma ilegalidade flagrante. Mas Governo e as autoridades fecham os olhos.

Aqui e mais uma vez a resposta certa à impunidade é a luta, a acção sindical conjugada, a negociação aberta com todos os que estão dispostos a respeitar a legalidade democrática e a ouvir, por conseguinte, os trabalhadores.

LUTAS E TAREFAS

• O STAL (Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais) de âmbito nacional, com sede em Santarém, reúne nos próximos dias 23 e 24 de Novembro, em Braga, o seu Conselho Nacional. De acordo com os estatutos terminou no passado dia 3 o prazo para apresentação das propostas definitivas para discussão. Terminou também no mesmo dia o prazo para a divulgação da ordem de trabalhos do Conselho Nacional. Incluindo «questões gerais dos trabalhadores portugueses» (ponto 2 — situação político-sindical) este Conselho, órgão máximo do STAL debaterá, em cinco pontos, o «orçamento e plano de actividades; situação político-sindical, questões urgentes; questões económicas; e próximo Conselho Nacional» (local e data). As reivindicações específicas e comuns a todos os trabalhadores da Função Pública serão objecto de propostas diferentes a apresentar no Conselho. Outras, em maior número, incidirão nas questões propriamente específicas dos trabalhadores da Administração Local (autarquias). A proposta de resolução político-sindical será apresentada pela direcção nacional.

• Cursos de formação profissional, incluindo «Informática (Basic-Cobol)», estão a ser promovidos pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços — FEP-CES. Os sindicatos federados colaboram nesta iniciativa que, além da Informática, inclui Contabilidade e Fiscalidade, Direito do Trabalho, Línguas (Inglês e Francês) e Secretariado. A FEP-CES refere que patrocina ainda outros cursos. As inscrições estão abertas nos sindicatos filiados na FEP-CES de âmbito nacional e com sede em Lisboa, como se sabe.

• Aberta a todos os trabalhadores da Inspeção Económica, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, promove depois de amanhã, sábado, em Coimbra, uma reunião nacional de trabalhadores da Direcção-Geral (DGIE) daquela

Inspeção. Segundo a Federação dos TFPs, os referidos funcionários, que trabalham num «sector fundamental para a garantia da qualidade de vida dos portugueses», há mais de dez anos que lutam pela «reestruturação dos serviços, sem que se tenham verificado resultados palpáveis, o que os coloca numa situação degradante, nomeadamente em relação a sectores afins da Função Pública». Oitava medida das famigeradas cem do partido socialista, que, entre muitas outras nunca foi cumprida, a reestruturação, designadamente a das carreiras da DGIE — primeira das questões a ser debatida na reunião nacional de Coimbra, — pode levar ao desencadeamento de acções de luta, pois, nesse período de tempo superior a dez anos, «praticamente não tem havido concursos de promoção, quer ao nível da carreira técnico-profissional, quer administrativa, dando lugar a situações escandalosas, tais como haver agentes provisórios que se encontram há mais de cinco anos nesse regime», revela a Federação sindical dos TFPs. A reunião nacional de Coimbra tem pois como objectivo «analisar e discutir os problemas existentes, as medidas a tomar e as acções a desencadear», conclui a Federação.

• A comissão negociadora sindical (CNS) que concluiu recentemente, com aumentos salariais de 24 por cento, o acordo colectivo (AE) da Petrolgal, valoriza, «para a conquista deste acordo bastante positivo», a «firme combatividade dos trabalhadores», que em 27 de Setembro-fim fizeram uma greve com 70 por cento de adesão. Referindo que «vale sempre a pena lutar», a CNS afirma que «a negociação colectiva vai prosseguir de imediato», no âmbito de acordos complementares (cantinas, admissões e carreiras). Quanto à negociação do AE, a CNS salienta que «o conselho de gerência contou uma vez mais com a colaboração dos sindicatos divisionistas na empresa e também com o apoio da Fetese, os quais acordaram com o CG um texto que retira direitos aos trabalhadores».

PCP

Montemor-o-Novo Melhorar a organização

Os problemas da organização estiveram em foco na recente reunião plenária da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo, no distrito de Évora. Conscientes da «existência de algumas deficiências no campo da organização», os comunistas daquele concelho alentejano vão prosseguir as reuniões envolvendo todos os organismos do Partido, tendo decidido marcar para uma

data breve a realização de uma iniciativa de âmbito concelhio para analisar e debater questões fundamentais para o reforço da organização do Partido e para o trabalho de direcção.

Dar maior acompanhamento político e organizativo aos quadros, discutir aspectos do trabalho colectivo no Partido, prosseguir o recrutamento de novos ca-

maradas, melhorar e ampliar a formação ideológica dos membros do Partido são desde já algumas das justas preocupações avançadas pela Comissão Concelhia do PCP.

Questões como a defesa da Reforma Agrária e as eleições autárquicas mereceram o devido relevo no debate realizado por aquele organismo do Partido.

Camaradas Falecidos

Carlos Alberto Ferreira

Natural da freguesia do Socorro, Lisboa, faleceu recentemente o nosso camarada Carlos Alberto Ferreira, de 56 anos, preparador de obra. Pertencia à organi-

zação do PCP da freguesia de S. João de Brito.

Francisco (Chico) do Monte

No passado dia 2 faleceu o militante comunista Francisco (Chico) do Monte, de 60 anos. Era membro do organismo de di-

recção de Oeiras (distrito de Lisboa).

Aos familiares, companheiros e amigos dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Terra

Festa de fim-de-ano agrícola, em Avis

Produções tão elevadas? A diferença chama-se Reforma Agrária

O último sábado, em Avis, foi um dia de festa.

Com lugar cativo no calendário dos grandes eventos da região, tratou-se de uma jornada que a **Cooperativa Agrícola 1.º de Maio** leva a efeito todos os anos por esta altura e que reúne habitualmente, como agora aconteceu, milhares de pessoas entre cooperantes, conterrâneos e outros amigos de diferentes pontos do País que neste dia se deslocam a Avis por entenderem ser esta uma ótima ocasião para levar à Reforma Agrária o seu apoio fraterno e solidário.

Como sempre acontece nestas coisas abundou a animação e a alegria, houve tempo para a dança e o canto, provaram-se petiscos e boa "pinga", trocaram-se sorrisos, abraços e opiniões.

Mas se a Festa valeu por ser um excelente pretexto para a confraternização e o convívio ela constituiu ainda um momento de pausa para a reflexão colectiva, uma oportunidade para o prestar de contas, para o apurar dos êxitos e dificuldades, para a divulgação de planos e projectos em torno dos quais se mobilizam — com o seu engenho, esforço e confiança — os homens, mulheres e jovens da Reforma Agrária.

Confiança no futuro

E talvez tenha sido justamente este último aspecto um dos que mais se salientou durante o passado sábado: conhecedores do valor e da força do seu trabalho, cientes da importância da sua unidade e organização, os trabalhadores da 1.º de Maio encaram com enorme optimismo o futuro.

As razões, não são para menos. Como salientou o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC — presente na qualidade de convidado especial em representação do PCP — a 1.º de Maio constitui hoje «uma pérola da Reforma Agrária que é o orgulho dos seus trabalhadores e do povo de Avis».

Aliás, os números (ver caixa) com que a Cooperativa chegou ao fim deste ano agrícola são a expressão mais eloquente desta realidade, comprovando a evidente superioridade registada em toda a linha por estas formas superiores de exploração, moderna e rentável, que constituem desde há dez anos as UCP's-/Cooperativas da Reforma Agrária.

Muitos outros factos, números e exemplos poderiam atestar esta afirmação (múltiplas vezes repetida e demonstrada e nunca desmentida) e ainda a enxcedível dedicação e empenho do proletariado rural do Sul. Lembremos apenas o caso de «Fonte Ferreira», uma herdade de 500 hectares cujo custo atingiu os 35 mil contos e cuja aquisição

foi efectuada com o próprio dinheiro dos trabalhadores da 1.º de Maio que para o efeito prescindiram de todos os subsídios a que tinham direito durante um ano para deste modo adquirirem um bem que veio enriquecer consideravelmente o património da sua Cooperativa.

Ora, o que revela esta atitude senão uma enorme confiança, uma mentalidade nova apostada no desenvolvimento e no progresso, uma forma inovadora de encarar a exploração agrícola e de criar riqueza?

E que dizer — para citarmos apenas mais um exemplo — da nova oficina mecânica (um dos investimentos mais recentes) construída na sua quase totalidade com o trabalho voluntário dos cooperantes, os quais nas suas horas vagas, nos fins-de-semana e feriados, prescindiram do seu descanso para erguer aquela que é agora a mais moderna oficina mecânica da região?

Orgulho na obra

Como nos dizia José Teixeira (o «Alface»), tractorista, desde a



Avis recebeu no último sábado milhares de visitantes em apoio solidário à Reforma Agrária e à Cooperativa 1.º de Maio

primeira hora cooperante, não há palavras para exprimir o orgulho por «tanta obra já realizada pela Cooperativa», empresa agrícola que a par da Câmara Municipal é hoje o coração de toda a vida no concelho.

Com efeito, para além de constituir o eixo de toda a actividade económica, a 1.º de Maio é no momento presente uma autêntica instituição à qual se devem em grande parte as profundas transformações operadas em todos os domínios da vida no concelho, uma realidade com preocupações noutras áreas,

para a terceira-idade da sua inteira responsabilidade.

Para os «êxitos alcançados», como sublinhava José Luís, presidente da 1.º de Maio, numa breve intervenção proferida durante a tarde, a explicação é simples: «a terra está efectivamente na posse de quem a trabalha», gente esforçada e capaz, apostada em produzir, criar postos de trabalho, em lutar por uma vida melhor e mais feliz.

É essa luta que prosseguem, decidida e corajosamente.

E só pedem que os deixem trabalhar em paz.

Resultados espectaculares

«Em resultado de boas condições atmosféricas e sobretudo de um trabalho executado a tempo e horas o ano agrícola que agora terminou pode considerar-se excepcionalmente bom». As palavras são de João António Rosa, operário agrícola, da direcção da 1.º de Maio, responsável pelos regadios.

Sempre prestável, profundo conhecedor dos problemas, pôs-nos ao corrente dos resultados obtidos. Os números falam por si: **dois milhões e 600 mil quilos de tomate; um milhão e 400 mil quilos de trigo; 550 toneladas de aveia; 350 toneladas de cevada; cem toneladas de tabaco; 600 toneladas de milho; um milhão de quilos de arroz.**

Durante este ano foram ainda construídas, para além duma oficina mecânica, **três barragens e três silos** para a alimentação do gado. Foram igualmente efectua-

das reparações em montes que estavam a cair e ainda comprados **dez tractores, duas máquinas ceifeiras debulhadoras, dois jeeps e dois camiões**. O investimento efectuado ultrapassou os **150 mil contos!**

Resta sublinhar que nada disto teria sido possível se não fosse o espírito de sacrifício das mulheres na apanha da azeitona, as quais obtiveram uma boa média; ou o esforço dos que durante todo o Verão não dispensaram energias para manter a sua área de rega em condições, ou dos tractoristas que dia e noite, durante as sementeiras e as ceifas, não se pouparam a esforços; ou ainda dos mecânicos que a qualquer hora se dispuseram a arranjar uma avaria imprevista nas máquinas; ou dos ganadeiros que passaram dias a fio no campo por forma a manter nas melhores condições o efectivo pecuário.

Uma empresa moderna

Ocupando uma **área de seis mil hectares** a Cooperativa 1.º de Maio tem hoje **413 trabalhadores** efectivos, número que aumenta para cerca de 700 nalguns períodos do ano, designadamente durante a apanha do tomate, do tabaco e da azeitona.

O seu **parque de máquinas** eleva-se a mais de **uma centena de unidades** (62 tractores, nove ceifeiras debulhadoras, quatro camiões, quatro jeeps, onze máquinas de rega, dez motobombas) sem contar naturalmente com as muitas centenas de alfaías agrícolas.

Aumentando consideravelmente as instalações existentes (cinco enormes pavilhões) foi

este ano construída uma oficina mecânica (mais 26 postos de trabalho) destinada a prestar assistência não apenas às máquinas da Cooperativa mas também a servir os agricultores.

Quanto ao **effectivo pecuário** o seu número ultrapassa as **dez mil cabeças**, entre ovelhas (8000), suínos (1000), vacas de carne (700) e vacas de leite (400). Registe-se que estes bovinos produziram no ano transacto qualquer coisa como um milhão de litros de leite, na sua quase totalidade destinado a Lisboa.



O parque de máquinas da «1.º de Maio» inclui 62 tractores, 9 ceifeiras debulhadoras, 4 camiões, 4 jeeps, 11 máquinas de rega e 10 motobombas

Juventude

A JCP em Festa a Festa em Alvalade

■ **Mário Castrim**

I
Era um ambiente muito especial aquele que se vivia no Cinema Alvalade, no dia 10 de Dezembro.

Logo à entrada, um numeroso grupo de jovens levantava suas bandeiras, conversava, esperava por companheiros retardatários.

— **Donde é que vocês são?**

— **Somos de Vila Franca de Xira.**

Dois jovens, ao lado, também com sua bandeira, entraram na conversa:

— **Nós somos de Loures.**

Do grupo de Vila Franca houve quem comentasse:

Grande terra! Dêem lá um abraço ao Severiano.

Juntos, como se se conhecessem há muito tempo, rapazes e raparigas de Loures e Vila Franca entraram no Cinema.

II

Lá dentro, a alegria espalhava-se pelo átrio, pelas escadas, pela livraria, pelo café. Não era o público heterogénio doutras sessões em Alvalade: eram quase exclusivamente jovens. E o ar que se respirava não vinha da febre dos comícios. Era outra coisa. Era a simplicidade, a fraternidade realizada e vivida, o reencontro, a troca de impressões e de experiências.

— **Não sei porquê** — dizia aquele amigo do Porto — **o café bebido assim, tem outro sabor...**

Tem outro sabor. O sabor da alegria e da Festa.

III

Era de festa o ambiente que se vivia em Alvalade. A Juventude Comunista Portuguesa fazia seis anos. Ah, então era isso!

Falam com entusiasmo do programa para esse dia. Daí a pouco, o comício. Depois, um filme, **Ascensão**. Até às tantas, café-concerto e discoteca.

Mas os jovens comunistas não separam a sua alegria da sua luta. A convivência, a cultura, a activi-

dade política, tudo para eles forma um conjunto inseparável e harmonioso.

— **Não festejamos apenas o sexto aniversário** — dizia-nos Isabel Alves — **Festejamo-lo num dado momento, no momento em que temos à porta as eleições autárquicas. E assim aproveitamos a nossa festa para apresentar os jovens que participam directamente das eleições.**

São muitos. «Nenhuma organização juvenil apresenta mais candidatos às autarquias do que a JCP» diz alguém. E logo outro com orgulho:

Nem nada que se pareça...

IV

São muitos. Aqui está Luís Guerreiro, estudante da Faculdade de Letras, candidato à Câmara de Lisboa. Fala da especial atenção que Lisboa tem de prestar aos jovens. É urgente a criação de espaços culturais, desportivos, de convivência. É urgente «fazer de Lisboa uma cidade onde os jovens possam viver».

Aqui está Jorge Zacarias, candidato à Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira. Fala da necessidade de dinamizar a participação da juventude na vida do concelho. «Estamos numa terra — acrescenta — onde a Câmara nos ouve, nos acarinha, nos solicita a crítica e a colaboração». Fala com entusiasmo da **Casa da Cultura e da Juventude** recentemente inaugurada em Alverca. Fica marcado, para lá, um próximo encontro.

Aqui estão Ana Paula e Helena Costa, de 23 e 19 anos, candidatas à Assembleia Municipal. Ana Paula repete o mandato. Uma expressão séria, uns olhos profundos, a palavra firme e bem pesada. Um brilho mais intenso, a palavra mais sublinhada quando diz que Oeiras é o concelho com maior número de candidatos da JCP.

Aqui está Vasco Ramalhe, candidato à Câmara Municipal de Cascais. Fala, com entusiasmo, das perspectivas de luta e de trabalho no concelho, da receptividade das populações e do muito que Cascais teria a lucrar com uma gestão APU. As suas palavras são de uma inabalável confiança. As populações acabarão por compreender — diz-nos — que



na APU não estão apenas a competência e a honestidade — mas a dedicação ao trabalho, o amor pela construção de uma vida melhor.

Ali estavam alguns dos candidatos jovens às próximas eleições autárquicas. A alegria, a festa, a luta unidas nos inúmeros isqueiros e fogos de artifício que rompiam na sala para anunciar o sexto aniversário da JCP.

V

O comício. Discursos breves, palavras simples. Expressão de confiança, de determinação. Os olhos voltados para o futuro. Um convidado, Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pergunta: **Para que serve a política?** Recorda que se trata de uma questão posta com frequência, e em certos meios, com algum desencanto. Conosco, diz, isso não acontece. Nas autar-

quias, acentua — **a APU trabalha no concreto para dar resposta a esta questão.**

Mais aplausos. As bandeiras ritmam a emoção. Chegam saudações de todos os lados. Nos intervalos das breves intervenções, a Adelaide e o Renato cantam, quase sempre acompanhados em coro pela assistência. A referência ao povo da Nicarágua desencadeia uma onda de simpatia. Um poema — **Mãe preta** — da autoria de uma jovem militante da JCP e lido pela própria causou uma grande emoção. O povo da África do Sul, povo mártir e herói, está bem vivo no coração da juventude portuguesa.

— **Este é um comício diferente** — dizia Francisco Miguel que descobriu sentado na última fila da sala. **Discursos, canções e poesia. Assim é que está certo. É a juventude. A juventude é a chama ardente da Revolução.**

A noite caía. A festa ia continuar. Unidas no mesmo abraço a festa, a luta, a convivência. É assim a juventude. A chama ardente da própria vida.

Nacional

LIVRO NEGRO

Presos políticos no regime fascista

Reportado a um dos períodos mais importantes da luta antifascista em Portugal, os anos 46 a 48, acaba de ser editado o quarto volume da série que a Comissão do Livro Negro sobre a Ditadura Fascista tem vindo a dedicar aos presos políticos, a partir de documentos encontrados nos arquivos da própria Pide.

A semelhança dos anteriores, este volume inclui a reprodução das fichas prisionais de dezenas de antifascistas presos nesses anos, e ainda mapas e gráficos que os situam segundo profissões, idades, localidades em que foram presos, tempo de prisão. Em apêndice, mapas e diagramas do mesmo tipo referentes aos quatro livros já publicados (1932-1948), e uma lista, feita pela Pide, de entradas e saídas de presos do Tarrafal, de onde, em 46, saem os presos «amnistiados» daquele Campo de Concentração.

Na nota introdutória do volume, assim como na conferência de imprensa dada por alguns dos componentes da Comissão do Livro Negro a propósito do lançamento, assinalou-se o «abrandamento», relativamente a anos anteriores, da repressão salazarista: segundo os registos da Pide que foi possível consultar, foi de 1819 «o total de prisões efectuadas», e são quase todas de curta duração.

Mas não estamos, como se

sabe, perante qualquer espécie de «humanização» da ditadura. Tão-pouco de retraimento da acção revolucionária: pelo contrário, nesse imediato pós-guerra, internacionalmente marcado pela vitória sobre o nazifascismo, a classe operária e os trabalhadores portugueses lutavam de norte a sul e obtinham grandes vitórias, o PCP crescia e afirmava-se como a vanguarda revolucionária do povo português; as forças democráticas forjavam instrumentos de acção unitária que não foram apenas decisivos nesses anos mas que influenciariam, até ao 25 de Abril, a luta dos antifascistas mais consequentes. Nesses anos se fortalece o MUD, criado em 45; nasce o MUD Juvenil, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas; no MUNAF, estrutura clandestina do movimento legal antifascista, estão representadas as principais forças da oposição. A classe operária, empregados de vários sectores, os estudantes, a intelectualidade convergem num poderoso movimento de oposi-

ção ao fascismo e pela conquista de reivindicações próprias.

Como o comprova este livro, desses anos de unidade e luta não só o «espírito» ficou: ficaram até aos nossos dias muitos dos protagonistas, que prosseguem a luta pela democracia com a coragem aprendida desde esses longínquos anos quarenta, apesar das numerosas outras prisões que sofreram ou das prisões mais prolongadas à medida que se aproximava o fim da ditadura.

Alguns outros deram pela liberdade a vida, esgotados pelos sacrifícios ou assassinados pela Pide. Assim foi com Agostinho Fineza, tipógrafo, preso pela primeira vez em 1948, libertado pela última em 1959 — e morto a tiro nas ruas de Lisboa no 1.º de Maio de 1963.

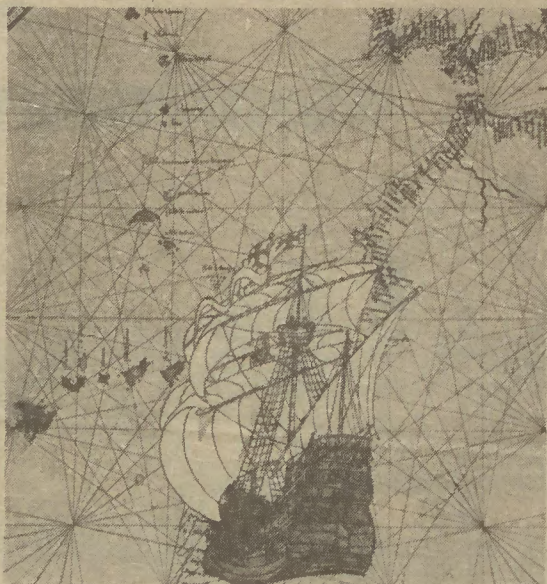
Que livros como este omitem, é certo, muitos dos crimes da Pide, o horror que foi a repressão fascista, a tortura, o regime prisional a que foram submetidos milhares de patriotas. Mas são um apelo, apesar das inexactidões e criminosas omissões de que bem cuidavam os escribas policiais, ao prosseguimento do estudo, conhecimento e divulgação do que foi o fascismo: para que não volte, é também preciso que não esqueça.

Armando Castro
**História
Económica
de Portugal** III Volume



Pretende esta **História Económica de Portugal** oferecer uma interpretação sistemática e global da vida do povo português na sua aventura pluri-secular.

Este Volume III dedica-se exclusivamente ao período da expansão ultramarina, traçando um quadro, amplamente documentado, da economia portuguesa desse período, sem esquecer a sua inserção na economia mundial. A par de uma vasta informação, o leitor encontrará neste volume uma exposição das leis gerais de desenvolvimento da sociedade portuguesa na transição para a época moderna.



editorial CAMINHO na estrada do futuro

Assembleia da República

PCP apresenta moção de rejeição do «novo» Governo

O PCP vai apresentar, na Assembleia da República, uma moção de rejeição, quando ali for discutido o Programa do Governo minoritário de Cavaco Silva, revelou no decorrer de uma conferência de imprensa, realizada na passada quinta-feira, o Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, camarada Carlos Brito.

Justificou tal atitude pelo facto de ser certo que o Programa do Governo vai retomar as linhas mestras da anterior política de direita.

Mas o encontro dos deputados comunistas foi ainda motivo para dar a conhecer, em pormenor, as iniciativas legislativas levadas a cabo pela bancada comunista, logo no início dos trabalhos da nova Assembleia da República.

Dez projectos de lei, visando questões de maior importância para a vida do Povo português foram entregues na Mesa da AR, tendo na mesma ocasião a bancada comunista dirigido um requerimento ao Tribunal Constitucional.

Ainda sobre a moção de rejeição o deputado Carlos Brito acentuou que o seu partido não compartilhará qualquer responsabilidade pela viabilização de um governo de direita.

Anteriormente, o dirigente parlamentar comunista salientara que o Governo de Cavaco Silva, pela base partidária em que assenta, a fórmula governativa que adoptou, a composição que apresenta e as orientações de que se reclama, constitui uma tentativa para o prosseguimento da política de desastre que o Povo português derrotou nas urnas.

Recordou, ainda, o tom ameaçador que o Primeiro-Ministro adoptou no discurso de posse, o qual é revelador da fragilidade de um governo minoritário com a base parlamentar, política e social mais minguada de sempre, mas é um bom motivo de redobrado alerta para as forças democráticas.

Pela nossa parte — fez questão de salientar Carlos Brito — a posição é clara, não compartilharemos qualquer responsabi-

lidade pela viabilização de um governo de direita, pela previsível abertura de um período de instabilidade governativa e institucional, pelo adiamento das soluções que a situação

das reformas e pensões e à revogação da lei das rendas.

Esta iniciativa tem como objectivo a aprovação de medidas que permitam acudir a situações sociais de particular gravidade a que a AR não pode por mais tempo ficar indiferente e às quais deve dar resposta imediata.

O Projecto de Lei n.º 2/IV, que «aprova medidas urgentes para combater e eliminar a calamidade dos salários em atraso», retoma diversas iniciativas levadas a cabo pelo Grupo Parlamentar do PCP, na anterior legislatura, mas sempre bloqueadas pelo PS, PSD, CDS e, nalguns casos, pela extinta ASDI.

Logo no início de 1893 se cha-

adopção, com a participação dos trabalhadores, das medidas necessárias às graves situações criadas às empresas.

Ao contrário de iniciativas anteriores, o actual Projecto não contém medidas relativas à situação habitacional dos trabalhadores com salários em atraso e tal deve-se ao facto de a sua situação ter sido contemplada no Projecto de Lei n.º 10/IV sobre a revogação da lei das rendas, onde figura um capítulo sobre «Garantia especial do direito à habitação dos trabalhadores com salários em atraso». Visa este articulado, fundamentalmente, obstar às acções de despejo que têm vindo a ser executadas e a ameaçar os trabalhadores que, por não terem salário, se vêem impedidos de pagar a renda.

nha encargos tendo em atenção as possibilidades dos senhores e inquilinos;

— a aprovação de legislação que dê garantia do destino habitacional dos prédios e fogos;

— aprovação de legislação que atenda à situação dos senhores pobres;

— legislação que estabeleça a obrigação de arrendamento de fogos devolutos e que termine (num sistema justo para senhores e inquilinos) com o escândalo de subaproveitamento do parque habitacional existente.

Estas, algumas medidas definidas ou sobre as quais o Projecto de Lei prevê a publicação de legislação adequada.

Outras iniciativas

Considera a bancada comunista que outros assuntos da vida nacional requerem urgente solução. A sua abordagem foi tema presente na legislatura anterior e tema quase constante na campanha eleitoral.

Deste modo deram também entrada na Mesa da Assembleia da República os seguintes Projectos de Lei contemplando o subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao primeiro emprego; o estabelecimento de garantias da independência dos órgãos de Comunicação Social do sector público; o enquadramento na concessão de subsídios, subvenções e outros benefícios financeiros; a revogação dos aumentos e reformas para membros do Governo e deputados; a extracção e comercialização da cortiça de prédios rústicos sujeitos a medidas da Reforma Agrá-



ria; o aumento do valor dos subsídios para aquisição de livros e material escolar, alimentação e alojamento de estudantes dos ensinos preparatório e secundário, alargando o número de beneficiários; e ainda o regime de Finanças Locais e a delimitação e coordenação das actuações das administrações cental e municipal relativamente aos respectivos investimentos.

Paralelamente, era entregue, no Tribunal Constitucional, um requerimento subscrito pelos deputados do Grupo Parlamentar do PCP para apreciação por este órgão da constitucionalidade dos acordos estabelecidos entre o Governo português e o governo dos Estados Unidos sobre as facilidades militares concedidas a este último na Região Autónoma dos Açores e no continente.

Em resumo, matéria não falta para que a Assembleia da República trabalhe. Assim estejam os restantes grupos parlamentares interessados em debater e resolver as grandes questões que o Povo português quer ver resolvidas, em vez de enveredarem pela rejeição pura e simples das propostas comunistas, numa «política de avestruz», como por diversas vezes no passado tem sucedido.

A Mesa da AR

Após a eleição realizada no passado dia 8 de Novembro, é a seguinte a composição da Mesa da Assembleia da República:

Presidente da AR — Fernando Amaral (PSD);
Vice-presidentes da AR — Marques Mendes (PSD), Carlos Lage (PS), Marques Júnior (PRD), José Vitoriano (PCP);
Secretários — Reinaldo Gomes (PSD), Mota Torres (PS), Sá e Cunha (PRD), José Manuel Maia (PCP);
Vice-secretários — Daniel Bastos (PSD), Aloísio Fonseca (PS), Sousa Pereira (PRD), Jorge Patrício (PCP).

torna inadiáveis e que o Povo português reclama.

Dar urgência ao que é urgente

Relativamente aos projectos de lei apresentados, o Grupo Parlamentar do PCP requereu, na passada segunda-feira, a adopção do processo de urgência para os textos referentes aos salários em atraso, ao aumento

mava a atenção de casos pontuais que ameaçavam alastrar e se propunham medidas para resolver o problema. Durante esse ano e no ano seguinte dez tentativas foram feitas pela bancada comunista para que uma solução fosse dada ao problema. A negativa do Governo PS-PSD e dos grupos parlamentares que o apoiavam foi a constante.

Das palavras aos actos

Considerando que, durante a campanha eleitoral, todos os partidos (até os que são responsáveis pela situação) se manifestaram pela sua resolução, a bancada comunista acha que é tempo de passar das palavras aos actos. Por isso a apresentação do diploma e o requerimento de urgência.

O Projecto agora apresentado prevê a elaboração de um programa de emergência para as situações de atraso no pagamento dos salários existentes à data da entrada em vigor da lei, bem como a imediata aplicação de uma garantia salarial com vista à efectivação dos salários hoje em dívida.

É previsto, igualmente, no texto do diploma, a instituição de um processo de declaração da empresa em situação de atraso no pagamento de salários, com efeitos definidos rigorosamente e a entrada imediata em vigor de um regime de garantias patrimoniais e punições penais, que são só por si desincentivadoras da prática de atraso no pagamento dos salários.

Sublinhe-se, ainda, que este texto defende, como importante, a viabilização, recuperação e mesmo reconversão das empresas, pois o êxito no combate ao flagelo dos salários em atraso depende da pronta

Reformas, pensões e lei das rendas

Da iniciativa legislativa consta também, com carácter de urgência, o aumento imediato e significativo do valor mínimo das pensões e reformas, segundo o Projecto de Lei n.º 9/IV.

Com esta iniciativa propõe a bancada comunista que aos reformados, pensionistas e idosos o montante da reforma mínima da segurança social, nos seus diversos regimes, seja equiparado a 50 por cento do salário sendo ainda ajustadas as reformas acima da mínima, por forma a que a diferença entre o seu montante e o novo valor da pensão mínima se mantenha.

Destacando que de medidas mínimas se trata, considera, porém, a bancada comunista que são urgentes, para que centenas de milhar de portugueses possam ver renascer a esperança num futuro melhor a que têm direito.

No respeitante à lei das rendas aprovada pela Assembleia cessante considera, por seu turno, o Grupo Parlamentar do PCP que tal diploma é absolutamente inaproveitável, não havendo nenhuma solução válida que não seja a sua pura e simples revogação.

Isso mesmo é proposto no Projecto de Lei n.º 10/IV, fazendo-se alterações urgentes ao regime jurídico do arrendamento, com vista à garantia do direito à habitação.

Dos malefícios da lei aprovada muito se falou e é sentimento geral que dali apenas aproveitam os senhores ricos. No sentido de repor a legalidade e zelar pelos interesses da população se propõem, no Projecto de Lei agora apresentado com carácter de urgência, algumas medidas importantes, como sejam:

— a aprovação de uma lei de enquadramento do Plano Nacional de Habitação, tendo em vista o desenvolvimento da construção civil para habitação;

— a definição de modelos-tipo da construção civil, que permitam embaratecer o custo da construção;

— a aprovação de uma legislação de enquadramento dos Programas de Recuperação dos Imóveis Degradados, que propo-

O voto do PCP em Fernando Amaral

Na sequência de uma nota da direcção do PS em que, a propósito da eleição de Fernando Amaral para a Presidência da Assembleia da República, se acusava o PCP de «traição à esquerda», a SIP do PCP divulgou um comunicado em que se afirma:

1. Os deputados comunistas votaram em Fernando Amaral tendo unicamente em conta a isenção, o espírito de diálogo e a independência com que exerceu o mandato anterior.

2. O PS que agora veio hipocritamente chorar a não eleição de Manuel Tito de Morais e verberar a eleição de Fernando Amaral é o mesmo partido que há um ano deixou tranquilamente cair M. Tito de Morais em favor da eleição de Fernando Amaral em resultado directo da sua aliança e coligação com o PSD.

3. É assim óbvio que a posição agora assumida pelo PS, no comunicado do seu Gabinete de Imprensa, nada tem que ver com os valores e princípios a que demagogicamente se refere mas tão só com uma operação de diversão visando recompor, apresada e insinceramente, a degradada imagem do PS.

4. Registe-se também que o PS que pretende agora, sem qualquer fundamento, acusar o PCP de se aliar à direita e trair a «esquerda» (qualificações políticas que o PS só redescobre depois de a direita lhe tirar o tapete) é o mesmo partido que já esteve no governo com o CDS, que esteve aliado à «AD» na revisão da Constituição, que esteve no governo com o PSD e que hoje, em 41 municípios, está vergonhosamente coligado com o PSD e com o CDS contra a gestão democrática da APU.

5. Engana-se o PS se julga que basta distanciar-se da direita em palavras (continuando entretanto a insultar as forças democráticas mais consequentes) para fazer esquecer a natureza real da sua política, os seus verdadeiros objectivos e os compromissos de fundo que mantém com a direita e com a política de direita.

OBRAS COMPLETAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES



“A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes reflectem as grandes linhas da realidade político-social em que se caldearam dias melhores para o povo Português”

edições
Avante!

Assembleia da República**Programa do governo apresentado amanhã na AR**

Alteração à lei eleitoral não causa grandes divergências



O plenário da AR começou a discutir, terça-feira última, tendo aprovado na generalidade e por unanimidade, quatro projectos de lei de alteração à lei eleitoral para a Presidência da República.

As divergências revelaram-se mínimas e será sem surpresas que, amanhã, se realizará a votação final global dos textos, depois dos mesmos terem baixado à Comissão.

Aliás, isso mesmo reflectiu a intervenção do deputado comunista José Magalhães quando, ao referir-se às alterações a introduzir, salientou que elas não devem ser profundas, nunca polémicas, só as estritamente necessárias, porque nem o estudo da legislação exige mais, nem a AR deve deixar de ter em conta as delimitações decorrentes de estar eminente o acto eleitoral.

Sobre esta matéria o Presidente da República enviou à AR uma mensagem manifestando a sua opinião de que é urgente e necessário que este órgão de soberania aprove legislação sobre a matéria adequada às no-

vas realidades jurídico-constitucionais.

No entanto, se este é um assunto pacífico (e resolvido com celeridade), já a apresentação do Programa do Governo Cavaco Silva promete discussão acalorada. Por razões que noutro local divulgamos, o Grupo Parlamentar do PCP informou já a sua intenção de apresentar uma moção de rejeição.

Mas no plenário, embora não assumida, a vingança do PS está latente. Seria difícil não se se aperceber disso na intervenção política de José Luís Nunes, antes da Ordem do Dia.

Esgrimindo críticas várias, não se conteve em lançar a ameaça: **É necessário que dentro e fora**

desta casa se saiba claramente quem apoia o Governo e quem se lhe opõe de forma a que no momento próprio o povo português possa pedir contas em plena consciência. (Os sublinhados são do orador!)

Aí está! Mau perdedor, o PS (mais correcto será dizer a direcção do PS) faz da birra a sua política. E só agora considera que o povo português pode pedir contas. Como são diferentes as razões que levam o PCP a rejeitar o Programa do Governo, das que o PS certamente invocará para justificar a sua oposição. Gente ministeriável é outra coisa...

A AR como centro de decisão

A importância da AR como centro de decisão na vida política nacional foi um dos temas focados na declaração política do presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito.

Resulta este facto, segundo as suas palavras, da **circunstância de não existir à partida nenhuma maioria política e do próprio Governo empossado ser de natureza minoritária**, pelo que o centro de decisão de

questões políticas de maior importância, mesmo que o executivo obtenha a investidura parlamentar transitará **com alta probabilidade do Governo ou das chamadas «clmeiras» partidárias que indevidamente o tinham usurpado, para a Assembleia da República, onde constitucionalmente deve ter lugar.**

Considerou, ainda, Carlos Brito que as diferenças nesta nova AR são, à partida, positivas, **mas tudo dependerá de se saber se vai existir a vontade política, capaz de as transformar em orientações que deem solução aos mais gritantes problemas nacionais.**

Por seu turno, a deputada do Partido «Os Verdes» não deixou que a chuva se infiltrasse terra adentro. E falando do temporal que na véspera desabara sobre a capital e arredores alertou para o que não tem sido feito para evitar inundações e outros prejuízos.

Eleição do presidente

Fernando Amaral foi reeleito presidente da Assembleia da República, com 160 votos. Tito de

Morais, do PS, o único candidato em confronto recolheu apenas 62. Registraram-se 12 votos brancos.

Fernando Amaral que congregou a esmagadora maioria de sufrágios não seria, ao que constava nos corredores da Assembleia, a figura do agrado de Cavaco Silva nem da Comissão Política Nacional do PSD, interessados em avançar com a candidatura de Amândio de Azevedo, agora desempregado por não ter sido reconduzido no Ministério do Trabalho.

Ao que parece, algumas tentativas à revelia de Fernando Amaral ainda foram feitas nesse sentido e só o receio de perder a presidência da AR levou o PSD a recuar, pois Amândio de Azevedo arriscava-se a não contar sequer com os votos de muitos dos seus companheiros de bancada.

Entretanto, José Luís Nunes, do PS, conhecidos os resultados, afirmou que a candidatura apresentada pelo seu partido tinha por objectivo dar maior dignidade ao acto eleitoral.

Opinião diferente era expressa, pouco depois, pelo seu partido, através de um comunicado público, onde se acusava o PCP, pela sua votação, de trair a esquerda, esquecendo deliberada-

mente os acordos que o PS concedeu à direita na matéria de eleição do presidente da AR. Sobre o assunto publicamos noutro local um esclarecimento do PCP.

Felicitando Fernando Amaral, Carlos Brito, em nome do PCP, considerou que a sua eleição prova que o presidente da AR é uma figura que reúne consenso e é mais do que um candidato de um partido.

O preço da saúde

O PCP apresentou, na terça-feira passada, um projecto de lei visando a baixa do preço dos medicamentos e determinando a sua venda futura em regime de unidose.

Numa extensa lista inserta no preâmbulo ao articulado pode-se constatar que este ano, mercê da permissividade do Governo PS/PSD, houve um aumento generalizado e escandaloso do preço dos medicamentos, que nalguns casos atinge os 250 por cento.

A iniciativa legislativa da bancada comunista visa contrariar a facturação galopante proporcionada às multinacionais do sector farmacêutico, em prejuízo da população mais desfavorecida.

Nacional

X aniversário de Angola comemorado em Portugal

Várias iniciativas assinalaram em Portugal a passagem do X aniversário da independência da República Popular de Angola, que se comemora a 11 de Novembro.

Por iniciativa conjunta da Associação de Amizade Portugal-Angola, embaixada de Angola em Lisboa, Associação 25 de Abril de Angola e da Liga Angolana da Amizade e Solidariedade com os Povos (LAASP), a efeméride foi assinalada com sessões político-culturais em Sines, Faro, Lisboa e Porto.

A sessão solene realizada em Lisboa, anteontem, no cinema Alvalade, a que assistiram inúmeras individualidades da vida política e cultural portuguesa, contou com intervenções do embaixador da RPA, Mawete João Batista, o vice-presidente da Associação de Amizade, Domingos Lopes, um representante da Associação 25 de Abril de Angola e um membro da LAASP.

Tónica comum a todos os oradores foi o reconhecimento da luta constante e tenaz que nos últimos dez anos o povo de Angola teve de travar contra «os inimigos externos e internos, consubstanciados no imperialismo internacional e nos seus lacaios directos, os racistas sul-africanos», em defesa da liberdade, da independência, da democracia e da paz.

E também a importância crescente da amizade e solidariedade entre os povos, de que a amizade entre portugueses e angolanos é bem expressiva, em prol

dos ideais da paz e do progresso tão caros a toda a Humanidade.

Como sublinhou a propósito o representante da Associação 25 de Abril de Angola, aquela organização promove «a solidariedade activa junto da comunidade portuguesa em Angola, através da recolha de sangue para as FAPLA, da angariação de donativos em dinheiro e em vestuário para as populações mais carecidas e para acorrer aos desalojados de guerra», ao mesmo tempo que faz diligências junto da «Representação Diplomática

Portuguesa em Luanda e dos Órgãos de Soberania em Lisboa, no sentido da salvaguarda e do fortalecimento das relações de amizade e cooperação entre os dois povos, até agora tão menosprezadas pelos sucessivos governos portugueses».

Sobre este último aspecto se referiu igualmente Domingos Lopes, afirmando que «as relações entre Portugal e Angola estão marcadas pelo ferrete vil e crónico da dependência ao imperialismo gravemente lesivo da independência nacional».

Desde o avião português que há dez anos não aterrou em Luanda — lembrou — quando o povo de Angola festejava a sua máxima conquista até aos nossos dias, salvo louváveis e honrosas excepções provenientes no essencial do órgão de soberania Presidente da República, a política de sucessivos governos portugueses tem sido a de obstruir os caminhos da cooperação e jogar, à semelhança de Pretória e Washington, noutro poder em Luanda.

O embaixador de Angola, por seu turno, fez uma resenha da

situação que se vive em Angola dez anos depois da independência, com particular destaque para a sistemática guerra não declarada da África do Sul contra o seu país.

Esta questão central consta da mesma forma duma declaração do Bureau Político do MPLA-PT divulgada em Luanda,

Encorajado pela administração Reagan — refere o comunicado — o governo racista sul-africano desenvolve hoje uma política de confrontação aberta e de agressão aos países independentes da região, sendo Angola o seu alvo preferencial. Tais ataques, sublinha o MPLA-PT, retardam a solução dos principais problemas da África Austral, como a independência da Namíbia e a abolição do hediondo sistema do apartheid.

Como afirmava o saudoso presidente Agostinho Neto, Angola é e será trincheira da revolução em África. Por isso, o imperialismo procura tão desesperadamente destruir a revolução angolana. Por isso, os povos do mundo se empenham em ajudar a defendê-la.

Saudação do PCP na página 2



Conferência Nacional do PCP sobre «A Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise» (realizada em 30 e 31 de Março de 1985)

* Intervenção de abertura (Carlos Costa) e Intervenção de encerramento (Álvaro Cunhal)

• 360 intervenções sectoriais produzidas em Plenário e nas Secções que abrangeram as grandes questões da economia nacional

* Documento-Base da Conferência

* Proclamação aprovada na Conferência

edições
Avante!

Internacional

Conferência de Sófia — uma lição a Washington

A 23.ª conferência geral da UNESCO, que terminou agora os seus trabalhos na capital búlgara, constitui, indubitavelmente, um grande sucesso na perspectiva da paz, uma confirmação prática e significativa de que a cooperação internacional é possível, em torno de objectivos concretos e de problemas centrais da humanidade, englobando países com sistemas sociais diversos.

Constitui sobretudo uma lição de que não é tarefa nada linear para o imperialismo impor a sua política de chantagem, de desmantelamento de organizações internacionais, de corte nas relações e actividades comuns entre os povos. Uma prova cabal de que — mesmo numa situação internacional profundamente complexa, preocupante, cheia de perigos — é possível avançar com projectos e acções comuns, é possível o entendimento. Uma afirmação prática da única alter-

nativa válida, na era nuclear, no plano das relações internacionais.

Em Dezembro de 1983, o secretário de Estado norte-americano, George Shultz, enviou à sede da UNESCO, em Paris, uma carta anunciando a decisão de Washington, relativa ao abandono da organização por parte dos Estados Unidos. A razão invocada seria o carácter político que a actividade da UNESCO estaria a assumir, carácter que a delegada permanente norte-ame-

ricana da UNESCO, Jean Gerard, explicitou deste modo em entrevista a «Le Quotidien de Paris», em Junho de 84: «O desequilíbrio apareceu logo com a entrada dos países orientais que trouxe consigo a politização dos discursos. Aprofundou-se depois quando os países descolonizados se fizeram membros da organização. Ao antagonismo oriente-ocidente somou-se o antagonismo norte-sul». Em síntese, a UNESCO deixou de ser coutada dos EUA, que a seu tempo — decididamente ultrapassado — levou esta organização internacional a apoiar a guerra da Coreia.

«Os tempos em que o Ocidente dirigia a UNESCO e tudo o resto já passaram — afirmava em Novembro de 84 o «Internacional Herald Tribune» — Os conservadores radicais de Washington não o aceitam. Para eles, a vontade de discutir de igual para igual é sinónimo de derrotismo. Mas a América quer anunciar ao mundo que se recusa a jogar um jogo em que não tem o primeiro lugar?».

Washington apostou forte na UNESCO. Em primeiro lugar com a chantagem económica — um corte no orçamento de 25% (era essa a contribuição norte-americana). Depois tentando aliciar outros países para ofertas de cooperação bilaterais. Falou-se mesmo na criação de uma organização paralela.

Os factos indicam entretanto que a política imperialista saiu derrotada. A UNESCO não cedeu. Na conferência ora realizada todos os programas foram aprovados por consenso, que incluiu os aliados mais próximos dos EUA: RFA, Japão, e em particular a Grã-Bretanha, que ameaça também com o seu afastamento.

É evidente que haverá dificuldades. Mais, como sublinhou o director-geral da UNESCO, M'Bow (tão contestado pela propaganda reaccionária), «a retirada de um Estado membro duma organização internacional prejudica o princípio da responsabilidade colectiva pelo destino da humanidade». Mas a lição está dada: o imperialismo não tem as mãos livres para fazer a sua política, e há neste momento forças importantes, que englobam também sectores do capital mais realistas, e que constituem factor potencial, de uma alteração — imprescindível — das relações e da prática política no plano internacional.

Jornada de protesto no Chile

A população chilena cumpriu na semana passada dois dias de protesto nacional, que teve como objectivo central exigir a libertação dos seis dirigentes sindicais presos há cerca de mês e meio sob a acusação de serem responsáveis pela violência registada durante a jornada de protesto nacional de 4 de Setembro último, de que resultaram 10 mortos.

Violentemente reprimida pela polícia fascista, a jornada de terça e quarta-feira saldou-se por mais três mortos, uma centena de feridos e mais de 800 detidos. O que não impediu no entanto uma elevada adesão popular à iniciativa convocada pela oposição à ditadura de Pinochet, que foi desde o corte de energia eléctrica ao encerramento do comércio, boicote às aulas e paralisação dos transportes públicos, entre outras manifestações de grande impacto.

O clima de grande tensão que se vive no Chile poderá vir a agravar-se ainda mais nos próximos dias, dado que o Supremo Tribunal de Pinochet confirmou entretanto a decisão de rejeitar a liberdade sob fiança dos sindicalistas presos, entre os quais se conta o presidente do Comando Nacional de Trabalhadores, Rodolfo Seguel, que se encontram todos em greve de fome na prisão de Santiago.

Moçambique denuncia planos sul-africanos

O governo moçambicano denunciou no passado fim-de-semana que a África do Sul está a preparar uma nova fase de agressões regionais, pelo que leva a cabo uma campanha de propaganda destinada a criar um clima propício. A acusação de Moçambique baseia-se, entre outras coisas, num recente programa televisivo da África do Sul em que se afirmava haver uma «escalada armamentista» em Angola e Moçambique e se salientava a necessidade da RAS se defender da «ameaça soviética» vinda através daqueles dois países.

Um comunicado divulgado a propósito pelo Ministério da Informação de Moçambique chama a atenção da opinião pública internacional para o facto de, no passado, campanhas desta natureza terem antecedido actos de agressão contra os países da região, ao mesmo tempo que nega categoricamente que haja qualquer escalada armamentista na República Popular de Moçambique e afirma que o aparelho de defesa do país é composto por armas não-ofensivas.

O comunicado refere ainda que esta campanha se insere nas tentativas desesperadas do regime sul-africano de proteger, através da agressão directa, os seus instrumentos privilegiados de desestabilização de Moçambique e Angola, que são os bandidos armados, os quais, nos últimos meses, têm vindo a sofrer pesadas derrotas militares e, ao mesmo tempo, desviar a atenção da comunidade internacional da justa luta do heróico povo sul-africano.

Desde que no princípio do mês o regime de Pretória impôs a censura total às informações referentes aos confrontos verificados entre a população negra e as forças policiais e militares, proibindo inclusive o acesso dos jornalistas às zonas onde vigora o estado de emergência, a informação que chega da África do Sul é apenas a veiculada pelas autoridades racistas. Pese embora toda a forma mais do que tendenciosa de tal fonte informativa, a situação naquele país é de tal modo grave que acaba mesmo assim por se reflectir nas notícias divulgadas.

O que é a UNESCO?

- A UNESCO é a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. A sua conferência constitutiva realizou-se de 1 a 16 de Novembro de 1945, em Londres, com a presença de representantes de 44 Estados.

- A convenção adoptada na reunião de Londres — e que entrou em vigor a 4 de Novembro de 1946 — definia como objectivo da UNESCO, «contribuir para a manutenção da paz e da segurança mediante a promoção da colaboração entre as nações, através da educação, a ciência e a cultura, com o objectivo de assegurar o respeito universal da justiça, da lei, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, conforme é reconhecido pela Carta das Nações Unidas a todos os povos».

- Em meados de 50 ingressaram na UNESCO os países da comunidade socialista e dezenas de novos Estados da Ásia e África. Actualmente a UNESCO engloba 160 Estados (com a saída dos Estados Unidos).

- Hoje a UNESCO cumpre um programa conjunto, elaborado pelos países membros, e que inclui 14 orientações fundamentais, nomeadamente: análise dos problemas mundiais e investigações em perspectiva; comunicação ao serviço do homem; elaboração e realização de uma política de educação; ciência, técnica e sociedade; habitat do homem, recursos da terra e do mar; cultura e futuro; erradicação dos preconceitos, intolerância, racismo e *apartheid*. Desde os anos 70 a luta por uma nova ordem internacional da informação (NOII) surge como uma das direcções importantes da actividade da UNESCO.

PCUS prepara Congresso

«É com a concepção da aceleração que o nosso Partido intervém hoje perante o povo. É com ela que caminha rumo ao XXVII Congresso. Ela é o cerne de todos os três documentos apresentados a exame do presente plenário do CC do PCUS. A aceleração do desenvolvimento socioeconómico do país deve assegurar uma vida material e espiritualmente rica, uma vida socialmente dinâmica dos soviéticos em condições de paz, assim como revelar ainda mais ampla e claramente as possibilidades e as vantagens da civilização do tipo historicamente novo, personificado pelo sistema socialista». São palavras de Gorbachev, na intervenção perante a reunião plenária do CC do PCUS em que foram apresentados a debate os documentos fundamentais que, após o mais amplo debate público, constituirão o material a discutir e aprovar no 27.º Congresso do Partido, marcado para Fevereiro de 1986.

Uma pequena citação em que estão sintetizadas as grandes orientações para o futuro desenvolvimento do país dos soviéticos e simultaneamente a interligação indissolúvel entre questões tão importantes como: radical desenvolvimento económico, a mais ampla participação popular, multiforme desenvolvimento do ser humano como objectivo último do socialismo e do comunismo, e a questão central da paz.

Estas mesmas questões são detalhadamente abordadas no projecto de programa do PCUS, na sua nova redacção, e concretizadas em metas a alcançar.

As novas metas

- No domínio económico — «a elevação da economia nacional a um nível técnico-científico

e económico organizativo essencialmente novo, conferindo-lhe um ritmo de desenvolvimento intensivo, o alcance do nível mundial máximo de produtividade do trabalho social, da qualidade dos produtos e da eficácia da produção, a garantia da estrutura óptima e do carácter equilibrado do complexo económico nacional do país uno, uma considerável elevação do nível de socialização do trabalho e da produção, a aproximação entre a propriedade kolkhosiana e cooperativa e a propriedade de todo o povo, tendo em vista a perspectiva da sua fusão».

- No domínio social — «a garantia de um nível qualitativamente novo do bem-estar do povo, materializando-se gradualmente no princípio socialista de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho», a criação, no essencial, da estrutura sem classes da sociedade, o desaparecimento das diferenças essenciais socioeconómicas, culturais e no modo de vida entre a cidade e o campo, a fusão cada vez mais

orgânica do trabalho físico e intelectual na actividade produtiva, a maior coesão sucessiva do povo soviético como comunidade social e internacional, o alto nível da energia criadora e da iniciativa das massas».

- No domínio político — «o desenvolvimento da autogestão socialista do povo mediante uma participação cada vez mais ampla dos cidadãos na gestão dos assuntos do Estado e da sociedade, a melhoria da actividade dos órgãos electivos do poder do povo, a elevação do papel dos sindicatos, do Komsomol e de outras organizações de massas dos trabalhadores e o aproveitamento eficaz de todas as formas de democracia representativa e directa».

- No domínio espiritual — «o contínuo arreigamento da ideologia socialista na consciência dos soviéticos, a afirmação total dos princípios morais do socialismo, do espírito de colectivismo e de ajuda mútua com base na camaradagem, o acesso das mais amplas massas da população às realizações da ciência, aos valo-

res da cultura e a formação da personalidade multilateralmente desenvolvida».

Um estádio qualitativamente novo

As novas metas enunciadas — num documento que aprofunda todos os sectores da vida e actividade do povo soviético — surgem-nos simultaneamente como ambiciosas e naturais (ou seja inerentes à realidade do socialismo). Inserem-se na lógica da própria evolução do socialismo rumo ao comunismo, abarcam elementos conhecidos, não é novo o seu enunciado. Mas não constituem de forma alguma metas fáceis. Antes são objectivos mobilizadores para uma grande e árdua batalha; «o resultado dessas transformações será um estado qualitativamente novo na sociedade soviética, o «socialismo integral» na expressão de Lênine, que revela em plena medida as enormes vantagens do novo sistema em todas as esferas da vida».

Para o atingir muito trabalho e esforço é exigido. E também — o que não é menos importante — uma cuidadosa e firme avaliação da realidade objectiva em cada momento. «A evolução do socialismo para o comunismo é determinada pelas leis objectivas do desenvolvimento da sociedade. Quaisquer tentativas de pôr o carro adiante dos bois e de implantar os princípios comunistas sem que seja levado em consideração o nível de maturidade material e espiritual da sociedade estão, como prova a experiência, condenadas ao fracasso. Tão pouco são admissíveis quaisquer delongas na implementação de transformações amadurecidas e na resolução de novas tarefas».

Grandes tarefas que — por isso mesmo, e em consonância com o carácter intrínseco do novo sistema social — exigem uma ampla, crescente e esclarecida participação de todos, e uma orgânica e ideologicamente forte vanguarda, o Partido Comunista.

Internacional

GENEVBRA

Vitória da Paz é urgente

Em vésperas de cimeira de Genebra, que deverá reunir, dias 19 e 20, os dirigentes máximos da União Soviética e dos Estados Unidos, duas posições bem diversas e claras — a somar a muitas outras anteriores — foram assumidas pelos governantes dos dois países.

Em Moscovo, o «Pravda» divulgava uma mensagem de Gorbachev — resposta ao Apelo dos chefes de Estado da Suécia, Grécia, Tanzânia, Índia, México e Argentina —, em que se afirma a disponibilidade soviética de prorrogar indefinidamente a suspensão dos testes nucleares se os Estados Unidos concordarem com uma moratória semelhante. «Este é o momento de dar o passo final e histórico no caminho da paragem total dos testes nucleares, para todo o sempre», afirma-se na mensagem.

Uma posição que está na lógica da política soviética de paz e concretamente da declaração unilateral de uma maratónia em relação aos testes nucleares, assumida pela União Soviética desde 6 de Agosto até ao final deste ano.

Em entrevista à revista norte-americana «Time», de 1 de Setembro, o camarada Gorbachev explicou claramente o porquê da importância que se dá à suspensão dos testes nucleares. «Todos os esforços reais no sentido da limitação dos armamentos nucleares tiveram o seu início com a proibição das experiências; basta recordar o tratado de 1963, que foi o primeiro grande passo neste caminho. A proibi-

ção total das experiências nucleares poria termo à corrida aos armamentos nucleares na mais perigosa das suas orientações, a qualitativa. Além disso, daria um contributo de grande peso para a manutenção e consolidação do regime de não-proliferação das armas nucleares».

Reagan não respondeu ao Apelo dos 6 chefes de Estado. O que em nada pode surpreender-nos. Na verdade em Washington o que se defende é o prosseguimento da corrida aos armamentos. Por isso não são aceitáveis medidas que possam levar a uma paragem no desenvolvimento qualitativo das armas. Pelo contrário.

E é assim que 10 dias antes de Genebra, o Pentágono entrega à «Lockheed» uma encomenda muito particular: o desenvolvimento de «mísseis antimísseis», passo considerado como particularmente importante no programa da «guerra das estrelas».

O mínimo que se pode dizer é que é uma estranha forma de preparar negociações.

No fulcro do debate de Genebra — queira ou não queira Washington, e até exactamente pela significativa resistência da Casa Branca em abordar tal

tema — está a «guerra das estrelas». Porquê?

Trata-se sem dúvida de um novo passo na corrida aos armamentos. Mas não só. É algo de muito grave que se está a preparar. Não tendo em conta, aliás, a realidade intrínseca da nossa era.

IDS no centro do debate. Porquê?

Tentando elucidar-nos um pouco sobre o que tal passo significaria, citamos o testemunho do físico britânico, David Langford.

Em 1980, este cientista publicou, em Nova York, um livro intitulado «A Guerra no Ano 2080», em que refere o que seriam as consequências de uma guerra no Cosmos. O físico britânico alerta para a possibilidade de com tal processo se provocarem vastos terramotos e se reactivarem vulcões extintos, como consequência directa da acção das armas de radiação colocadas no Espaço. A ciência actual acrescenta ainda a estes, outros perigos: a possibilidade de provocar críticas mudanças climáticas, perturbações na ozonosfera, sérios transtornos no campo magnético, e mesmo interferências no próprio código genético das células humanas.

Não se sabe isto na Casa Branca e no Pentágono? Sem



dúvida que sim. A questão é outra. É ainda a aposta irrealista na conquista de uma posição de força tal que tornasse possível ao imperialismo ditar as suas leis ao planeta, assumir a sua vingança sobre o socialismo, as conquistas das massas trabalhadoras, as vitórias das forças progressistas, e assim inverter o curso da história.

No fundo isto mesmo é dito, com outras palavras, no próprio programa eleitoral do Partido Republicano, adoptado em Agosto de 1984, em que se salienta a necessidade de «superioridade tecnológica» dos Estados Unidos, nomeadamente para «desenvolver o mais rapidamente

possível sistemas de defesa baseados no solo e no espaço» (ou seja, o IDS, de facto um projecto de militarização do Cosmos).

A história de há muito deu a resposta adequada a esta pretensão do imperialismo: está ultrapassada. Hoje o que se impõe é que tal lição se afirme e concretize como prática política corrente a nível internacional. Em Genebra não estão apenas os dirigentes do maior país capitalista e do primeiro país socialista. Está também o peso da realidade internacional, o peso da luta pela paz. É imperiosa a vitória das forças do socialismo e da Paz. Em tempo útil.

NICARÁGUA

A decisão do governo sandinista de decretar o estado de emergência limitado na Nicarágua provocou as mais diversas reacções a nível internacional e não poucas lágrimas de crocodilo por parte de quem se preocupa muito com os direitos humanos... nos países dos outros.

As centrais da desinformação começaram de imediato a clamar contra as tendências totalitaristas dos sandinistas, a lastimar a sorte dos nicaraguenses, a chorar as perseguições de que estaria a ser alvo a hierarquia da igreja católica, a reconhecer, enfim, a razão das preocupações dos Estados Unidos. Algumas foram mesmo ao ponto de clamar da comunidade internacional, em particular dos países capitalistas, a colocação da Nicarágua numa espécie de quarentena política e económica. Que é como quem diz em isolamento, justamente quanto mais necessários são todos os apoios ao jovem regime sandinista.

Sobre as razões que estiveram na base da decisão de decretar o estado de emergência pouco ou nada se disse, pelo menos com a seriedade que o assunto merece.

Um memorando divulgado a propósito pelas autoridades de Manágua passou quase despercebido, não obstante a sua importância para a compreensão do atribulado processo nicaraguense, a braços com a ameaça externa norte-americana e a contra-revolução interna organizada e financiada também pelos Esta-

dos Unidos.

No referido documento se recorda o esforço, internacionalmente reconhecido de resto, para a realização de eleições em 1984 que levou à suspensão do estado de emergência então em vigor, numa altura em que a atitude agressiva dos EUA não só não havia diminuído como era incrementada através das acções terroristas dos contra-revolucionários a mando da CIA.

Cabe aqui lembrar que apenas os EUA não reconheceram a lisura dessas eleições, acompa-

nhadas por elevado número de insuspeitos observadores estrangeiros. Se é verdade que a administração Reagan perdeu essa batalha, não é menos verdade que a partir daí concentrou todos os esforços na sua estratégia de liquidação da revolução sandinista: a agressão militar, o bloqueio económico e a desestabilização interna, tudo isto acrescido com o boicote sistemático dos planos de paz do Grupo Contadora, e a suspensão unilateral das conversações de Manzanillo.

Uma decisão justificada

O alento que uma tal posição do imperialismo deu às forças de extrema-direita nicaraguenses tornou-se de imediato notório: a cúpula das organizações empresariais, os partidos extremistas que não quiseram participar nas eleições e alguns sectores da

hierarquia da igreja católica começaram a desenvolver um plano de desestabilização interna de que não faltam exemplos, como os apelos aos jovens para que recusem cumprir o serviço militar, as tentativas de organização de «lock-outs», o não pagamento de impostos, a retirada dos depósitos bancários, a criação de um clima de instabilidade nas empresas, a crescente utilização da igreja contra o regime.

A propósito deste último aspecto, é de referir um artigo publicado em França pelo Témoignage Chrétien, ligado aos meios católicos: O cardeal arcebispo de Manágua, Monsenhor Obando Bravo, novo presidente da conferência episcopal é, de facto, o líder da oposição política. Multiplica, de cidade em cidade, as intervenções hostis ao poder. Exige que os «contras» sejam também associados ao diálogo. Pelo contrário, os críticos, quer locais quer padres que se empenham

no movimento sandinista ou que o apoiam, são não só criticados como até condenados. A suspensão dos padres ministros é significativa deste aspecto.

Contra esta utilização abusiva do espaço político que de boa-fé e em nome do pluralismo e do desenvolvimento democrático as forças sandinistas abriram aos inimigos da revolução, e pela necessidade de controlar todas as tentativas internas e externas de desestabilização e de liquidação da democracia, as autoridades nicaraguenses foram forçadas a decretar o estado de emergência.

Não se trata, certamente, de uma escolha feita de ânimo leve. É com certeza uma decisão plenamente justificada.

Contra ela se insurgem os que se serviram da liberdade para a destruir. Os que, como os EUA, nada tinham a dizer contra a ditadura de Somoza. O que é esclarecedor.

«Já não restam dúvidas para qualquer pessoa honesta, livre de quaisquer sectarismos políticos, que o objectivo fundamental do tão apregoado auxílio económico americano aos países europeus não passava, como hoje não passa, de uma descarada manobra política do imperialismo anglo-americano, para se imiscuir nos negócios internos dos países europeus. (...)»

«Para receberem auxílio, torna-se necessário porem em ordem as suas casas», dizem os dirigentes americanos. Esta ordem significa o que se passa na Grécia, significa o que se passa em Espanha, Portugal e Turquia. (...)»

«Cada dólar enviado à Itália deve ser utilizado na luta contra o comunismo», declara o senador americano Berkley. Por outro lado: «Tem que haver uma cooperação calorosa entre todos os italianos se se quiser que o auxílio americano a esse país tenha o efeito desejado» (...) E o conhecido jornalista americano William Philip Simons em 9/10/47 no «World Telegram»: «Foi mesmo para evitar que o comunismo alargasse a sua esfera de acção à Europa ocidental, que foi criado o Plano Marshall, num hábil golpe de vista político do secretário de Estado norte-americano». (...)»

(«O Plano Marshall Atenta Contra a Democracia e a Independência dos Povos» — «Avante!», VI Série, n.º 109, 1.ª Quinzena de Novembro de 1947)

«Há já 18 anos que os trabalhadores portugueses vêm descontando obrigatoriamente dos seus magros salários 2% para o Fundo de Desemprego, esse Fundo... sem fundo... O Governo salazarista disse então que o Fundo de Desemprego serviria para auxiliar os desempregados e para eliminar o desemprego em Portugal. Entretanto as centenas de milhar de contos roubados aos trabalhadores têm servido fundamentalmente para a construção de obras que só ao Estado e à Igreja competiam construir.

«Os dinheiros do Fundo de Desemprego servem para manter à larga toda uma série de parasitas fascistas, a começar no Comissário e seu adjunto que recebem proventos principescos, têm servido e servem para subsidiar o serviço para a fiscalização e orientação de obras participadas pelo Fundo, para o pagamento de actividades directamente a cargo do Comissariado e para despesas com o pagamento das participações. (...)»

(«Os Dois por Cento para o Desemprego, Um Roubo que é Preciso Acabar» — «Avante!», VI Série, n.º 153, Novembro de 1950)

«A Federação Nacional dos Produtores de Trigo, único comprador deste cereal, não aceita nem paga o trigo aos produtores logo após as colheitas. Estamos em Novembro e parte do trigo apodrece em celeiros improvisados e os agricultores esperam pelo seu pagamento atravessando as maiores dificuldades, como é o caso dos de Cercal do Alentejo, Alvalade, Sobral de Monte Agraço e outros. Enquanto isto acontece importa-se trigo americano.

«O fascismo não constrói celeiros com capacidade suficiente e assistiu impassível às enxurradas que arrasaram os campos de Arganil, mas gasta, por cada avião de jacto que paga aos americanos, 11 000 contos.» (...)»

(«O Corporativismo Arruína a Lavoura» — «Avante!», VI Série, n.º 182, Novembro de 1953)

Em Foco /

competência

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 620

14 de Novembro de 1985

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



DOSSIERS

- APU/honestidade
- APU/diálogo
- APU/competência
- APU/cultura
- APU/à nossa porta
- APU/experiência
- APU/futuro

Competência. É aquilo que não se alardeia, mas que se pode verificar. Que se pode traduzir em palavras, mas cuja prova se vai achar na eficácia dos actos. O que requer estudo, bagagem teórica; mas sobretudo experiência e vontade de cumprir. O que requer capacidade de análise; mas sobretudo solução adequada dos problemas. Competência é o que vem ao de cima nos actos da Aliança Povo Unido, nas pequenas e nas grandes obras — porque existe uma adequação entre o estudo dos problemas a resolver e os projectos dos que aspiram à sua resolução — os moradores, as populações. E porque existe uma adequação entre o projecto e a obra.

Não se exibem, na APU, canudos e diplomas, títulos e as distinções académicas — embora existam. Não se publicitam «cabeças» que, noutras forças políticas, bem cedo se revelaram de alho chocho, mais preocupadas na exibição da borla e da toga que do acerto no estudo e no projecto com a sua necessidade e com a obra que lhe corresponde. E ninguém se lançou em projectos de «navegabilidade» sem que fosse considerado possível desassorear o leito do rio e sem barco para provar a navegação.

As obras — a competência de as estudar e de realizá-las — estão à vista. E também os estudos cuja concretização não é possível apenas porque forças mais «altas» — por enquanto — se levantam.

Competência. Abundam exemplos dela, do lado de cá do Povo Unido. E desses exemplos escolhemos alguns, ancorados sempre no trabalho colectivo, em que técnicos e especialistas cooperam com eleitos e populações, para resolver problemas.

Competência a nível local, sim, mas que muitas vezes transcende, por necessidade, a curteza da freguesia e do município, para se alargar ordenadamente, articuladamente, à região — enquanto esta espera a sua confirmação oficial em diplomas tantas vezes anunciados e outras tantas adiados por incompetência — e falta de vontade — dos que centralmente têm ditado as leis do País.

Nas áreas da administração autárquica; da cultura; da saúde e educação; do lançamento de bases para uma melhor gestão dos recursos municipais e da resolução de grandes problemas que se colocam a nível do saneamento básico, da higiene e limpeza — saltam aos olhos os exemplos concretos, onde quer que a APU desenvolva as suas actividades. Informática, formação profissional, grandes projectos, estudos e sua divulgação — este *dossier* que hoje apresentamos, sobre a competência APU, diz bem dos esforços, da capacidade, do saber sempre ao serviço das populações de quem vem a vontade de mudar e para a qual, com a Aliança Povo Unido, reverte a competência dos que apenas se colocam ao serviço dos seus interesses. ■



Por direito próprio a gestão APU tem vindo a ser cada vez mais identificada como a gestão do Trabalho, da Honestidade e da Competência.

Este lema de valores de comportamento, que no nosso caso sintetiza uma riquíssima experiência e tem sólidas bases reais, tem ganho tal impacto junto das populações, que o "marketing" demagógico das outras forças políticas não tem hesitado em tentar aproveitá-lo.

A capacidade de trabalho dos eleitos da APU é unanimemente reconhecida e tem directa justificação na origem dos eleitos da Aliança Povo Unido, oriundos na sua imensa maioria da população trabalhadora deste país, que constitui a base social de apoio da APU.

A honestidade e isenção na acção não sofre contestação. Se se fizer o levantamento das situações provadas de corrupção, de compadrio e de ilegalidades que têm feito com que eleitos locais sejam destituídos dos seus cargos, encontramos no rol nomes de muitos eleitos da direita e do PS.

As calúnias e os «casos» que a imprensa reaccionária tem tentado criar relativamente a eleitos da APU não têm tido qualquer confirmação. Consta-se na prática que os eleitos da APU, individualmente e no seu colectivo, são diferentes dos outros eleitos. Essa diferença reside fundamentalmente no facto dos eleitos da APU estarem ao serviço da população e não para se servirem dos cargos públicos.

A Poder Local — Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas (PL-AECOD) é bem exemplificativa desta afirmação. O que por todo o país tem sido feito em proveito das populações, utilizando os excedentes pagos pelas autarquias para lá dos vencimentos que os eleitos da APU ganham ou ganhavam na sua actividade profissional, atesta bem a honestidade e dedicação dos eleitos comunistas e outros democratas e não tem paralelo em qualquer outra força política.

A questão da **competência na gestão da APU** merece agora uma referência mais alargada. O conceito de competência da APU diverge radicalmente:

- das considerações tecnocráticas de meras relações entre custos e resultados e da sujeição dos problemas apenas aos seus aspectos técnicos;
- do aproveitamento publicitário sistemático dos órgãos de comunicação social por tudo e por nada, escondendo no «barulho» feito à volta de medidas pontuais a ausência de trabalho continuado;
- do conceito personalista da competência do «iluminado» capaz de, por si só, resolver todas as situações;
- da resolução casuística dos problemas, desinserida de uma análise integrada e de uma acção programada e planificada.

A competência na acção da APU exige muito trabalho e capacidade e radica:

- num processo integrado e dinâmico de esforço colectivo, baseado no diálogo permanente, capaz de fazer participar as populações na resolução dos seus problemas;
- na persistência, determinação e coerência com que são concreti-

A competência na gestão APU

zadas as várias fases de execução das transformações e dos processos de desenvolvimento programados;

- na isenção na apreciação das questões, sabendo ouvir e dar seguimento a todas as propostas correctas e justas, independentemente da sua origem e priorizando a resolução dos problemas de base, construindo assim sólidos alicerces às melhorias futuras;
- no estudo e conhecimento dos problemas, na discussão colectiva das soluções e na subordinação às decisões maioritárias;
- no esforço constante para que cada problema resolvido contribua para aumentar o prestígio dos órgãos autárquicos, visando sempre demonstrar as vantagens da eficácia democrática.

A forma como a nossa gestão transformou o concelho de Vila Franca de Xira em 11 anos consecutivos de responsabilidades maioritárias nos órgãos autárquicos, é um apenas dos muitos exemplos que permitem ilustrar o que deixamos acima. Com a óbvia vantagem de ser, no nosso caso, o que conhecemos melhor e no qual participamos há cerca de 9 anos.

A opção central desde o tempo da Comissão Administrativa foi resolver as carências de base com que se debatia a população. Conseguimos hoje atingir uma cobertura da população da ordem dos 98 a 100% nos domínios das redes de esgotos, da distribuição de água, da recolha de lixo e da electrificação, quando em 1974 não se ia além de 48%, 67%, 48% e 80% respectivamente.

A transformação realizada não pode ser apreendida apenas na frieza dos números. Foi toda uma nova dinâmica criada na vida colectiva, nos aspectos socioculturais e desportivos, na melhoria das condições sanitárias, na multiplicação das oportunidades colocadas ao dispor da população para uma vida mais digna e mais sã.

Para dar uma ideia, ainda que resumida, do caminho percorrido, regista-se que das 98 salas de aula do ensino primário existentes em 1974 passámos para 210 actualmente, de 3 infantários passámos para 9 e concretizámos mais 7 salas de aula para o ensino pré-primário, de apenas 1 lar de idosos passámos para 3, mais 2 Centros de Dia e mais 4 Centros de Convívio.

Em 1974 não existia ensino para crianças inadaptadas; hoje estão a funcionar 2 Cêrcis em instalações construídas pelo município.

Os parques infantis eram 3 e hoje são 46 e a juventude dispõe agora de 23 campos desportivos polivalentes quando em 1974 existiam 3. Este ano concretizámos, no âmbito do Ano Internacional da Juventude, a abertura de mais um tanque de iniciação à natação e da primeira Casa da Juventude e da Cultura do concelho.

Esta transformação só foi possível porque a população participou nela



■ **Daniel Branco**

Candidato APU e actual presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira



activamente. Muito do trabalho foi voluntário, feito por Comissões de Moradores, Colectividades e particulares.

Estão em funcionamento e com uma vitalidade crescente estruturas de coordenação e dinamização, tais como a Comissão Municipal de Apoio aos Idosos, o Grupo Dinamizador da Juventude, as Instituições Privadas de Solidariedade Social, as Comissões de Jovens das Freguesias, os Secretariados de Colectividades, as Associações de Bombeiros e outras.

As modificações da estrutura administrativa do município acompanham todo o desenvolvimento registado.

Em 1974, o concelho de Vila Franca de Xira era rural — hoje é urbano de 1.ª categoria; Vila Franca de Xira, sede do concelho, era uma vila — desde o ano passado que é cidade; existiam apenas mais duas vilas, Alhandra e Alverca — hoje existem 5, com a elevação este ano da Castanheira, da Póvoa de St.ª Iria e de Vialonga à categoria de vilas; por último, foram criadas também este ano as novas freguesias do Forte da Casa e do Sobralinho.

A superioridade da gestão APU é facilmente demonstrável e por isso as populações confiam cada vez mais em nós.

A nossa competência é fruto de um trabalho que integra todo um amplo colectivo de eleitos e eleitores que, com diálogo, participação e experiência tem dado às nossas terras a nova vida que elas merecem. Porque a nossa acção assenta na enorme confiança que temos na população, porque as populações têm em cada ano que passa mais motivos para confiar em nós, iremos continuar a construir, em conjunto, o nosso futuro. ■

competência
POVO UNIDO



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Uma Associação de Municípios APU — e o exemplo é a do distrito de Setúbal, que engloba os treze concelhos — não é um supermunicípio que se arrogue a gestão das câmaras que a compõem. Nem sequer em linhas gerais. É antes de tudo, uma grande realização de cooperação a nível autárquico, cuja importância se pode avaliar no quotidiano, no trabalho amplo e aprofundado que leva a cabo. De constituição recente, a Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, que existe há menos de três anos, tem já valioso trabalho feito. Não se formou para ficar no papel, como há por aí comissões, grupos de trabalho e gabinetes. Mas trabalha, estuda, realiza. Trata-se, antes de mais, de um exemplo de competência.

— exemplo de competência na cooperação intermunicipal

ministrativos, à formação, à criação de apoios no domínio de recursos técnicos, ao urbanismo, à saúde e à educação, à higiene e limpeza. O que em 1985 foi levado a cabo — e o que será ainda até ao fim do ano — visou, como esclarecia de resto a introdução ao plano anual, «dar continuidade e concretizar importantes acções lançadas em 1984 e priorizar um significativo conjunto de novas acções». Isto «apesar de extremamente condicionado nos seus objectivos pela política anti-autárquica e pela crescente asfixia financeira que o Governo impõe às autarquias».

Estudar e realizar

Projectos e estudos adiantados e concluídos; informática em funcionamento para recolha, tratamento e organização de dados; participação em estudos para projectos de investimento intermunicipal; realização de iniciativas de divulgação da activi-

ram dados. É valioso o apoio no estudo de medidas que possam resolver problemas de organização nas autarquias com vista ao aproveitamento dos recursos de cada uma. A informática ajudará — tem ajudado — o planeamento da actividade, tanto ao nível municipal como intermunicipal.

Outra área em que incide a actividade da Associação, é a dos Projectos de Investimentos Intermunicipais. Aqui, embora muitas formas de cooperação se tenham desenhado entre autarquias, e já uma vez aqui falámos dos exemplos existentes no distrito no domínio da utilização de máquinas e parques de máquinas, as dificuldades são grandes e decorrem, no fundamental, das escassas verbas disponíveis.

Mas não são as dificuldades que fazem parar o que quer que seja. E avança-se para a criação de serviços de apoio no campo do aprovisionamento, por exemplo.

Uma das acções já desenca-

dos dados existentes para cada problema é a primeira fase de cada uma das iniciativas levadas a cabo, dos estudos que prosseguem, com vista a uma apreensão geral e sectorial da realidade.

Na saúde, o plano de três anos chega ao fim. E foram cumpridos os objectivos e acções previstas. Pode dizer-se que se verificaram verdadeiras vitórias do trabalho da AMDS — foram cumpridas valiosas acções no campo da vacinação — no distrito subiu muito o nível de vacinação geral e da BCG. Mercê de acções conjuntas e de contactos entre a Associação e os serviços de saúde, da sensibilização das autarquias e de acções destas, o balanço é positivo.

Quanto à Educação, pode afirmar-se que «as autarquias já estão nas escolas», como nos foi sublinhado, e têm desenvolvido um importante apoio, sobretudo às escolas primárias. Também no desporto foi cumprido no essencial o programa de acções que a Associação se propôs — continuando e aprofundando iniciativas que já têm história nos concelhos do distrito.

frutos. Mas ainda a Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal é uma criança...

Cultura

Várias publicações, exposições, seminários, festivais, a actividade no campo cultural tem sido variada, múltipla, mobilizadora não só de especialistas, de artistas, como de colectividades, de autarquias, da população.

Um roteiro dos museus do distrito de Setúbal foi já publicado pela Associação, divulgando, de forma sucinta ao público e aos estudiosos, o vasto património museológico de todos os concelhos, incluindo os museus que se encontram em vias de criação, num trabalho que, para além das informações gerais — horários, identificação, localização — fornece um breve historial de cada museu e descreve sumariamente as suas colecções.

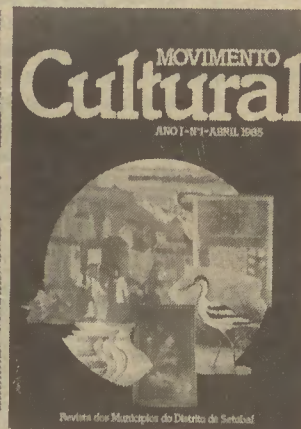
No ano passado fora já publicado um roteiro sobre as bibliotecas municipais do distrito — no qual, também de forma sucinta, é indicada a história das bibliotecas e arquivos dos concelhos, as suas estruturas orgânicas e o plano de inventariação de cada um, o tipo de património que cada um conserva e ainda dados sobre os seus utilizadores, bibliografia disponível e actividades culturais a elas ligadas.

Recentemente — e sobre a exposição itinerante sobre o «Movimento Operário — o Distrito de Setúbal na Imprensa — Imagens e Notícias», foi publicado um interessante catálogo, onde se pode recolher uma ideia sobre a vastidão e riqueza da imprensa operária do distrito, acompanhada de uma cronologia de acontecimentos históricos do movimento operário da região. Esta obra — e a própria exposição — surgiu na sequência do aprofundamento de um trabalho que tem vindo a decorrer, no âmbito da preparação do Roteiro Bibliográfico Distrital.

Entre as várias exposições realizadas, salienta-se a de Arqueologia Naval — itinerante — e sobre a qual também foi editada uma publicação.

Ainda no campo das publicações salienta-se a revista «Movimento Cultural» cujo primeiro número aqui mesmo foi saudado, encontrando-se em preparação o segundo.

Para tudo isto é preciso muito trabalho. E muita competência e capacidade de organização. Só assim se pode, como recentemente aconteceu, transformar a cultura numa coisa viva e participada, numa festa, como recentemente aconteceu com o grandioso festival de Arte e Cultura do distrito, realizado com a participação de todos os concelhos. ■



Embora o ano de 1985 não tenha chegado ao fim, pode afirmar-se que o essencial do ambicioso plano de actividades para este período de tempo já foi cumprido e os municípios de Setúbal debruçam-se já em conjunto sobre as propostas para o ano que vem e as grandes linhas da actividade que irão no seguimento do que já foi realizado.

O trabalho da Associação que, por um lado, funciona como apoio às autarquias do distrito e, por outro, desenvolve acções comuns, incide sobre uma vasta área, que vai da cultura ao desporto, ao estudo de métodos ad-

dade autárquica; campanhas de sensibilização da população em áreas como a higiene, a saúde, a defesa do património; comemorações e iniciativas culturais; iniciativas no domínio da formação profissional para trabalhadores das autarquias; apoio técnico especializado; formação de grupos de trabalho com eleitos e técnicos, generalização de experiências positivas, tais eram as prioridades apontadas no início do ano. Tais são, com o ano a acabar, as prioridades cumpridas, resultado de um intenso e variado trabalho.

No domínio da administração e gestão, campo em que, como noutros, o objectivo é apoiar as autarquias na resolução dos complexos problemas administrativos, a Associação já possui não só o equipamento informático como tem a capacidade de utilização das potencialidades adquiridas. E um esforço tem sido feito em cursos em várias autarquias, procurando-se, por outro lado, compatibilizar os sistemas a nível distrital para proporcionar um melhor rendimento e um aproveitamento máximo.

Trata-se de um vasto campo, em que os primeiros passos fo-

deadas, a que oportunamente fizemos referência, foi a aquisição da Quinta de S. Paulo que será restaurada, havendo já sido investidos mais de 2 milhares de contos na sua recuperação.

Qualidade e imagem

No que toca à habitação, planeamento urbanístico e gestão urbanística, foram dinamizados muitos projectos e estudos, para além de campanhas de sensibilização das populações. O tratamento e a organização da informação tem aqui importância relevante — e grande atenção tem sido dada ao planeamento no domínio da circulação viária, da imagem urbana, indo ao «pormenor» do estudo da cor e da aplicação dos materiais da região.

O trabalho de levantamento

Efeitos sensíveis

Uma das áreas onde mais sensíveis têm sido os progressos e visível o trabalho feito é a da higiene e limpeza, havendo-se desencadeado uma série de acções de sensibilização cujos resultados se podem verificar em vários concelhos. «Deite o lixo no lixo», foi lema de uma destas campanhas. A instalação de «vidrões» e de papeleiras em algumas autarquias, a colaboração com as escolas na sensibilização para os problemas de higiene e limpeza, a limpeza de praias — por exemplo a da Costa da Caparica cujo nível bacteriológico da água do mar é zero (!) tendo beneficiado das acções de limpeza lançadas pela Câmara — averbam-se entre as iniciativas a que a AMDS tem dinamizado.

O importante estudo, realizado em colaboração com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil — o «Estudo metodológico e hidroalúico das cheias e inundações na área geográfica abrangida pela AMDS» foi já concluído, tendo-se entretanto realizado acções de colaboração com a Universidade Nova de Lisboa com vista ao estudo da drenagem das águas residuais. Existe mesmo já um Regulamento Geral de Águas Residuais em aplicação.

O labor técnico, o estudo, o planeamento em que participam técnicos e especialistas, eleitos das autarquias e trabalhadores das mesmas tem dado os seus

■ **Henrique Custódio**

Quando visitámos Vila do Bispo há precisamente dois anos e meio, a maioria absoluta da Aliança Povo Unido estava no seu 5.º mês de mandato à frente da Câmara Municipal e a encetar um trabalho complexo: reestruturação de serviços anárquicos, insuficientes e corruptos, reformulação de obras concebidas com os pés e planificação de outras mais que urgentes, combate ao compadrio exuberantemente protagonizado pelo anterior presidente PS (o célebre Boaventura das negociatas com o empreiteiro Sousa Cintra), ataque aos

APU em Vila do Bispo UM PROBLEMA ?!... NÃO HÁ PROBLEMAS!

Foi de novo numa manhã de quarta-feira — dia de recepção de munícipes — que nos voltámos a encontrar com o camarada José António Rosado Spínola, presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo, e José de Deus Vieira Rodrigues independente e vereador pela APU já há três mandatos (neste último a tempo inteiro). Estava sol e quase havíamos esquecido a manhã brumosa com que saíramos de Lisboa, quando começámos a conversar com os dois autarcas no gabinete da presidência. Rosado Spínola, com o mesmo bom humor que lhe reconhecíamos há dois anos e meio, atirou-nos logo, mal se sentou, recém-vindo do encontro com os munícipes:

— Não sei se não será melhor tratá-los já aqui com o nosso futuro presidente. Falta pouco para a passagem do testemunho!

Já sabíamos que Rosado Spínola não se recandidatava por razões de ordem particular e aproveitámos para colocar, de imediato, a conversa nas questões autárquicas que ali nos haviam levado:

— Estão, portanto, confiantes na eleição aqui de José de

Deus. E certamente na confirmação da maioria absoluta, o que aponta para a satisfação pelo trabalho realizado...

José de Deus interrompeu: — Consciência do trabalho realizado, é mais exacto assim. Claro que também estamos satisfeitos pelo trabalho realizado, já que cumprimos e ultrapassámos, largamente, o programa com que nos apresentámos ao eleitorado (a insatisfação tem só a ver com a vontade de fazer sempre mais). Mas é mais exacto dizer que a nossa confiança vem da consciência que temos de haver cumprido e feito tudo o que estava previsto. E não vemos razões por que as populações o não reconheçam.

— Estás a ver? — rematou Rosado Spínola entre duas assinaturas vindas a despacho — temos presidente!

Alterações? «Revoluções»!

E tínhamos uma data de coisas mais, relacionadas com o que começa por definir a qualidade de

vida das populações: a água, o saneamento básico, a electricidade, as vias de comunicação. Rosado Spínola entendeu conveniente fazer uma breve retrospectiva:

— Quando chegámos à Câmara em 1983 encontrámos um concelho altamente degradado em todos os aspectos: um deficiente abastecimento de água já à beira da rotura, uma rede de esgotos que, além de manifestamente insuficiente (só funcionavam os da vila, de Hortas do Tabual e, parcialmente, de Burgau) apresentava também problemas de saúde pública (concretamente em Burgau, onde metade corria para a praia, em esgoto livre), escolas velhas e degradadas, pavimentos e caminhos rurais em estado miserável e grande inoperância dos serviços da Câmara, dada a manifesta falta de pessoal, meios, estruturas, coordenação, etc. Isto para nos situarmos apenas na área dos grandes problemas, como nos pediste...

— Sim, sim, vamos primeiro aos «grandes» e depois logo se vê!

— Bom. Em relação às obras, o José de Deus pode já fazer-te um levantamento completo delas, porque um dos seus pelouros tinha exactamente a ver com essa frente de trabalho. Eu só quero recordar o seguinte: gastou-se no concelho, neste mandato, para cima de 130 000 contos em esgotos, quando, nos «planos» que herdámos do PS, se previa uma verba de 20 e tal mil contos. Isto dá ideia da total irresponsabilidade com que os anteriores executivos decidiam e encetavam obras e ilustra a dimensão das alterações que tivemos de introduzir nos planos das obras de saneamento entretanto começadas pela gestão PS e por nós concluídas.

— Alterações?! — ajuntou José de Deus — chama-lhes antes «revoluções»! Tudo aquilo estava tão mal concebido, tão errado do ponto de vista técnico e incapaz do ponto de vista prático que teve de ser refundido de cima a baixo!

E, de cima a baixo, aqui vai o que a APU fez neste capítulo em

Vila do Bispo, transformando completamente o quotidiano das populações. Como ouvimos num café da terra: «Um problema, este concelho? Não há problemas, está cá a APU!».

Já agora...

— Quanto às redes de esgotos concluímos todas as que estavam começadas (e após refundirmos todos os seus projectos, como já foi dito) e pusemos a funcionar as redes da Raposeira, Figueira e Budens. Lançou-se e concluiu-se a obra de Barão de S. Miguel (da total irresponsabilidade da APU, após a necessária revisão do projecto) e em Burgau fizemos uma estação elevatória que acabou com o vazadouro na praia. Na Salema temos uma obra parada porque houve que rever o projecto, de modo a afastar-se da praia uma estação elevatória de tratamento de esgotos. Em Sagres continuamos a alargar a rede, no que é o maior e mais disperso aglomerado popula-

cional do Concelho e num terreno rochoso que tem levantado grandes problemas. Fizemos também a rede de esgotos de Vale de Boi e estamos a executar a última fase dos trabalhos no Burgau, com a construção da segunda estação elevatória de esgotos. Em suma: vamos ficar com sete redes de esgotos a funcionar, o que cobre a maioria do Concelho e veio dar resposta a uma das grandes carências das populações.

Uma. E as outras? José de Deus quase nem deu tempo para perguntar — já lá por ali fora:

— Em relação à água — um dos graves problemas do concelho, sobretudo na época balnear e em casos de quase rotura do abastecimento na vila, Sagres, Raposeira e Salema (embora as faltas se fizessem sentir um pouco por todo o lado) — podemos dizer que, neste momento, o problema está resolvido a curto prazo: de 1983 para cá triplicámos o caudal de abastecimento. Embora



Vila do Bispo é um Concelho algarvio que quase começa onde o Alentejo termina; com a APU na Câmara começou onde a incompetência e a corrupção terminaram

seja um pouco árido alinhar todos os trabalhos que conduzir a esta grande alteração da situação, não queremos deixar de referir o melhoramento do equipamento da Central de Almádena, a nova conduta adutora para Salema, o melhoramento da conduta adutora de Almádena para Vila do Bispo e o lançamento da construção de dois novos reservatórios na vila para melhoria do funcionamento da rede e reforço das reservas, e ainda os novos furo e central elevatória em Covões.

Já agora — e para não roubar muito espaço — aqui vai quanto a electrificação: nestes cerca de três anos cobriram-se as zonas rurais, concretamente Ingrima/Zavali, Almadinha, Barrancão e Montes da Vila. Quanto a caminhos e pavimentação

de ruas, basta dizer isto: gastámos, nessa frente, 40 000 contos.

Carrinhos que «chiam»

Depois de almoço fomos dar uma volta pelo concelho, acompanhados por Rosado Spínola e José de Deus (a segunda vereadora da APU — camarada Maria Constância Silva Correia — apenas pôde conversar connosco durante a refeição, dado que tinha algumas tarefas ainda a tratar na parte da tarde). Na vila pudemos ver, logo à saída dos Paços do Concelho e mesmo em frente do edifício, uma das novidades de há dois anos e meio para cá: a cons-

trução do Centro de Cultura de Vila do Bispo, para o que o Município comparticipou com 2000 contos. Também na vila apreciámos ainda os dois novos depósitos que vão reforçar e garantir o abastecimento da água em todo o ano, vislumbrámos o novo armazém (em acabamento) que não apenas resolverá os problemas de espaço neste capítulo como libertará as actuais instalações para o novo mercado municipal. E dali rumámos a Sagres.

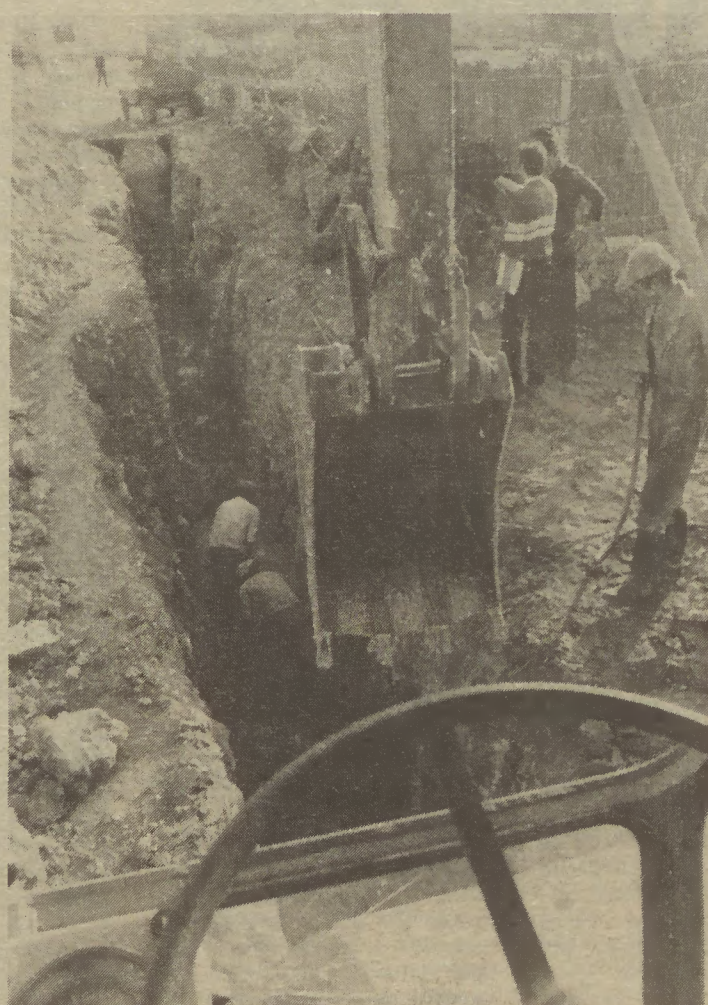
— Que tal, notas diferenças? Havia-as. Uma escola pré-primária com capacidade para 100 crianças feita inteiramente pela Câmara APU (há outra em Budens), um ginásio desportivo em pleno «crescimento», novas ruas, uma outra escola, já acabada com

por lhe andarmos a rasgar a rua!

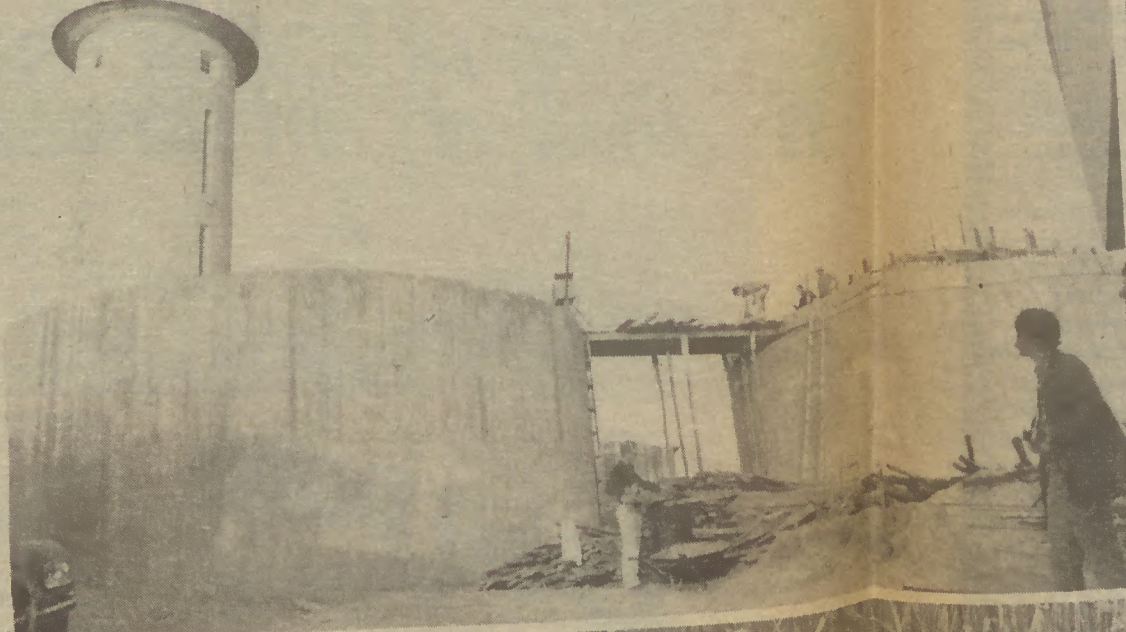
Pitorescos de um trabalho que, satisfazendo todos, pelos vistos inspira a «veia» de alguns. Digamos de passagem que quer em Figueira, onde apreciámos a nova pavimentação com calçada que custou 2800 contos, quer em Burgau onde fomos encontrar o velho largo de lama e terra batida, da nossa anterior visita, transformado num agradável recinto iluminado, calcetado e muito composto no seu debruço para a praia entretanto limpinha graças à nova estação elevatória de esgotos (vai fazer-se outra), nesses e em todos os locais que visitámos, diziamos nós, não ouvimos novas queixas contra o «barulho dos carrinhos» ou coisa do género e

Nesta pré-primária de Sagres cabem 100 crianças; ainda lá não andam tantas como isso, o que se calhar quer dizer que a APU constrói em termos de futuro

problemas de um concelho carenciado de quase tudo, moralização de um município em quem os eleitores haviam deixado de acreditar (a ponto de castigarem os seus anteriores responsáveis, do PS, com duas derrotas sucessivas: em 1979 retirando-lhes a maioria absoluta e em 1982 a relativa, entregando a gestão do município à APU através de retumbante vitória que transformou esta coligação, em 1982, de força minoritária em hegemónica, na autarquia). Voltámos a Vila do Bispo, agora que o primeiro mandato da Aliança Povo Unido chega ao fim, não propriamente para fazer um balanço do seu trabalho (o total cumprimento e abundante «ultrapassagem» do programa falam por si e, sobretudo, para os vilabispenses), mas tão-só para apreciarmos como se desenvençillhou a APU na resolução dos problemas básicos da população que, ali, eram muitos e graves. Só que as conversas são como as cerejas...



Em Sagres os trabalhos de saneamento básico quase lembram as gestas a que o promontório está ligado; assim lá se vai partindo pedra para se chegar a um novo bom porto, que lá por não ser de canelas e marfins não é menos apreciado na terra



Em Vila do Bispo a água vai deixar de faltar — garantem-no dois gigantes depósitos de reforço. Mas não foi só na sede do Concelho que a APU exerceu definitivamente este fantasma: a partir de agora ninguém mais terá sede neste município

Rosado Spínola (à esquerda) e José de Deus (em frente) foram sempre efusivamente cumprimentados e... «consultados» durante a volta que, com eles, demos pelo Concelho



Polidesportivo de Sagres em «crescimento»



Figueira (Freguesia de Budens) Um jello alentejano de estar no Algarve que, com a APU, ficou muito melhor instalado (pavimentações da localidade, toda em paralelepípedos)



O novo armazém da Câmara (na foto) vai libertar as antigas instalações para o Mercado de Vila do Bispo

16 000 contos do Município e que víramos bem mais raquítica. Só que Rosado Spínola não deu tempo para grandes comentários, pois já acrescentava:

— Pois é, não podes notar grandes diferenças porque as principais estão debaixo do chão, nas infra-estruturas da água e do saneamento básico. E o mesmo acontece um pouco por todo o concelho. Só que aqui estes trabalhos são um bico-de-obra, como já vals ver num ramal que nos falta acabar.

Vimos. Era uma luta do homem contra a pedra, num esforço deveras óbvio para rasgar uma simples vala. O manobrador da máquina aproveitou a presença dos dois autarcas para mais uma vez se queixar das dificuldades da tarefa, enquanto o homem do carro do lixo se fez porta-voz de uma queixa de um munícipe: o dito carrinho, quando passava, fazia muito barulho! Rimo-nos, é claro, e Rosado Spínola comentou:

— Estás a ver isto? Uma vez até houve um que se queixou sempre um aproximar cordial da população para os cumprimentos da praxe e... mais uma informaçãozinha «por causa ali daquela rua que está mais larga ou mais estreita, ou aquele muro que está muito próximo ou afastado», etc., etc. Isto em povoações que souberam, neste mandato e pela primeira vez, o que são arranjos exteriores, espaços colectivos, equipamentos urbanos. Uma chalaça de um morador de Budens define a situação. Quando Rosado Spínola lhe disse, a rir, que «pois é, o problema é que grande parte do nosso trabalho está debaixo do chão, não se vê», ele respondeu de imediato:

— Ah não?! Então fecham-lhes as torneiras e os colectores que eles dão logo por isso!!!

Só que a APU em Vila do Bispo não chegou para fechar nada: começou por abrir as portas da Câmara à população e, sem dúvida, que a sua caminhada autárquica tem sido um caminho aberto, limpo e ao serviço de todos. ■

UMA GESTÃO ATENTA AOS MÉTODOS DO FUTURO

Ser competente, qualquer que seja a tarefa ou o nível de responsabilidade assumida, significa possuir sem artifícios um conjunto básico de qualidades. Por exemplo: a honestidade e a seriedade, o empenhamento e a dedicação, o entusiasmo no desenvolvimento do trabalho, o rigor e a força de vontade para avançar e fazer cada vez melhor são, sem dúvida, bases essenciais que definem o indivíduo ou o colectivo que age com responsabilidade e competência. Nas autarquias APU, e designadamente nas Câmaras Municipais, esta noção real de competência sempre esteve associada a uma justa «ambição»: acompanhar e utilizar na medida do possível os instrumentos modernos para uma mais adequada gestão

● Organização dos recursos, formação de pessoal e informatização — também nestas áreas o reflexo da competência APU

autárquica, vivamente empenhada na resolução dos problemas locais.

Conscientes de que o futuro começa mesmo **hoje** e que é necessário abrir aos municípios novos horizontes de gestão, apontados à rentabilidade e ao aproveitamento integral das suas potencialidades técnicas e humanas, os eleitos da Aliança Povo Unido nas Câmaras em que assumiram por soberana decisão popular a responsabilidade maioritária da sua orientação, têm avançado um trabalho que apresenta resultados positivos nas áreas da **organização dos recursos** e da actividade camarária, da **formação de pessoal** e da **informatização** de alguns serviços.

Alguns exemplos

Quanto à **informatização** tem havido nos últimos anos aquilo a que podemos chamar um **avanço cauteloso**.

Os municípios, em luta contra

teríveis dificuldades económicas impostas por uma política de direita que tem utilizado todas as manobras na asfixia financeira do Poder Local, estão atentos às necessidades de vária ordem requeridas pela implantação e aplicação dos equipamentos de informática, rejeitando categoricamente qualquer esboço de avanço anárquico ou precipitado nesta área.

Por agora, a generalidade do apoio informático no universo das autarquias fica pelo recurso ao «**Service Bureau**», isto é, as autarquias recorrem a empresas especializadas para o tratamento informatizado de vários serviços, como por exemplo, os **consumos de água**, **controlo de «stoks»**, **taxas e licenças**, **vencimentos do pessoal**, etc. Algumas CMs possuem equipamento próprio para serviços desse género.

Num futuro breve — aliás, já se dão passos concretos nesse sentido em vários municípios — e, pensamos, aproveitando numa primeira fase a rica experiência e as potencialidades da cooperação intermunicipal —, será possível uma maior autonomia e um maior

empreendimento, com bases sólidas e realistas, ao nível da informática.

Sobre a **organização**, existe um bom trabalho de estudo e de aplicação de medidas nas mais diversas «frentes» de acção nas autarquias: no **atendimento ao público**, nos **serviços de obras**, nos **serviços urbanos** e de **administração urbanística**, etc.

Finalmente, é de referir a preocupação de muitas autarquias APU com o enriquecimento e a **valorização socioprofissional** dos seus quadros, preocupação essa concretizada, nomeadamente, com a frequência de cursos e seminários dedicados às mais variadas áreas de actuação: das **obras à gestão económica-financeira**, dos **aspectos socioculturais à informação e comunicação**, dos **recursos humanos à organização administrativa**, passando pelo **enquadramento jurídico**.

Com os pés bem assentes na terra, as autarquias APU mostram como **competência e futuro** podem e devem ser realidades num quotidiano de trabalho para servir as populações e o País. ■

NEGATIVO

• Para obter receitas, a CM de Lisboa — à qual hoje, por direito próprio, toda esta secção é dedicada — recorre à chamada «gestão patrimonial», que mais não é que a delapidação dos melhores terrenos municipais, oferecidos de mão beijada aos grandes especuladores imobiliários (casos Luna Park, Alto do Lumiar, etc.). O mecanismo utilizado é o de subvalorizar os meios de que a Câmara dispõe — no caso, os terrenos — em troca de algumas obras cujo valor é sobrevalorizado. No projecto de orçamento para 85, estas operações de «permuta» foram contabilizadas em cerca de 3,5 milhões de contos.

• A Câmara recorre a empréstimos para financiar todo o tipo de empreendimentos, alguns dos quais não reprodutivos. Exemplo: Em Abril passado aprovou um, no valor de 50 mil contos, para a luta anti-murina — isto é, até para matar ratos recorre a empréstimos com juros de 31,5%.

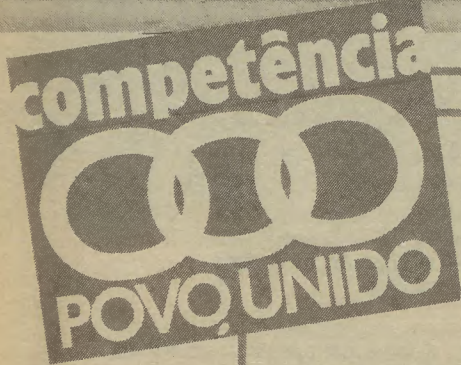
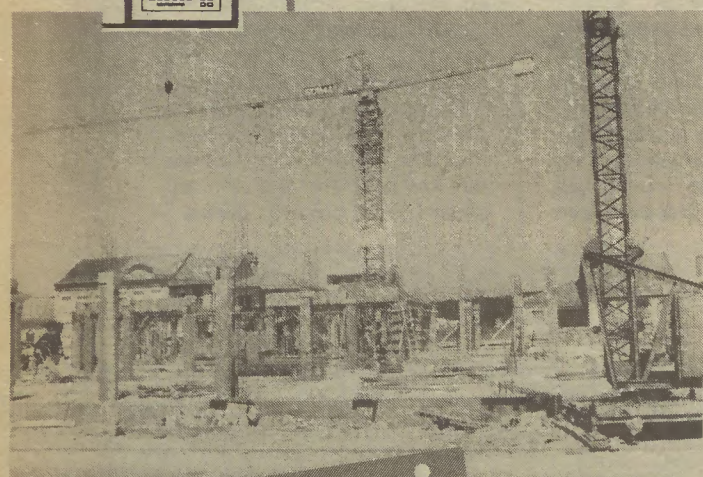
• A Câmara de Lisboa tem 600 quadros técnicos ou dirigentes e cerca de 10 mil funcionários. No entanto, gasta anualmente muitos milhares de contos em projectos mandados fazer em gabinetes privados, entrega tudo a empreiteiros, não faz obras por administração directa, não tem um parque de máquinas.

• Porque não tem um sistema integrado de aprovisionamento, cada serviço camarário compra o que quer e a quem quer e por preços não controlados.

• Com o encerramento da lixeira da Boba, imposto pela Câmara da Amadora ao cabo de anos de irresponsáveis tentativas de diálogo, os lixos de Lisboa passaram a ser depositados em Beiroas, numa plataforma de terrenos alagadiços ganhos ao Tejo, a meio metro do nível freático e a 30-50 metros da margem do rio — distâncias que as primeiras chuvas fatalmente anularão. No entanto, o executivo camarário dispõe de um projecto aprovado e de uma decisão da Câmara de adjudicação das obras do Aterro Sanitário do Vale do Forno.

• O chamado Centro Cívico Secundário de Olivais Sul — um edifício camarário de grande importância para a população da zona, destinado a Centro de Dia para Idosos, Centro Cultural, Cooperativa de Consumo — foi entregue ao Ministério da Administração Interna. Além do mais, a Câmara de Lisboa já ali investira cerca de 20 mil contos.

...etc.!



«Poder Local»

— um repositório de exemplos

«Revista para os eleitos das Assembleias Municipais e de Freguesia, das Câmaras Municipais e das Juntas, «Poder Local» será também a revista do movimento popular, dos democratas, de todos os que querem contribuir para a satisfação das inúmeras carências que afectam as populações das regiões, concelhos e freguesias do nosso país.»

«Foi assim que (já lá vão mais de oito anos), em Maio de 1977 era feita a apresentação da revista «Poder Local». Nessa pequena prosa são-nos dados a conhecer os objectivos que se propunha o colectivo desta revista. «Apoiar a construção do novo

aparelho do Estado Local e informar sobre os meios para a resolução dos principais problemas que se põem às autarquias.»

Mais de oito anos depois do aparecimento da única revista da especialidade com publicação ininterrupta existente em Portugal, podemos dizer que estes objectivos estão a ser plenamente cumpridos.

A sua qualidade tornou-a num importante instrumento de trabalho, não só para os autarcas, como para todos os que se interessam pelos problemas das autarquias, sendo frequentemente citada em trabalhos académicos.

Um exemplo de competência

Propriedade de uma empresa

privada — a Editorial Caminho —, a revista «Poder Local» é, no entanto, mais um de entre os muitos e bons exemplos da competência da APU no trabalho autárquico, dado o bom trabalho feito pelos quadros e eleitos da APU que aí colaboram.

Com efeito, especialistas em diversas matérias e eleitos da APU emprestam a esta revista a qualidade que lhe é reconhecida.

A diversidade é, possivelmente, uma das suas principais características. Dando uma rápida vista de olhos aos seus dois últimos números, podemos ver que nas suas páginas se encontram temas tão dispares como a arqueologia naval, a administração urbanística, a alfabetização ou a informática e as autarquias.

O nosso segredo

Em conversa com Luís Sá, o director de «Poder Local», este salientou que «a revista corresponde àquilo que é o segredo da competência: cada um dos eleitos está muito atento à experiência alheia e interessado em que as suas experiências sejam postas em colectivo».

A competência da experiência e diálogo feita, que estes são os três grandes segredos da APU, que, não sendo sectária, os põe à disposição de todos aqueles que estão dispostos a trabalhar efectivamente pelo bem-estar das populações e, consequentemente, pelo progresso. Daí a importância da revista «Poder Local». Daí ser ela, também, um belíssimo exemplo da competência da APU. ■



a TV

A arma que não houve e a arma que há

Sete de Novembro. Uma data festiva não apenas para a União Soviética, mas para toda a Humanidade: marco decisivo na libertação dos trabalhadores.

Compreende-se, por isso, que a RTP não goste da efeméride. É que não há nenhuma relação entre a televisão e os trabalhadores portugueses. Quem por lá manda, já há muito que «demitiu» o povo português...

Claro que ainda não pode fazer as coisas com o descaramento e o gosto que lhe estariam no apetite.

Assim, ainda o Telejornal se viu obrigado a lembrar a efeméride, pois o escândalo da ignorância seria demasiado... escandaloso. Para tanto, utilizou algumas imagens do desfile na Praça Vermelha...

... Onde não viu nenhuma qualidade, livra, que já é preciso ser miope! Nem a alegria popular, nem a rigorosa determinação de defender as suas conquistas e a sua liberdade.

Não viu. Mas, exigente como é, Telejornal alcançou logo um defeito, ou seja, a União Soviética, desta vez, não apresentou no desfile nenhuma arma nova, sofisticada. Vejam lá! Ó Telejornal, foi pena, não foi?

Mas deixa, não te preocupes. Se a loucura de Reagan persistir a resposta adequada surgirá. Na certeza de que a arma mais poderosa do povo soviético é o seu imenso amor à Paz. Tem, como aliados, todos os povos do mundo. Incluindo o povo americano que, em impressionantes manifestações, prova não haver qualquer sintonia entre a sua vontade e a vontade de Reagan.

Ninguém esqueça: o primeiro decreto do Poder Soviético foi o decreto da Paz...

Quem sai aos seus...

Mas o Telejornal, como qualquer menino burguês e filho de burgueses, tem birras. Ai sim? Festeja-se em todo o mundo o sete de Novembro? Então vamos lá estragar a festa a milhares de telespectadores...

Desencadeia logo uma barragem anti-soviética de grande envergadura. Ouvia-se o ranger dos dentes. Autêntica histeria. Por acaso, e para melhor condizer com o veneno, até foram buscar a pior voz *off* que há lá em casa...

A ordem era para utilizar todos os ingredientes. Foram as análises pessimistas à reunião de Genebra e ao encontro Gorbachov-Schultz. Foi o rapto, pela CIA, a dizer que não, que não tinha raptado nada, e o próprio Reagan, encabulado, a entrar na dança. Foi o marinheiro que queria fugir, mas depois já não queria fugir, não se percebe bem quem é que queria que ele fugisse, a verdade é que o marinheiro teimou em não fugir, em voltar para o seu barco, e as estações americanas de TV muito chateadas com a história frustrada, caramba, vinha mesmo a calhar...

Foram as «notícias» do Afeganistão, não se percebeu bem o que tinha acontecido, mas isso pouco importa, o que importa é falar do Afeganistão, atacar os russos, esses malandros que «invadiram» aquele país...

Finalmente, o Sakharov, a mulher do Sakharov, blá-blá, uma grande reportagem. Aliás, a acreditar na RTP e no «Dia» (essas almas gêmeas...) o Sakharov já deve ter morrido e ressuscitado uma data de vezes...

Não, meus amigos. A RTP não está minimamente interessada em prestar uma informação isenta. Telejornal é terminal da grande engrenagem que promove a guerra ideológica. Ele é o legítimo herdeiro do Telejornal fascista.

E quem sai aos seus...

Tempo de antena para o Freitas

Freitas do Amaral. Freitas do Amaral esteve aqui. Esteve acolá. Disse aquilo. Escolheu mandatários. No Porto, Agustina Bessa Luís que dispensa apresentações, diga-me Agustina Bessa Luís, o que é que você faz como mandatária, bem, eu entro em conferências de imprensa. Freitas do Amaral. A grande descoberta telejornalística. Ei-lo no Porto. Ei-lo em Lisboa. Recebe mensagens. Dá recados. Ri, com aquela boca grande de maioria silenciosa, lembram-se? Com profissões de fé políticas. Com profissões de fé patriótica: «Não me digam que o povo português, que descobriu o caminho para a Índia, não é capaz de terminar a auto-estrada Lisboa-Porto»!!! Aplausos. Alguns universitários do Porto aplaudem. Outros de Lisboa, igualmente. Freitas do Amaral, aquela grande boca, à maioria silenciosa. De um lado para o outro. E o Telejornal sempre atrás. Solícito. Como os servidores do vaso na corte augusta de Luís XIV...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Coligação PSD/PS: o desespero

A operação anti-APU e anti-democracia desencadeada pelas coligações PS/PSD no plano judicial foi recentemente classificada pelo secretário-geral do PCP como uma verdadeira tentativa de «golpe de estado de direita» ao nível das autarquias locais. De facto tratava-se, nem mais nem menos, de tentar impedir a APU e os partidos que a integram de concorrerem às eleições autárquicas. O carácter ilegítimo desta iniciativa é evidente e, no plano judicial, as primeiras respostas começaram já a ser dadas pelos tribunais em favor da APU. A direita tem razão em não gostar do Estado Democrático!

Confissão de fraqueza

● «No que se refere à operação desencadeada no plano judicial contra a APU, pelo PS e PSD, trata-se, sem dúvida, de um facto de inegável significado político. E, nesse quadro, não pode deixar de ressaltar a notável sensação de insegurança e de medo que tais partidos assim revelam de um confronto, minimamente leal, com a APU, nas eleições de 15 de Dezembro. Com efeito, as coligações PS-PSD-CDS contra a APU, só por si já constituíam uma expressiva confissão de fraqueza de cada um desses grandes partidos, pois cada um, ao coligar-se, reconhecia que tinha deixado de ter quaisquer pretensões de sozinho vencer a APU. Agora, ao perseguirem o objectivo de, através de iniciativas jurídicas sem qualquer razão ou consistência, impedir a APU de concorrer, revelam afinal que não confiam nada no desfecho de um natural confronto eleitoral e que só encontrariam segurança na vitória através da antidemocrática exclusão do seu adversário.

As coligações PS-PSD (e CDS) contra a APU, não só pelo número de autarquias que envolvem como pelo directo empenho das direcções nacionais desses partidos na sua realização, são tudo menos fenómenos episódicos de alianças locais contra a gestão séria e eficaz da APU. De um ponto de vista global, têm de ser vistos fundamentalmente como uma importante expressão da solidariedade de objectivos e dos profundos compromissos cimentados entre o PS dominado pelo soarismo e as forças reacconárias. E, só por si, são na actualidade política nacional um testemunho muito mais fidedigno da verdadeira orientação do PS do que, por exemplo, qualquer fachada duramente oposicionista que o PS resolva assumir no debate e na votação do programa do governo Cavaco Silva.

Estas obras desesperadas do PS e PSD, para além do seu objectivo fundamental, podem seguramente visar também a criação de um clima de incerteza, inquietação e perturbação entre os activistas, simpatizantes e eleitores da APU.

Havendo consciência disso, deve então estar absolutamente claro que, para além da adequada resposta jurídica nos locais próprios, a grande resposta política para tais manobras do PS e PSD é a confiante intensificação

da preparação de intervenção democrática nas eleições autárquicas, com o prosseguimento das acções de esclarecimento, no fomento da informação sobre o que se fez e como se fez e sobre o que se propõe fazer no futuro, em direcção à derrota das coligações destrutivas PS-PSD-CDS e a uma importante afirmação eleitoral da APU» («o diário», 10 Novembro)

«O pé nas argolas»

● «Ainda deve dar bastante que falar a tese do PS e do PSD

de Loures, segundo a qual a APU poderá ser impedida de concorrer às autárquicas, por se tratar — alegadamente — de uma coligação eleitoral não constituída nos termos e prazos que a lei impõe. Os impugnadores da presença eleitoral da APU parecem ter embarcado no equivoco de equiparar aquela aliança política (de carácter permanente e por tempo indeterminado) com as listas conjuntas que, em coligações propriamente eleitorais, outros partidos têm formado "ad hoc". Na provável confusão terão já incorrido alguns magistrados, ao requererem certidões de coligação referentes à APU, indo até ao Tribunal Constitucional... E até o "Semanário", no qual pontificam competentíssimos juristas, não fez o devido "distinguo" na sua última edição.

Os dois partidos da APU estão na verdade numa situação que alguns comparam à comunhão de bens; seria uma aliança conjugal já registada de uma vez por todas, que não se dissolve a seguir às eleições e que veda ao PCP a apresentação de listas isoladamente.

E há, no PSD, quem receie que Dias Loureiro, arremetendo contra as argolinhas, tenha metido uma argolada...

(«Expresso», 9 Novembro)

Tribunais decidem a favor da APU

● «O juiz do Tribunal da Comarca de Sesimbra, por sentença proferida no dia 7 e de que as partes já foram oficialmente notificadas, decidiu manter as lis-

tas apresentadas pela Aliança Povo Unido para os órgãos autárquicos daquele concelho, indeferindo a reclamação apresentada pelo PS e PSD.

Trata-se da primeira decisão de fundo de um tribunal de Comarca a ser conhecida relativamente ao numeroso conjunto de reclamações apresentadas pelo PS e PSD requerendo que fossem invalidadas as listas apresentadas por falta de anotação da coligação no Tribunal Constitucional.

Na referida sentença, o juiz do Tribunal de Sesimbra refere que as listas da APU foram admitidas «com fundamento na certidão válida, com data actualizada, passada pelo Tribunal Constitucional» e que a «passagem da dita certidão» e outros documentos «inculcam que o respectivo processo se encontra devidamente legalizado».

O texto da sentença, depois de citar a anotação da APU como coligação permanente com fins (entre outros) eleitorais feita no Supremo Tribunal de Justiça em 14-4-78, refere ainda, entre outros, como fundamento desta decisão judicial, que o disposto no n.º 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei 701-B/76 de 29 de Setembro prevê a possibilidade de coligações permanentes com fins eleitorais e que tais fins «resultam explicitados no presente caso» pois «a coligação em causa não se destina a um certo e determinado acto».

«o diário» apurou que idêntica reclamação do PS e do PSD já foi também indeferida relativamente aos concelhos de Mora e Arraiolos por ter sido apresentada fora do prazo legal.» («o diário», 10 Novembro)

Trabalhamos, Lutamos Vivemos com transparência



A verdadeira imagem do PCP

edições
Avante!

À venda nas Livrarias
270 pág. - 300 Esc.

**A mesma...
filosofia!**

«O Ministério da Educação vem demonstrando em atitudes sucessivas que não se empenhou na planificação do ano lectivo, chegando agora ao absurdo de alterar programas, sob a capa daquilo a que eufemisticamente chama de "indicações metodológicas e esclarecimento sobre gestão de programas"», denuncia o Secretariado Nacional da Federação Nacional de Professores.

É mais uma a juntar a tantas outras que não são só os alunos, professores e pais a saber. Toda a gente sabe que o ministério não presta, a começar pelo ministro. Agora foi a emissão de uma circular com alterações aos programas de

Filosofia em vigor. Desmentindo outra em que se afirmava que os programas não seriam alterados. O ministro é o mesmo. A filosofia... também!

O desagravo

Ele gostava de... desagravos. Até encomendava manifestações de. O Terreiro do Paço algumas vezes conheceu essas multidões arrebanhadas pelos montes, que desciam à capital para um passeio, um copo e uma nota de vinte. E lá desagravavam, enquanto à janela do ministério do Interior, Salazar acenava e guinchava um discurso. Na tumba há muitos anos, enterrado também o fascismo, alguns mortos-vivos fazem a farsa tipo frankensteins e procuram desenterrar velhos

Mudança de aposta

Estas duas primeiras páginas de **A Capital** (de 18 de Setembro e 7 de Novembro) não chegam a estar separadas entre si por dois meses. Mas, para quem manda lá na casa, parece ser tempo mais do que suficiente para mudar alegremente de cavalo (salvo seja) potencialmente ganhador e fazer uma nova aposta. Porque as manchetes (curiosamente, ambas com o pretexto do futebol) não são inocentes e certamente que estas coisas não se fazem por brincadeira. Do soarismo **A Capital** salta rapidamente para o freitismo. E o facto conhecido de que, pela experiência dos últimos anos, as diferenças entre um e outro não serem muito grandes, não justifica o recurso a tais métodos nem admite este tipo de apoios (mesmo que seja a nível subliminar...) por parte de um jornal que, ainda por cima, é propriedade do Estado.

ossos. Um pasquim, impresso em papel a cheirar a mortalha, dá-lhes a cobertura: e anuncia que Salazar vai ser «desagravado por estudantes e trabalhadores», e que um «monumento vai ressurgir em Santa Comba Dão». E até dá o número da conta, no «Crédito Predial Português» para quem quiser contribuir para o magusto. Um dia destes, se se continuar por este caminho, vai-se comemorar o dia da Legião, a semana da Pide, e constituir-se-á provavelmente a Liga das Vítimas do Antifascismo...

adiante acrescentar que «o eleitorado assiste ao desenrolar das contradições entre o que lhe prometeram e o que foi feito, sem que, no entanto, ele esqueça, porque não é ingénuo e dispõe de uma memória razoável, onde começou o descalabro, quais as suas razões históricas no tempo e qual é a história completa dos erros que hoje se condenam.» Feita a citação, cabe perguntar: Quer Pacheco afirmar que antes do 25 de Abril o «país político» e o «país real» se identificavam? Quer Pacheco dizer que o «descalabro» começou em 25 de Abril — isto é, antes ele não existia? Defende Pacheco, portanto, que o 25 de Abril só trouxe desgraças — e que no tempo da ditadura é que era bom?.

Bom era, sim, que o director do estatizado **Diário Popular** se explicasse.

Que quer Pacheco?

«O País político e o País real ainda não se entenderam depois do 25 de Abril», escreve o director do **Diário Popular**, Pacheco de Andrade, para mais

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Quero, posso, mando e venço
(dizia, aspirando o incenso
com que untara o próprio lenço)
Quero, posso, mando e venço
porque o meu forte é o consenso...

Mas era à prepotência tão propenso
que ficou só, lá no deserto imenso.

Claro. Quem é que, sem senso, pode fazer o consenso?...

II

M ui
I lustres
L usitanos, atenção:

E u, a bem da Nação
S ou, em finanças e no resto,
C avaco, o manifesto
U ltimo, desta maneira,
D escendente do alvar
O liveira
S alazar.

III

Governo inaugurado
Cavaco não perdeu a ocasião
de mandar o recado
sobre a força do Estado:
a força (é o que ele diz...) da repressão.

Compreende-se bem.
Nós percebemos quem
ele quer reprimir.
Os especuladores?
os Exploradores?
Deixem-se rir...

Ele quer reprimir
está mesmo à vista
não mais, não mais do que os trabalhadores
à defunta maneira soarista...

IV

O Reagan diz que quer a paz,
É o que ele diz. Mas o que é que ele faz?

Corta no fatal laser gorda moca
semeia de mísseis a Europa

estende como um punhal o braço
incendeia de medos o espaço

ameaça Cuba e a Nicarágua. Não hesita em armar os criminosos da UNITA...

Há no modo com que Reagan a paz escreve o máximo temor que o mundo jamais teve.

Mas contra aquilo que Reagan pensa e faz
está a luta dos povos e a Vitória da Paz!

[illegible]

AMOS A ISTO

A campanha europeia do futebol arranca esta noite, com FC Porto, Sporting e Portimonense a enfrentarem respectivamente os holandeses do Ajax e Feyenoord e Jugoslavos do Partizan, enquanto amanhã entrará em acção o Shvettse frente aos belgas do Brugges.

Na tarde, por ter ficado sem o 50 milhas aguarda a sua hora.

Neste caso são os jogos que vão decidir sobre o futuro das equipas portuguesas, mas, com todos a jogar em casa, é evidente que se torna necessário marcar o mais possível para garantir um mínimo de



DESEMPENHO

MOBILIÁRIO DE ESTILO

[illegible]

P'rá frente Lisboa

BENFICA

**GANHAR
A
PERDER**

SPORTING

**TRIUNFO
A
SOFRER**

em viagens de trabalho

Seu

**DIVISAS
PARA TURISMO
SOBEM
A CEM CONT**

NINO DESMANCHA GO

**VICE-PRESIDENTE
PRESO EM BIS**

[illegible]

Agenda

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 620

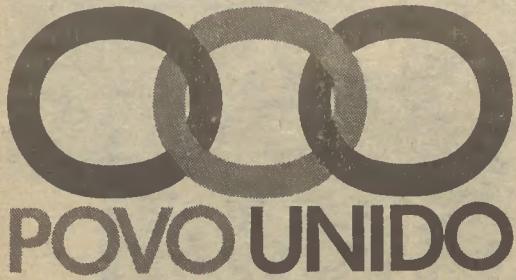
14 de Novembro de 1985

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Jornada Nacional de Propaganda da APU

Em todos os distritos:
distribuição de documentos
porta-a-porta
colagens



Sexta

15

• SINES

Sessão pública de apresentação dos candidatos da APU a todos os órgãos autárquicos do concelho. Salão da Música, 21.30.

• OEIRAS

Sessão para apresentação dos candidatos da APU à freguesia de Oeiras e do programa eleitoral. Com a participação de Luís Sá e dos cabeças de lista para a Assembleia e Câmara Municipal. Salão dos Bombeiros, 21.30.

• CARNIDE

Sessão de apresentação de candidatos à freguesia com a participação de Carlos Carvalhas, 21.30.

• CARNAXIDE

Plenário de militantes de Queijas para discussão do trabalho eleitoral. Com a participação de José António Tavares da Cruz, 1.º candidato à Assembleia de Freguesia, CT, 21.30.

• PORTO

Reunião da comissão coordenadora central da Campanha dos 10 Mil Contos para planeamento da nova fase da campanha.

• TORTOSENDO

Plenário de militantes do Partido da freguesia, com o ca-

marada José Soeiro. No CT.

• LISBOA

Sessão de esclarecimento, no Forum Alvalade, às 21 h., com **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP, dedicada a todos os democratas e independentes que nestes anos têm sido companheiros em lutas comuns pela democracia e independência nacional na defesa do 25 de Abril e da Paz.

Sessão das Juntas de Freguesia de Ameixoeira e Charneca com feirantes e população para discussão do problema do mercado e feira das Galinheiras. Às 21.30 nas Galinheiras.

• BARREIRO

Discussão do programa eleitoral em Santo André, Palhais, 21.30.

• GRÂNDOLA

Plenário com os candidatos. 21.00.

• SETÚBAL

Plenário de candidatos e activistas da APU. 21.15.

Sábado 16

• COIMBRA

Sessão de esclarecimento, no Centro Recreativo e Popular do Bairro Norton de Matos, às 15 h., com o camarada **Ángelo Veloso**, membro da Comissão Política e

candidato do PCP às eleições presidenciais.

• AMADORA

Encontro Concelhio da APU para discussão dos objectivos e programa eleitoral. A partir das 14.30. Às 18.00, sessão pública para apresentação dos candidatos e intervenção de encerramento pelo camarada José Casanova. Sociedade Filarmónica da Amadora.

• ANSIÃO

Encontro de candidatos e activistas da APU dos concelhos do norte do distrito de Leiria. Instalações do Ciclo Preparatório de Ansião, 16.00.

• LISBOA

Plenário dos candidatos jovens da APU do distrito de Lisboa, para discussão da intervenção dos jovens na campanha eleitoral. Sede central da JCP (R. Sousa Martins) a partir das 14.30.

• MONTIJO

Sessão de esclarecimento no cinema do Montijo com o camarada **Álvaro Cunhal**, 17.30.

• ALMADA

Sessão de esclarecimento na Incrível Almadense também com **Álvaro Cunhal**, 21.30.

• LISBOA

Sessão com os candidatos às Assem-

bleias de Freguesia de Alvalade, S. João de Brito e Campo Grande. No Forum do Alvalade, 15.00.

• LISBOA

Sessão de apresentação dos candidatos da APU da freguesia da Charneca. Participação de Carlos Carvalhas. Grupo Recreativo das Galinheiras, 21.30.

Debate com a população do Bairro da Torrinha, sobre transportes, organizado pela JF da Ameixoeira. Sport União da Torrinha, 21.30.

Sessão de apresentação dos candidatos de **Campolide**. Santana Futebol Clube, 17.30. Com a participação de Carlos Carvalhas, que de manhã visitará o Casal Ventoso.

• PAÇO D'ARCOS

Encontro da APU da freguesia de Paço d'Arcos com a participação de António Abreu. Na Associação de Moradores «A Familiar», Caxias/Lavadeiras, 15.00.

• BARREIRO

Sessão nos Ferrovários, 21.30.

• LAVRADIO

Sessão na Igreja do Lavradio, 21.30.

• LOULÉ

Plenário da APU.

• VILA REAL St.º ANTÓNIO

Sessão de apresentação de candidatos aos órgãos autárquicos concelhios. 21.30.

• BARCELOS

Plenário concelhio de candidatos e apoiantes da APU, seguido de convívio e magusto. CT, 14.30.

• CELORICO DE BASTO

Plenário concelhio de candidatos e apoiantes. Escola Primária, 15.00.

• VIEIRA DO MINHO

Plenário concelhio de candidatos e apoiantes. Casa do Povo, 21.00.

• VILA VERDE

Plenário concelhio. 17.00.

colas anexas de Almacave.

• FARO

Plenário concelhio da APU. Participação de Carlos Brito. Coopprofa, 15.00.

• LOURES

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Encontro concelhio da APU para balanço do trabalho do corrente mandato, apresentação do programa eleitoral e discussão da campanha. Participação de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Participação ainda de Joaquim

Soares, da Comissão Nacional do MDP/CDE, e de **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP. A partir das 15.00 no Pavilhão do Sacavense.

• LISBOA

Almoço, seguido de sessão de apresentação dos candidatos à freguesia dos Olivais. Com a participação de Carlos Carvalhas, na Escola Secundária Cidade de Nampula. A partir das 15.00.

• VISEU

Encontro dos candidatos da APU de todo o concelho. Escola de Enfermagem, 9.30. Participação do camarada Jaime Serra.

• FAFE

Plenário de candidatos e activistas. CT. 15.00.

• ESPOSENDE

Plenário de candidatos e activistas, seguido de convívio e magusto. Quinta do Dr. Alceu, em Fão, 15.30.

• GUIMARÃES

Encontro de candidatos e activistas. Es-

cola Preparatória João de Meira, 14.30.

• BRAGA

Comício-festa para apresentação dos candidatos à CM e AM e divulgação do programa eleitoral da APU. No final, música popular e convívio com magusto. Escola Secundária Sá de Miranda, 15.00.

• COVILHÃ

Encontro concelhio dos candidatos da APU. Participação de José Soeiro. Escola

de Frei Heitor Pinto, 15.00.

• VILA DO BISPO

Plenário concelhio de candidatos.

• MONCHIQUE

Plenário concelhio

• ALBUFEIRA

Plenário da APU e almoço-convívio

• ALCOCHETE

Encontro concelhio da APU com a participação dos candida-

tos. Discussão do programa e planificação da campanha. Participação de Carlos Ramalho. Sociedade Imparcial 15 de Janeiro.

• PALMELA

Encontro concelhio da APU. Balanço do mandato e discussão do programa. Sociedade Loureiros.

• SESIMBRA

Convívio APU no Salão do José Carlos. Nas Caixas, freguesia do Castelo.

Sessão de esclarecimento

Centro Recreativo e Popular do Bairro Norton de Matos

Coimbra

Sábado, dia 16, 15.00 horas

com **Ángelo Veloso**

Sessões de esclarecimento com **Álvaro Cunhal**

Forum do Alvalade

Sexta-feira, dia 15, 21 horas

Cinema do Montijo

Sábado, dia 16, 17,30 horas

Incrível Almadense

Sábado, dia 16, 21,30 horas



GILES in «Avec la caricature contre le fascisme» — Organização Internacional dos Jornalistas. Praga, sem data. Caricatura publicada pela primeira vez em 1944 no jornal Inglês «Daily Express» com a legenda «Pode enrolar os mapas, Herr General. Tenho a impressão que o seu contra-ataque não vai funcionar».

TV O Programa

Quinta
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela «Origens», 32.º ep.
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.45 — Follow Me (curso de Inglês)
19.15 — Desporto
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Bol. Meteorológico
20.30 — Vamos Jogar no Totobola
20.45 — Telenovela «Louco Amor», 94.º ep.



21.30 — Série «Crime, Disse Ela»
22.30 — Programa da Direcção de Informação
23.30 — Último Jornal

RTP2

19.30 — Desenhos Animados «O Homem de Plástico»
20.00 — Conheça Melhor «A Bélgica», 2.ª parte
20.30 — Série «Horizontes de Glória»
21.40 — Da Música Canções de Richard Strauss por Marina Ferreira
22.30 — Jornal da Noite

Sexta
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela «Origens»
18.00 — Animação «Ballet Adagio», real. Norman McLaren
18.30 — Notícias
18.45 — O Mundo da Ciência, 13.º ep.
19.30 — O Mar e a Terra «Nas Ilhas Selvagens»
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Bol. Meteorológico
20.30 — Telenovela «Louco Amor»
21.15 — Série «Televisão, a Caixa que Mudou o Mundo», 6.º ep.



22.30 — Série «Em Lisboa, uma Vez», «Quando as Máquinas Param», baseado na peça de Plínio Marcos (Brasil), argumento e real. Luís Filipe Costa
23.30 — Último Jornal

RTP2


19.32 — Desenhos Animados «Ferdý»
20.00 — Medicinas Alternativas
20.30 — Godard 6x2, 2.º ep.
21.30 — Directo/2
22.30 — Jornal da Noite

Sábado
RTP1

11.30 — Tempo dos Mais Novos
14.00 — Dar e Receber
14.30 — Série «Os Três Dukes»
15.30 — Sport Billy
16.00 — Retrospectiva da Semana
16.30 — Atchafalafa Musical
17.30 — Série «O Dia em que o Mundo Mudou», 1.º ep.
18.30 — Assembleia da República
18.45 — Museu do Louvre, 2.ª parte
19.45 — Totoloto
20.00 — Telejornal
20.27 — Bol. Meteorológico
20.30 — Série «Rabo de Saia», 6.º ep.
21.15 — Canções da Terra e do Mar (programa comemorativo do 10.º aniv. do Centro Regional dos Açores da RTP)
23.45 — Último Jornal
00.05 — Sábado Especial «Alvos», real. Peter Bodganovith

RTP2

18.30 — Trotéu
20.00 — Animação «Sylvester em Veneza»
20.30 — Para o Melhor e para o Pior



21.30 — Série «Terra-Mãe», 10.º ep.

Domingo
RTP1

09.00 — Mosaico
11.00 — Setenta Vezes Sete
11.30 — Missa
12.30 — Tempo dos Mais Novos
13.00 — TV Rural
13.00 — Tempo dos Mais Novos
14.45 — No Mundo dos Frangos
15.15 — Sessão da Tarde «Miss Ba», real. Sidney Franklin
17.00 — Um Planeta para Amar (últ. ep.)
18.00 — O Outro Lado da Crise «Os Dolares que Nós Comemos»
19.00 — Top Disco
19.45 — Como, Quem, Porquê?
20.00 — Telejornal
20.27 — Bol. Meteorológico
20.35 — Portugal, Passado Presente
21.05 — Aplauso Roberto Carlos
22.00 — Domingo Desportivo
23.00 — Último Jornal

RTP2

19.30 — Novos Horizontes
20.00 — Adágio
20.30 — Nós Por Cá



21.20 — Cine Clube «A Noite», real. Michelangelo Antonioni (1961)

Segunda
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.30 — Notícias
18.50 — Desportivamente
19.15 — Documentário «A Cidade de Jaisalmer»

19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.35 — Telenovela «Louco Amor»
21.20 — Concurso 1-2-3
23.30 — Último Jornal

RTP2

19.30 — Desenhos Animados
19.50 — «Opera for Africa»
22.30 — Jornal da Noite

Terça
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos — «Bell e Sebastião», «Expresso dos Pirineus», «Calimero»
18.35 — Século XX — «A China em Marcha»
19.50 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.35 — Telenovela «Louco Amor»



21.25 — Imagens em Movimento — «Edison e a invenção do cinematógrafo»
22.00 — Actual
23.10 — Série — «O Homem Invisível»
23.35 — Último Jornal

RTP2

19.30 — Desenhos Animados
19.55 — Videopolis
20.35 — Falar de Macau



21.00 — Sessão das Nove — «Para Além do Paraíso», real. Jim Jarmusch
22.30 — Jornal da Noite

Quarta
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Trânsito
19.15 — Telemundo
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Vamos Jogar no Totobola
20.40 — Telenovela «Louco Amor»
21.30 — Noite de Cinema — «A Fúria do Herói», real. Ted Kotcheff (EUA/1982)
23.15 — Último Jornal

RTP2

19.30 — Desenhos Animados
19.50 — Artistas Portugueses — Almada Negreiros
20.30 — Série — «A História Secreta do Petróleo»
21.30 — FilMOTECA TV
22.30 — Jornal da Noite

Livros



«Do Outro Lado no Elba», de Josué da Silva. Editorial Caminho, colecção «Nosso Mundo». Preço de capa: 300\$00.

Josué da Silva é jornalista e português. Em 1981 contratam-no para trabalhar na editora Zeit im Bild, de Dresden. Desde então vive na RDA.

«Do Outro Lado no Elba» é mais um livro sobre a RDA. No entanto, não se trata apenas de «mais um»... Expliquemo-nos.

Antes de mais nada, «Do Outro Lado no Elba» não vive da comparação entre a realidade de socialista e a vida nos países capitalistas. Depois, porque, ao longo das suas 149 páginas, não nos injecta uma catadupa de números e estatísticas. (Os números são importantes mas, só por si, chegarão?).

«Do Outro Lado no Elba» será antes uma história de amor entre um País e um homem. Uma história de amor que, como todas as histórias de amor, é feita de pequenos nada.

É exactamente através desses pequenos

nadas que Josué da Silva nos mostra um pouco da RDA, tendo o mérito, como afirma o Dr. Rainer Bettermann, na nota introdutória, de, «num livro como este, onde muita coisa fica por dizer, quase tudo tenha sido dito através do símbolo, do subentendido e da extensão interpretativa do que nos oferece».

Este será um dos grandes méritos do livro. Escrito na primeira pessoa, é através da sua experiência e da dos amigos de Josué da Silva que a realidade e a história da RDA se vão desenhando perante os nossos olhos.

São, por exemplo, as conversas na cervejaria, a visita ao antigo campo de concentração nazi de Buchenwald, ou o dia do parto da sua companheira que nos «dão» a RDA.

Trata-se, pois, de um livro escrito por uma pessoa que vive na RDA; um livro, portanto, que não pode deixar de ser emotivo, porquanto ao longo das suas páginas Josué da Silva deixa bem clara a sua paixão por este país que o adoptou.

Antentemos na seguinte passagem: «mal sabia eu — o tanto que a gente ignora, deuses! — que os eléctricos de Dresden estão equipados com receptor-transmissor, de forma a darem ou a receberem informações relativamente à central de serviços. Só me apercebi disso quando vi a condutora dirigir-se de novo à sua cabina e pôr-se a falar com a central. Informação breve, resposta breve. A condutora voltou junto da velhota que gemia com dores e disse-lhe: «fique o mais possível quieta. Nós vamos prosseguir a viagem, mas a senhora em breve será socorrida». «Socorrida como?», exclamei para mim mesmo. A resposta chegou duas paragens depois: uma ambulância aguardava o eléctrico para transportar a senhora para o hospital. Era Dresden, 15 de Outubro de 1981, a caminho do socialismo avançado».

É assim, com estes pequenos nada que Josué da Silva nos diz da RDA. Como se vê, trata-se de um livro obrigatório para todos quantos se interessarem por tudo o que se passa lá «do outro lado», nas margens do Elba...



Cinema

A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Amantes	★★★★	★★★★	★★★★	—	★★★★
B A Companhia dos Lobos	★	★★	★★	—	—
C Eu Vos Saúdo Maria	★	★★★	★★★	—	★
D História Interminável	★	—	★	—	★★
E O Justiciero Solitário	★★★★	—	—	—	—
F A Rosa Púrpura do Calro	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
G Siberiada	★★★★	★★★★	★★★★	—	—
H A Testemunha	★★★	★★★	★★	★★★	★★★

A — Real. John Cassavetes — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.15, 23.30) — Lisboa.
 B — Real. Neil Jordan — Alfa/3 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.45) — Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Mundial (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa; Foco (18.45, 21.45) — S. João (18.45, 21.45) — Porto.
 C — Real. Jean-Luc Godard — N'Gola (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa.
 D — Real. Wolfgang Peterson — Alfa/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.45) — Amoreiras/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.45) — Caleidoscópio (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Fonte Nova/1 (14.15, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa; Stop/1 (18.45, 21.30) — Porto.
 E — Real. Clint Eastwood — Castil (15.30, 18.30, 21.30) — Império (15.15, 18.30, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Woody Allen — Hollywood/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — S. Jorge/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.45) — Lisboa; Bebê (18.45, 21.45) — Porto.
 G — Real. Andrei Kontchalovski — Estúdio 444 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Peter Weir — Alfa Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — S. Jorge/3 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) — Lisboa.

Exposições

Alberto Carneiro, «Árvores, flores e frutos» — escultura. Galeria EMI/Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a Dom./15 às 19 (Até 25 Nov.).

António Palolo, pintura. Galeria Altamira.

Aquilino Ribeiro, exposição biblio-icnográfica. Biblioteca Nacional. De 2.ª a 6.ª/10 às 20 (Até fins de Novembro).

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.ª, 4.ª, 5.ª e dom./10 às 17; 6.ª e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém.

Augusto Barros, pintura. Espaço Aliança, R. Braancamp, 13, 1.º (Até 29/11).

II Bienal Nacional de Desenho organizada pela Cooperativa Árvore. SNBA, R. Barata Salgueiro, 35. Das 14 às 20 (Até 24/11).

Bussab, pintura, SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14 às 20 (Até 29/11).

David Hockney, fotografia. Galeria Exposições Temporárias da Gulbenkian, Av.ª Berna, 3.ª, 5.ª, 6.ª, Dom./10 às 17; 4.ª e Sáb./14 às 19.30.

Os grandes Projectos Arquitectónicos de Paris 1979-1989. Museu do CAM/Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e Dom./10 às 17; 4.ª e Sáb./10 às 19. (Até 30/11).

Helena San Payo, pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; Sáb./10 às 13.

História dos



Navarrog Hogan

Transportes Terrestres e Metropolitanos do Mundo, Centro Comercial Amoreiras, das 10 às 24.

Ilídio Salteiro, desenho. Atrium da Casa da Imprensa, R. da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; Sáb./10 às 13 (Até 19/11).

A Imagem Holográfica — Oito Artistas na Era do Laser, na Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, quartas e sábados das 14 às 19.30, restantes dias, das 10 às 17. (Até 24/11).

Intergravura 85, Galeria S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; Sáb./10 às 13 (Até 30/11).

Isabel Mendes Ferreira, pintura. Gal. Altamira, das 10 às 24 (Até 29/11).

Maluda, pintura. Livraria Bertrand, Chiado.

Manuela Mourato, pintura. Gal. Paulino Ferreira, R. Nova Trindade, 18-B (Até 28/11).

Maria Teresa Folia, pintura, técnicas mistas. Atelier 15, R. Freitas Gazuil, 24-D. 2.ª a 6.ª/18. As 22; Sáb./15 às 19.

Vestir 1955-85 e Traje Romântico. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor ao Lumiar. 3.ª a Dom./10 às 17.

Augusto Canedo, pintura. Gal. EG, R. do Castro 210. De 3.ª a Sáb./16 às 19.30. PORTO.

Colectiva (pintura, desenho, escultura) — Gunter Grass, João Cutileiro, Jorge Meilha, José de Guimarães, Susan Uzzell. Centro Cultural S. Lourenço Almansil.

Isabel Mendes Ferreira, pintura. Gal. Altamira (Pão de Açúcar), das 10 às 23, até 29/11 Cascals.

Joaquim Bravo, pintura. Teatro Garcia de Resende Évora.

José Mouga, pintura. Convento de Jesus/ Gal. de Exposições Temporárias do Museu de Setúbal.

D. Fernando II e a Ópera do Séc. XIX. De 5.ª a 3.ª/10 às 17, até 15 Dezembro. Palácio Nacional Sintra.

Exposição Nacional — Ano Internacional da Juventude e da Música (pintura, serigrafia, desenho, etc.) na Casa Museu Teixeira Lopes, de terça a sábado, das 9 às 12 e das 14 às 19, domingos, das 14 às 18.

Scarlatti e Portugal, Galeria Almada Negreiros, Av.ª República, 16.

Teresa Magalhães, pintura e serigrafia, Galeria Gemini, Centro Comercial Gemini

Até 30 de Novembro. VILA NOVA DE GAIA.

António Carmo, pintura. Museu Grão Vasco, até 20/11. Viseu.



Gil Teixeira Lopes

Teatro

O Cartaz

LISBOA

ABC, Parque Mayer. As 21.45; Sáb e Dom também às 16.00. **Fininho mas Jeltosinho**, de J. Bettencourt, versão de César Oliveira e R. Solnado, enc. Carlos César.

Comuna, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb. 21.30; dom. 17.00; **Amadis**, de Abel Neves, enc. João Mota.

Café-Teatro: 5.ª, 6.ª e sáb. 22; Cozido à Portuguesa, com texto e coordenação de Fernando Gomes.

Gulbenkian, Sala Polivalente do CAM, Av. Berna. De 3.ª a 6.ª/21.30, sáb. e dom./15.30 e 21.30. **Teatro de Enormidades Apenas Críveis à Luz Eléctrica**, sobre textos de Aquilino Ri-

beiro, guião e dir. cénica Ricardo Pais, coreografia Olga Roriz. **Maria Vitória**, Pq. Mayer. **Não Batam Mais no Zezinho**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.

Nac. D. Maria II, De 3.ª a sábado, às 21.30, sábado e domingo às 16 h **O Morgado de Fafe em Lisboa**, de Camilo Castelo Branco, enc. Ruy de Matos — Sala Experimental, de 3.ª a sáb. 21.45; sáb. e dom. 16.30; **Virginia**, de Edna O'Brien, enc. Carlos Avilez.

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00. **Tu e Eu**, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço.

Teatro do Século, R. do Século, 41. De 3.ª a Dom./21.30. **Embalagem Perdida**, de Vera Feyder, enc. Ricardo Marques (nesta sala a partir de 6.ª/dia 15).

Teatro da Trindade, R. Nova do Trindade. De 3.ª a 6.ª/21.30, Sáb. e Dom./16.00 e 21.30. **O Regresso da Guerra**, sobre textos de Ângelo Beolco, enc. Pedro Pinheiro.

Teatro Vasco Santana, Entrecampos (Feira Popular). 3.ª a Sáb. / 21.30, Dom./16.00. **Jardim de Outono**, de Lillian Hellman, enc. Luzia Maria Martins — Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb. / 21.30, Dom./16.00 e 21.30. **Pouco Barulho**, de

Michael Frayn, enc. Varela Silva.

ALMADA

Teatro Academia Almadense, Rua Capitão Leitão, 64 6.ª Sáb. dom., 21.30. **Zoo Story** de Edward Albee, encenação de Joaquim Benite — Grupo de Campolide — Companhia de Teatro de Almada.

SETÚBAL

Teatro de Bolso do TAS, Rua Dr. Aníbal Álvares da Silva, 9. **Luisa Todt**, texto de Fernando Gomes e Rui Mesquita, enc. Fernando Gomes.

Para crianças

LISBOA

A Barraca, R. Ale-

xandre Herculano, 70. Sáb e dom. 15.30. **O Mãe Deixa-me ir Ver as Outras Mães**, enc. Ana Mourato — Grupo Joana.

Comuna, Praça de Espanha. Sáb. e Dom./15.00. **Os Cágados** texto de Almada Negreiros. Adpt. e enc. João Brites — Grupo de Teatro «O Bando».

Salão das FURNAS, R. Raul Carapinha. 3.ª, 5.ª, 6.ª/9.30, 11, 13.30. **Bola de Sabão**, enc. Mário Jorge — Grupo os Papa-Léguas.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb./16.00 — **O Cantaleiro Valdoso**, de Soledade Martinho da Costa; Dom./16.00 — **Graças e Desgraças d'El Rei Teatinho**, de Alice Vieira.

...e ainda

Música, debates, etc.

Encontro Alvalade

Cinema — Ciclo «Memória do Fascismo»

5.ª, dia 14 — **Mephisto**, real. Istvan Szabo. 17 e 21.30h. 2.ª, dia 18 — **Ascensão**, real. Larissa Chépikto. 17 e 21.30h.

Cinema cubano

Dom., dia 17 — **Memórias do Subdesenvolvimento**, real. Tomás/Gutierrez/Alea

Teatro — Grupo «Buscon»/Cuba

3.ª, dia 19 — **Buscon Busca un Otel**, de José António Rodríguez, 21.30h

4.ª, dia 20 — **Los Asombrosos Benedetti**, de José António Rodríguez

Música

Sáb., dia 16, às 21.30h e Dom., dia 17, às 16h — **Festa Cubana** com o grupo 5 U 4 e Blanca Estrella

Manhã Infantil no domingo, às 11h

Café Encontro 5.ª, dia 14 — Rui Rocha e Isabel

(MPP)

6.ª, dia 15 — **Dis-coteca** Sáb., dia 16 e 4.ª, dia 20 — **Paulo Branco**

Dom., dia 17 e 3.ª, dia 19 — **Fernando Poitier e Manoel Poitier**

2.ª, dia 18 — **Fernando Poitier e Luís Ortiago**

Exposição de Hilário Teixeira Lopes: até 24/11

Música e Bailado

Temporada 85/86 da Fundação Gulbenkian

6.ª, dia 15 — **Concerto pelo Manhattan String Quartet**, obras de Haydn, C. Carneyro, Schubert. 18.30h, Grande Auditório

6.ª, dia 15, às 21.30h, no Coliseu dos Regrejos e Sáb., dia 16 às 21.30h, no Grande Auditório — **Conjunto estatal de danças e cantares da Arménia**

4.ª, dia 20 — **Ballet Gulbenkian**, dir. Jorge Salavisa: **Hero**, Nova coreografia de Vasco Wellenkamp, **Danças dos Espíritos** (também nos dias 21/18.30h, 22/21.30h e 23/16, e 21.30h)

6.ª, dia 15, às 21.45 e Sáb., dia 16, às 11.30h, **Coop. Povo Portuense — Navegando**, de Fernando Pessoa, grupo Teatro Breno Mascarenhas/S. Paulo

Sáb., dia 16, às 15.30h e Dom., dia 17, às 11.30 e 22h,

Ópera

Teatro Nacional de S. Carlos:

3.ª, dia 19, às 20h — **O Cavaleiro da Rosa**, de Richard Strauss (também nos dias 21/20h e 24/16h)



Cinemateca

Ciclo Micheangelo Antonioni

5.ª, dia 14, às 21.30h — **Il Misterio de Oberwald**/1980

6.ª, dia 15, às 18.30h — **Micheangelo Antonioni — Storia di un Autore**, real. Gianfranco Min-



gozzi/1966; às 21.30h — **Identificazione di una Donna**/1982

FITEI

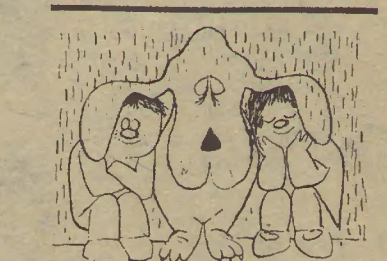
6.ª, dia 15, 21.45h, **Teatro Campo Alegre — Os Amorosos da Foz**, de Camilo Castelo Branco, Seiva Trupe.

6.ª, dia 15, às 18 e 22h, Aud. Nac. Carlos Alberto — **A Arca de Noé**, de Toquinho e Vinícius de Moraes, grupo Elmo/Rio de Janeiro

6.ª, dia 15, 18.30 e 23.30h **TUP — D. Quixote**, de Cervantes, TEUC

6.ª, dia 15, às 21.45 e Sáb., dia 16, às 11.30h, **Coop. Povo Portuense — Amar, Verbo Intransitivo**, de Mário Andrade, grupo Arte Livre/S. Paulo

Dom., dia 17, às 21.45, **Estúdio TEP — Teatro de Cordel**, de vários autores séc. XVIII, TEP.



Conferências

Aquilino em Paris, conferência de Jorge Reis integrada no ciclo comemorativo do centenário do nasci-

mento de Aquilino Ribeiro. Na segunda-feira, dia 18, às 18h, Biblioteca Nacional — Campo Grande

Pioneiros

Exposição dos Pioneiros de S. Pedro da Cova no salão da Junta de Freguesia: trabalhos feitos pelos pioneiros e uma ma-

queta das Minas de S. Pedro da Cova. Até domingo, dia 17. Nesse dia, festa de entrega do Lenço aos novos pioneiros



Tempo

Fim de Semana



Segundo a antevisão do Instituto de Meteorologia e Geofísica, para sábado, céu pouco nublado ou limpo; para domingo ao fim da tarde possibilidade de aguaceiros.

Variedades & utilidades

Hoji Ya Henda o comandante «sem medo»

...perante a miséria do nosso povo despertei para a luta e eu sinto como isso é duro, mas como também é bom avançar. Avançar para que nem as balas do inimigo, nem mesmo a morte me impeça de ser imortal. Nada me fará parar.

Aquelas palavras foram escritas, pouco antes da sua morte, por um herói da revolução angolana. Hoji Ya Henda, nome de guerra de José Mendes de Carvalho, caído em combate quando contava apenas 27 anos.

Todas as revoluções geram os seus heróis. Na longa luta do povo angolano pela independência, Hoji Ya Henda é mais do que um nome lendário, ocupando um lugar de destaque na galeria dos que deram à pátria o sacrifício da própria vida, abrindo o caminho da libertação.

A família tratava-o por Zeca e no liceu era conhecido pelo «Velhinho» devido ao capacete à moda dos velhos tempos que então usava. Como todos os meninos pobres, fez os estudos secundários no «Colégio da Beira» e mais tarde no liceu «Salvador Correia». Vivía então em casa de uma tia, Maria da Silva Neto, que funcionava como uma espécie de comunidade juvenil já que ali se albergavam vários estudantes cujos pais não moravam em Luanda.

Na opinião dos amigos, essa vivência em comum e a influência de patriotas, como Deolinda Rodrigues, contribuíram de forma decisiva para a tomada de consciência de José Mendes.

Interessado pelo desporto e pela preparação física, leitor de histórias aos quadrinhos e revistas, o que viria a ser Hoji Ya Henda cedo se envolveu nos meandros do trabalho colectivo da luta contra o obscurantismo. Colaborou com Maria da Silva Neto dando aulas na escola da Missão Evangélica do Sambizanga, substituiu as histórias de quadrinhos por literatura mais séria, sentiu o cerco da PIDE aos que não manifestavam entusiasmo pela dominação colonial, tomou a decisão de se instalar definitivamente no seu lado da barreira, o lado dos que lutavam pela independência.

Em 4 de Fevereiro de 1961, quando o MPLA iniciou a luta armada, José Mendes de Carvalho havia cedido já lugar a Hoji Ya Henda, refugiado no Congo, recém-libertado (actual Zaire).

Uma vida de luta

Há quem afirme que o conhecido escritor angolano Pepetela se inspirou na história da vida de Hoji Ya Henda para retratar «Sem Medo», a figura central do seu romance «Mayombe». Entre os dois personagens, o real e o de ficção, muitos pontos de contacto existem de facto.

Ambos são velhos combatentes, apesar de jovens; ambos dedicam por inteiro a sua vida à causa da libertação; ambos desempenham um papel de relevo na implantação da estrutura clandestina do MPLA em sectores-chave do país; ambos morrem como sempre viveram, em combate.

O treino militar de Hoji Ya Henda, se reflecte as dificuldades por que passou o MPLA, tem ao mesmo tempo um sabor a verdadeira aventura. Conta um companheiro

de armas que o treino começou no Zaire, sem armas de fogo; paus e os célebres «cocktails molotov» era o material utilizado inicialmente, fazendo-se a preparação a sério muitas vezes já no próprio terreno de combate. A coragem, a dedicação, o espírito de sacrifício eram então as principais armas, numa altura em que era necessária uma dupla resistência: contra o colonialismo português, em primeiro lugar, e contra os bandoleiros da UPA/FNLA.

Em Novembro de 1961, Henda

estava na 1.ª Região (Norte), chefiada pelo comandante Tomás Ferreira, na área de Nambuangongo. Este destacamento foi massacrado pela UPA; Henda foi um dos poucos sobreviventes. Tinha então apenas 20 anos.

Em 1964, após a Conferência de Quadros do MPLA que traçou como estratégia a seguir a «guerra popular de longa duração», Henda é integrado no Comité Directivo do Movimento e nomeado Comandante da 2.ª Região Político-Militar (Frente de Cabinda), que sob o seu comando viria a ser considerada como o primeiro foco de guerra popular organizada.

Os grandes êxitos alcançados pelo MPLA nesta frente contribuíram de forma decisiva para o reconhecimento do Movimento Po-

pular de Libertação de Angola pela ONU e, conseqüente apoio internacional à luta pela independência.

Quando em 1966, vencendo grandes dificuldades, o MPLA abre a Frente Leste, onde sob as ordens do governo colonial actuava a Unita de Jonas Savimbi, é ainda Henda que se destaca pelas suas capacidades organizativas e pelo exemplo militante.

Aprender para melhor servir

Das visitas de estudo que efectuou a países como a Argélia, Guiné-Bissau e Cuba, Hoji Ya Henda trouxe mais do que a arma que lhe ofereceu Fidel Castro. Re-



forçou a sua experiência e colocou-a por inteiro ao serviço da luta de libertação, reforçando nas populações e nos guerrilheiros a confiança na vitória.

Morreu aos 27 anos, no dia 14 de Abril de 1968, quando comandava o assalto à base de Karipande, um ponto estratégico das forças inimigas que era necessário destruir para permitir o avanço da guerrilha.

Como refere o comunicado que anuncia a sua morte, Hoji Ya Henda tinha-se tornado há muito um modelo vivo para todos os militantes do MPLA.

A juventude reconhece-o, escolhendo a data de sua morte como o Dia da Juventude Angolana. E o MPLA atribui-lhe a título póstumo a honra de Filho Bem Amado do Povo Angolano, Heróico Combatente do MPLA.

O exemplo de Hoji Ya Henda permanece vivo ao longo dos anos no próprio lema da revolução angolana: A luta continua. A vitória é eternal

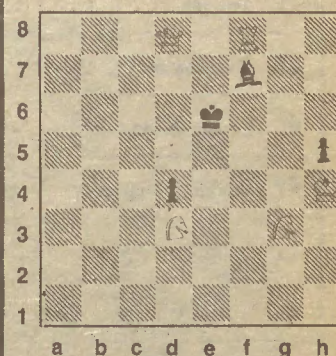
Xadrez

XXVI — 14 de Novembro de 1985

PROPOSIÇÃO N.º 26

Por L. Talabér
«Tukor», 1937

Pr. (4) Ps. d4, h5-Bf7-Re6



Br. (5): Cs. d3., g3-Tf8-Dd8-Rh4

MATE EM DOIS LANCES

JOGO N.º 26

Torneio de Baden-Baden, 1985

Br. Timoschenko
Pr. Kindermann

1. d4, Cf6; 2. c4, e6; 3. g3, c5; 4. d5, exd5; 5. cxd5 g6; 6. Cc3, g6; 7. Bg2, Bg7; 8. Cf3, 0-0; 9. 0-0, a6; 10. a4, Cbd7; 11. Cd2, Te8; 12. h3, Ch5; 13. Rh2, f5; 14. Cc4, Ce5; 15. Cxe5, Bxe5; 16. e3, Tb8; 17. Dd3, Bd7; 18. a5, Dh4; 19. Rg1, Cxg3; 20. fxc3, Dxc3; 21. Tf3, Dh2+; 22. Rf2, f4; 23. exf4, Bd4+; 24. Be3, Txe3; 25. Txe3, Te8; 26. Dxd4, cxd4; 27. Txe8+, Bxe8; 28. Ce2, d3; 29. Cg3, Bd7; 30. Th1, d2; 31. Txd2, d1=D; 32. Ce4, Dd4+; 33. Rg3, h5; 34. Bf3, Bf5; 35. Te2, Dg1+; 36. Bg2, h4+ e as Br. abandonam.

SOLUÇÕES
(XXVI — 14.XI.85)

Chave: 1. Dg7! Bloqueio!
1., Rf6; 2. Dx7 mate
1., Rd5; 2. Cf4 mate
1., B ad 1; 2. Cf4 mate

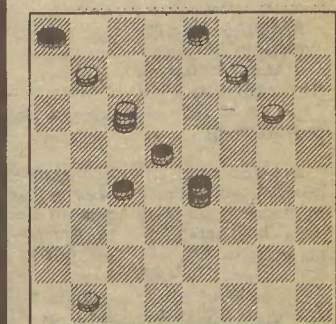
A. de M. M.

Damas

XXVI — 14 de Novembro de 1985

PROPOSIÇÃO N.º 26

Por Francisco de Almeida Santos
— Almeirim
«Vida Mundial Ilustrada», 8.III.45



Br. 4-21-(23)-26-28
Pr. (14)-15-19-30-32

Jogam as Br. e ganham

JOGO N.º 26

Lisboa, 25.IX.1951

Br. Dr. O. A. L.
Pr. Joaquim Nicolau

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 9-13, 32-28; 4. 12-16, 28-23; 5. 13-17, 21-18; 6. 8-12, 19-1; 7. 5-9, 23-19; 8. 1-5, 26-21; 9. 17-26, 30-21; 10. 11-15, 27-23; 11. 6-10, 21-17; 12. 3-6, 25-21; 13. 6-11, 29-25; 14. 4-8, 31-27; 15. 2-6, 24-20; 16. 15-24, 18-13; 17. 9-18, 22-13; 18. 11-18, 21-14; 19. 24-28, 13-9; 20. 28-31, 9-2; 21. 31-11, 25-21; 22. 11-25, 2-4; 23. 23-20, 4-14 — EMPATE.

GOLPE N.º 26
Tunísia, 1922

Br. Depaz
Pr. Uzan

1. 10-14, 22-18; 2. 12-15, 23-20; 3. 5-10, 28-23; 4. 15-19, 32-28; 5. 1-5, 20-16; 6. 10-13, 24-20; 7. 13-22, 27-18; 8. 6-10, 31-27 e as Br. jogam e ganham de Golpe! (Br. 2-3-4-5-7-8-9-10-11-14-19. Pr. 16-18-20-21-23-25-26-27-28-29-30 J. Br. G.)

SOLUÇÕES
(XXVI — 14.XI.85)

N.º 26 (F. A. Santos): 23-16, 14-25 (Se: 32-23; 16-27; 30-23; 26-30; 14-25; 30-11 G. Br.); 16-3 e 3-17 e 17-11 e 4-11 G. Br.
Golpe n.º 26: 9. 9-13, 18-9; 10. 2-6, 9-2; 11. 11-15, 2-18; 12. 15-31, 23-5; 13. 31-2 e as Pr. abandonam.

A. de M. M.